

Aos dezassete dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e dois, realizou-se, pelas dezasseis horas e trinta e nove minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pelo Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins (CDU), e na mesma estiveram presentes a Sra. Vice-Presidente Carla Alexandra Potrica Guerreiro (CDU) e os Srs. Vereadores Carlos Alberto Mendonça Rabaçal (CDU), Vítor Manuel Ramalho Ferreira (PS), Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues (PS), Pedro Sérgio Fernandes Pina (CDU) e Joel Alexandre Neves Marques (PS).

O Sr. Vereador Nuno Filipe de Jesus Marques Nunes da Cruz (PS) esteve presente em substituição do Sr. Vereador Fernando Miguel Catarino José (PS), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 e 2.

O Sr. Vereador Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado (PPD/PSD) esteve presente em substituição do Sr. Vereador Fernando Mimoso Negrão (PPD/PSD), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 3 e 4.

A Sra. Vereadora Rute Isabel Ramos Perdigão (PPD/PSD) esteve presente em substituição da Sra. Vereadora Sónia Isabel Leal Maurício Martins (PPD/PSD), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 5 e 6.

O Sr. Vereador Ricardo Jorge Fialho Oliveira (CDU) esteve presente em substituição da Sra. Vereadora Ana Rita da Costa Pinheiro de Carvalho (CDU), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 7 e 8.

Secretariou a reunião a Chefe da Divisão de Administração Geral, Sofia Isabel Lopes Casas Novas, de acordo com n.º 3 do Artigo 24.º do Regulamento da Organização de Serviços em vigor.

A Ordem de Trabalhos da reunião foi entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2 do Artigo 25.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, e consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 9.

Ordem de Trabalhos

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
 - 1. Informações à Câmara (eventual apresentação)**
 - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia**
- B) Período da Ordem do Dia**
 - 1. Deliberação n.º 2641/2022 – Proposta n.º 23/2022 – GAP – Atribuição de Medalhas Honoríficas – Setúbal 2022**
 - 2. Deliberação n.º 2642/2022 – Proposta n.º 1747/2022 – DAF/DICOR – Norma de Controlo Interno da Câmara Municipal de Setúbal de 2022**

3. *Deliberação n.º 2643/2022 – Proposta n.º 1896/2022 – DAF/DICOR – Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do Município de Setúbal*
4. *Deliberação n.º 2644/2022 – Proposta n.º 1897/2022 – DAF/DICOR – Projeto de Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Setúbal – 2023*
5. *Deliberação n.º 2645/2022 – Proposta n.º 1901/2022 – DAF/DICONT/SERGEp – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência - Quinta da Lancha, Pote de Água ou Peixe Frito, Rua Libânio Braga, n.º 12 – 2.º Dto., em Setúbal*
6. *Deliberação n.º 2646/2022 – Proposta n.º 1902/2022 – DAF/DICONT/SERGEp – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência - Rua Henrique de Barros, n.º 13 – 2.º Esq., em Azeitão*
7. *Deliberação n.º 2647/2022 – Proposta n.º 1903/2022 – DAF/DICONT/SERGEp – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua de Badajoz, n.ºs 5, 5-A e 5-B (Quinta do Paraíso) – 2.º Dto., em Setúbal*
8. *Deliberação n.º 2648/2022 – Proposta n.º 1904/2022 – DAF/DICONT/SERGEp – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua Silva Porto, n.º 13 – 2.º Dto., em Setúbal*
9. *Deliberação n.º 2649/2022 – Proposta n.º 1905/2022 – DAF/DICONT/SERGEp – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua José António Januário da Silva, n.º 24, tornejando para a Travessa de São Cristóvão, n.ºs 13, 15 e 17, em Setúbal*
10. *Deliberação n.º 2650/2022 – Proposta n.º 1906/2022 – DAF/DICONT/SERGEp – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Alameda dos Plátanos, n.º 30, em Setúbal*
11. *Deliberação n.º 2651/2022 – Proposta n.º 1907/2022 – DAF/DICONT/SERGEp – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua Central da Azeda, n.º 92 A – 3.º Dto., em Setúbal*
12. *Deliberação n.º 2652/2022 – Proposta n.º 1908/2022 – DAF/DICONT/SERGEp – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua de Brancanes, n.º 13 – 3.º Dto., em Setúbal*
13. *Deliberação n.º 2653/2022 – Proposta n.º 1909/2022 – DAF/DICONT/SERGEp – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Largo Cesário Verde, n.ºs 50 a 50 - C, 51 a 51-B tornejando para a Estrada dos Ciprestes, n.ºs 148 a 154 – 2.º A, em Setúbal*
14. *Deliberação n.º 2654/2022 – Proposta n.º 1910/2022 – DAF/DICONT/SERGEp – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência– Urbanização Vale do Cobro, Praceta Pero Vaz de Caminha, n.º 6 – 3.º A, em Setúbal*
15. *Deliberação n.º 2655/2022 – Proposta n.º 1911/2022 – DAF/DICONT/SERGEp – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua Dr. Fernando Vale, n.ºs 4 e 4A, em Azeitão*
16. *Deliberação n.º 2656/2022 – Proposta n.º 1912/2022 – DAF/DICONT/SERGEp – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua António Manuel Gamito, n.ºs 21, 21-A e 21-B - GAR., n.º 6, em Setúbal*
17. *Deliberação n.º 2657/2022 – Proposta n.º 1913/2022 – DAF/DICONT/SERGEp – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Vale de Cerejeiras ou Montebelo, Praceta Afonso Paiva, n.º 3 – 8.º Esq., em Setúbal*
18. *Deliberação n.º 2658/2022 – Proposta n.º 1914/2022 – DAF/DICONT/SERGEp – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua do Alecrim, n.º 1 – 1.º Esq., em Setúbal*

19. *Deliberação n.º 2659/2022 – Proposta n.º 1915/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Mitrena - Moinho Novo, Lote 11, em Setúbal*
20. *Deliberação n.º 2660/2022 – Proposta n.º 1916/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua Padre José Maria Nunes da Silva, n.º 109 – 4.º D, em Setúbal*
21. *Deliberação n.º 2661/2022 – Proposta n.º 1917/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Carcavelas e Nabais – Lagos, Rua Vinha da Sardinha, n.ºs 31 e 31-A, em Azeitão*
22. *Deliberação n.º 2662/2022 – Proposta n.º 1918/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Praceta dos Cedros, n.º 10 - C/V Esq., em Setúbal*
23. *Deliberação n.º 2663/2022 – Proposta n.º 1919/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua Francisco José da Mota, n.ºs 8 e 10 – 1.º Andar, em Setúbal*
24. *Deliberação n.º 2664/2022 – Proposta n.º 1920/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Praceta Joaquina Guerreiro, n.º 5 - R/C Esq., em Setúbal*
25. *Deliberação n.º 2665/2022 – Proposta n.º 1921/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua António José Batista, n.º 156, em Setúbal*
26. *Deliberação n.º 2666/2022 – Proposta n.º 1922/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Bairro Santos Nicolau, Rua Dr. Fernando Garcia, n.º 5, em Setúbal*
27. *Deliberação n.º 2667/2022 – Proposta n.º 1923/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Pinhal de Negreiros, Brejos de Azeitão, Praceta Fonte de Negreiros, Lote 175, em Azeitão*
28. *Deliberação n.º 2668/2022 – Proposta n.º 1924/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua Dr. Manuel Seabra Carqueijeiro, n.º 3 – 5.º Esq., em Setúbal*
29. *Deliberação n.º 2669/2022 – Proposta n.º 1925/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Praceta Sertório Pereira, n.º 5 e Rua Nelvim Jones, n.º 3 – 3.º Dto., em Setúbal*
30. *Deliberação n.º 2670/2022 – Proposta n.º 1926/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Areias, Avenida Belo Horizonte, Lote 4 - R/C Esq., em Setúbal*
31. *Deliberação n.º 2671/2022 – Proposta n.º 1927/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Camarinha, Rua do Alecrim, n.º 11 – 3.º Esq., em Setúbal*
32. *Deliberação n.º 2672/2022 – Proposta n.º 1928/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Urbanização Monte da Vinha, Lote 17 – Aldeia de Irmãos, em Azeitão*
33. *Deliberação n.º 2673/2022 – Proposta n.º 1929/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua Cidade de Leiria, n.º 1, tornejando para a Rua Cidade de Pau, n.ºs 6, 8 e 10 – 5.º C, em Setúbal*
34. *Deliberação n.º 2674/2022 – Proposta n.º 1930/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua António Gedeão, n.ºs 25 e 25-A, em Azeitão*
35. *Deliberação n.º 2675/2022 – Proposta n.º 1931/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência*

- Rua Dona Gertrudes Ligeiro, n.º 1, 1-A e 1-B, tornejando para a Rua Moinho do Frade, n.º 19 – 2.º Esq., em Setúbal
36. Deliberação n.º 2676/2022 – Proposta n.º 1932/2022 – DAF/DICONT/SERGEp
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Gama Braga, n.º 18-C e 18-D – 2.º andar, em Setúbal
37. Deliberação n.º 2677/2022 – Proposta n.º 1933/2022 – DAF/DICONT/SERGEp
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Praça Professor Hernâni Cidade, n.º 1 – 2.º D, em Setúbal
38. Deliberação n.º 2678/2022 – Proposta n.º 1934/2022 – DAF/DICONT/SERGEp
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Engenheiro Henry Perron, n.º 1, 1A, 1B, 1C e 1D e Rua Engenheiro Armando Madeira, n.º 2 – 6.º A, em Setúbal
39. Deliberação n.º 2679/2022 – Proposta n.º 1935/2022 – DAF/DICONT/SERGEp
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Romão Dias, n.ºs 11, 13 e Travessa da Bombarralha, n.ºs 4, 6 e 8 – 1.º, em Setúbal
40. Deliberação n.º 2680/2022 – Proposta n.º 1936/2022 – DAF/DICONT/SERGEp
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Cidade da Beira, n.ºs 5, 7 e 9 – 2.º A, em Setúbal
41. Deliberação n.º 2681/2022 – Proposta n.º 1937/2022 – DAF/DICONT/SERGEp
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Dr. José Brás, n.ºs 16 e 16A, tornejando para a Rua Jacob Azambuja, n.ºs 39 e 39A, Bloco B – 2.º FRT., em Setúbal
42. Deliberação n.º 2682/2022 – Proposta n.º 1938/2022 – DAF/DICONT/SERGEp
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Dr. Manuel Seabra Carqueijeiro, n.º 1 – 3.º B, em Setúbal
43. Deliberação n.º 2683/2022 – Proposta n.º 1939/2022 – DAF/DICONT/SERGEp
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Avenida Dom Pedro V, n.º 12 - C/V D., em Setúbal
44. Deliberação n.º 2684/2022 – Proposta n.º 1940/2022 – DAF/DICONT/SERGEp
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Estrada dos Ciprestes, n.º 141 – 1.º FRT., em Setúbal
45. Deliberação n.º 2685/2022 – Proposta n.º 1941/2022 – DAF/DICONT/SERGEp
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Avenida Bento de Jesus Caraça, n.º 69 – 1.º Dto., em Setúbal
46. Deliberação n.º 2686/2022 – Proposta n.º 1942/2022 – DAF/DICONT/SERGEp
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Várzeas, Rua Dr. Fernando Vale, n.º 72, em Azeitão
47. Deliberação n.º 2687/2022 – Proposta n.º 1943/2022 – DAF/DICONT/SERGEp
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Urbanização Torres do Sado - Largo Celestino Rosado Pinto, n.º 8, 6.º A, em Setúbal
48. Deliberação n.º 2688/2022 – Proposta n.º 1944/2022 – DAF/DICONT/SERGEp
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua São João de Deus, n.º 131 – 5.º Dto., em Setúbal
49. Deliberação n.º 2689/2022 – Proposta n.º 1945/2022 – DAF/DICONT/SERGEp
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Estrada da Graça, em Setúbal
50. Deliberação n.º 2690/2022 – Proposta n.º 1946/2022 – DAF/DICONT/SERGEp
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Roberto Ivens, n.º 8 – 2.º Dto., em Setúbal
51. Deliberação n.º 2691/2022 – Proposta n.º 1947/2022 – DAF/DICONT/SERGEp
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua de São Joaquim, n.º 5 - C/V Dta., em Setúbal

52. *Deliberação n.º 2692/2022 – Proposta n.º 1948/2022 – DAF/DICONT/SERGE
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua de Lisboa, n.º 381 – 1.º Esq., em Azeitão*
53. *Deliberação n.º 2693/2022 – Proposta n.º 1949/2022 – DAF/DICONT/SERGE
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Avenida República da Guiné Bissau, n.ºs 4, 6, 8 e 10 – 6.º Dto., em Setúbal*
54. *Deliberação n.º 2694/2022 – Proposta n.º 1950/2022 – DAF/DICONT/SERGE
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Cevedeira – Urbanização de Vila Maria, Avenida Natália Correia, n.º 2 – 1.º Dto., em Setúbal*
55. *Deliberação n.º 2695/2022 – Proposta n.º 1951/2022 – DAF/DICONT/SERGE
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua das Cegonhas, n.º 12, em Setúbal*
56. *Deliberação n.º 2696/2022 – Proposta n.º 1952/2022 – DAF/DICONT/SERGE
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua da Brasileira, n.ºs 17, 19 e 21 – 1.º Esq., em Setúbal*
57. *Deliberação n.º 2697/2022 – Proposta n.º 1953/2022 – DAF/DICONT/SERGE
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Urbanização Torres do Sado, Rua José Luciano de Carvalho, n.º 9 – 3.º B, em Setúbal*
58. *Deliberação n.º 2698/2022 – Proposta n.º 1954/2022 – DAF/DICONT/SERGE
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Travessa Vale de Cerejeiras, n.º 8 – R/C Dto., em Setúbal*
59. *Deliberação n.º 2699/2022 – Proposta n.º 1955/2022 – DAF/DICONT/SERGE
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Oliveira Martins, n.º 19 – 2.º Esq., em Setúbal*
60. *Deliberação n.º 2700/2022 – Proposta n.º 1956/2022 – DAF/DICONT/SERGE
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Fernão Mendes Pinto, n.º 2 – 7.º B, em Setúbal*
61. *Deliberação n.º 2701/2022 – Proposta n.º 1957/2022 – DAF/DICONT/SERGE
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua São João de Deus, Lote 78 – 2.º A, em Setúbal*
62. *Deliberação n.º 2702/2022 – Proposta n.º 1958/2022 – DAF/DICONT/SERGE
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Dr. Luís Teixeira de Macedo e Castro - Centro Residencial Marcelo Caetano, n.º 16 - R/C Esq., em Setúbal*
63. *Deliberação n.º 2703/2022 – Proposta n.º 1959/2022 – DAF/DICONT/SERGE
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Largo José Joaquim Cabecinha, n.ºs 17 e 18 – 6.º C, em Setúbal*
64. *Deliberação n.º 2704/2022 – Proposta n.º 1960/2022 – DAF/DICONT/SERGE
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Largo Francisco António Pinhão, n.º 4 – 1.º Esq., em Setúbal*
65. *Deliberação n.º 2705/2022 – Proposta n.º 1961/2022 – DAF/DICONT/SERGE
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Largo José Joaquim Cabecinha, n.º 14 – R/C A, em Setúbal*
66. *Deliberação n.º 2706/2022 – Proposta n.º 1962/2022 – DAF/DICONT/SERGE
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Travessa da Marateca, n.ºs 2 e 4 - Moradia A, em Setúbal*
67. *Deliberação n.º 2707/2022 – Proposta n.º 1963/2022 – DAF/DICONT/SERGE
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Alto do Faralhão, Rua Jerónimo Marques Cavaco, n.º 25, em Setúbal*
68. *Deliberação n.º 2708/2022 – Proposta n.º 1964/2022 – DAF/DICONT/SERGE
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Avenida de Angola, n.º 29 – 6.º C, em Setúbal*

69. *Deliberação n.º 2709/2022 – Proposta n.º 1965/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Avenida Quinta da Amizade, Lote 88 – 3.º B, em Setúbal*
70. *Deliberação n.º 2710/2022 – Proposta n.º 1966/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Avenida Quinta da Amizade, Lote 88 - R/C A, em Setúbal*
71. *Deliberação n.º 2711/2022 – Proposta n.º 1967/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Avenida Quinta da Amizade, Lote 88 – R/C B, em Setúbal*
72. *Deliberação n.º 2712/2022 – Proposta n.º 1968/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Avenida Quinta da Amizade, Lote 88 – R/C C, em Setúbal*
73. *Deliberação n.º 2713/2022 – Proposta n.º 1969/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Avenida Quinta da Amizade, Lote 88 – 1.º A, em Setúbal*
74. *Deliberação n.º 2714/2022 – Proposta n.º 1970/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Avenida Quinta da Amizade, Lote 88 – 1.º B, em Setúbal*
75. *Deliberação n.º 2715/2022 – Proposta n.º 1971/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Avenida Quinta da Amizade, Lote 88 – 1.º C, em Setúbal*
76. *Deliberação n.º 2716/2022 – Proposta n.º 1972/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Avenida Quinta da Amizade, Lote 88 – 2.º A, em Setúbal*
77. *Deliberação n.º 2717/2022 – Proposta n.º 1973/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Avenida Quinta da Amizade, Lote 88 – 2.º B, em Setúbal*
78. *Deliberação n.º 2718/2022 – Proposta n.º 1974/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Avenida Quinta da Amizade, Lote 88 – 2.º C, em Setúbal*
79. *Deliberação n.º 2719/2022 – Proposta n.º 1975/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Avenida Quinta da Amizade, Lote 88 – 3.º C, em Setúbal*
80. *Deliberação n.º 2720/2022 – Proposta n.º 1976/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Madalena Claro, Lote 29 - GAR. n.º 1, em Setúbal*
81. *Deliberação n.º 2721/2022 – Proposta n.º 1977/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Carcavelas e Nabais - Lagos, Rua Manuel d'Aguiar, Lote 15, em Azeitão*
82. *Deliberação n.º 2722/2022 – Proposta n.º 1978/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Tenente Aviador Carlos Alves, n.ºs 12, 14 e 16 – R/C Dto., em Setúbal*
83. *Deliberação n.º 2723/2022 – Proposta n.º 1979/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Parque Dr. Manuel Constantino Gois, n.º 7 – 3.º Dto., em Setúbal*
84. *Deliberação n.º 2724/2022 – Proposta n.º 1980/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua da Brasileira, n.ºs 29 e 31 – 2.º, em Setúbal*
85. *Deliberação n.º 2725/2022 – Proposta n.º 1981/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Praceta Armando Martins, n.º 1 – 1.º Dto., em Setúbal*
86. *Deliberação n.º 2726/2022 – Proposta n.º 1982/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Dr. Álvaro Gomes, n.º 6 – 4.º Dto., em Setúbal*

87. *Deliberação n.º 2727/2022 – Proposta n.º 1983/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Serra da Arrábida, n.º 19 (Urbanização Rua da Florex, Lote 34) -
Galeotas, em Azeitão*
88. *Deliberação n.º 2728/2022 – Proposta n.º 1984/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua do Antigo Olival, n.º 7 – 1.º D 22, em Setúbal*
89. *Deliberação n.º 2729/2022 – Proposta n.º 1985/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua António José Batista, n.ºs 122 a 132 – 2.º Dto., em Setúbal*
90. *Deliberação n.º 2730/2022 – Proposta n.º 1986/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua António José Batista, n.ºs 122 a 132 - GAR., n.º 57, em Setúbal*
91. *Deliberação n.º 2731/2022 – Proposta n.º 1987/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Avenida Quinta da Amizade, Lote 88 – 3.º A, em Setúbal*
92. *Deliberação n.º 2732/2022 – Proposta n.º 1988/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Avenida Mestre Lima de Freitas, n.º 35 – 4.º Esq., em Setúbal*
93. *Deliberação n.º 2733/2022 – Proposta n.º 1989/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Maria Adelaide Rosado Pinto, n.º 1, 1A, 1B, 1C, traseiras para a Quinta
da Saboaria – 6.º Dto., em Setúbal*
94. *Deliberação n.º 2734/2022 – Proposta n.º 1990/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Avenida Dr. António Rodrigues Manito, n.º 77 – 2.º D, em Setúbal*
95. *Deliberação n.º 2735/2022 – Proposta n.º 1991/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Jacinto João, n.º 7A, em Setúbal*
96. *Deliberação n.º 2736/2022 – Proposta n.º 1992/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Beco do Girassol, n.º 7 e 7A - Moradia B, em Setúbal*
97. *Deliberação n.º 2737/2022 – Proposta n.º 1993/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Capitão Tenente Carvalho Araújo, n.º 9 – 2.º Andar, em Setúbal*
98. *Deliberação n.º 2738/2022 – Proposta n.º 1994/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Armando Gomes, Lote 27, em Setúbal*
99. *Deliberação n.º 2739/2022 – Proposta n.º 1995/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Avenida D. Manuel I, n.ºs 45, 45 -A, 45-B, 45-C e 45-D – 2.º Esq., em Setúbal*
100. *Deliberação n.º 2740/2022 – Proposta n.º 1996/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Praceta de Diu, n.º 3, tornejando para a Avenida de Moçambique - C/V Dta.,
em Setúbal*
101. *Deliberação n.º 2741/2022 – Proposta n.º 1997/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Ruben de Carvalho, n.º 1 e Rua José Carlos Ferreira, n.º 2 - R/C B, em
Setúbal*
102. *Deliberação n.º 2742/2022 – Proposta n.º 1998/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua da Fé, Lote 55 – 5.º Dto., em Setúbal*



103. *Deliberação n.º 2743/2022 – Proposta n.º 1999/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua do Mirante, n.º 13 – 1.º Dto., em Setúbal*
104. *Deliberação n.º 2744/2022 – Proposta n.º 2000/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Tenente Aviador Carlos Alves, n.º 20 – 5.º Dto., em Setúbal*
105. *Deliberação n.º 2745/2022 – Proposta n.º 2001/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Tenente Jean Raymond, n.º 10 – R/C, em Setúbal*
106. *Deliberação n.º 2746/2022 – Proposta n.º 2002/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Ladeira do Forte da Estrela, n.º 19 – R/C Esq., em Setúbal*
107. *Deliberação n.º 2747/2022 – Proposta n.º 2003/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Ruben de Carvalho, n.º 1 – 4.º FT., em Setúbal*
108. *Deliberação n.º 2748/2022 – Proposta n.º 2004/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Antão Girão, n.º 53 – 1.º Andar, em Setúbal*
109. *Deliberação n.º 2749/2022 – Proposta n.º 2005/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Avenida das Descobertas, Lote 44 – 3.º Esq., em Setúbal*
110. *Deliberação n.º 2750/2022 – Proposta n.º 2006/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua José Luciano de Carvalho, n.º 9 – R/C C., em Setúbal*
111. *Deliberação n.º 2751/2022 – Proposta n.º 2007/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Pedra da Anicha, Lote 7, em Setúbal*
112. *Deliberação n.º 2752/2022 – Proposta n.º 2008/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Av. da República da Guiné Bissau, n.º 30 – 4.º C, em Setúbal*
113. *Deliberação n.º 2753/2022 – Proposta n.º 2009/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua das Fontainhas, n.º 88, 90, 92 e Rua do Poço das Fontainhas, n.º 13 –
1.º Dto., em Setúbal*
114. *Deliberação n.º 2754/2022 – Proposta n.º 2010/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Praceta de Olivença – Lote 53 – CV B, em Setúbal*
115. *Deliberação n.º 2755/2022 – Proposta n.º 2011/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Praceta Dr. José Romão Ferro – Lote 22 – 2.º C, em Setúbal*
116. *Deliberação n.º 2756/2022 – Proposta n.º 2012/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Largo José Joaquim Cabecinha, n.º 4, 5 e 6 e Rua Jorge, n.º 8, 10, 12 e 14 –
5.º B, em Setúbal*
117. *Deliberação n.º 2757/2022 – Proposta n.º 2013/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Avenida Bento Jesus Caraça, n.º 22, em Setúbal*
118. *Deliberação n.º 2758/2022 – Proposta n.º 2014/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Família Bronze, n.º 74, em Azeitão*
119. *Deliberação n.º 2759/2022 – Proposta n.º 2015/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Santas, Praias do Sado, em Setúbal*

120. *Deliberação n.º 2760/2022 – Proposta n.º 2016/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Avenida 22 de dezembro, n.º 21, 21-A, 21-B, 21-C e 21-D – 1.º Dto., em Setúbal*
121. *Deliberação n.º 2761/2022 – Proposta n.º 2017/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua da Brasileira, n.º 29 e 31 – 2.º Piso, em Setúbal*
122. *Deliberação n.º 2762/2022 – Proposta n.º 2018/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Vale de Cerejeiras, n.º 83 – R/C Dto., em Setúbal*
123. *Deliberação n.º 2763/2022 – Proposta n.º 2019/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Minas da Borralha – n.º 3 – 3.º D, em Setúbal*
124. *Deliberação n.º 2764/2022 – Proposta n.º 2020/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Diogo Cão, n.º 14 – 1.º Dto., em Setúbal*
125. *Deliberação n.º 2765/2022 – Proposta n.º 2021/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua da Fé, n.º 56 – 4.º Esq., em Setúbal*
126. *Deliberação n.º 2766/2022 – Proposta n.º 2022/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua António José Batista, n.º 137, 137-A e 139 – 1.º Esq., em Setúbal*
127. *Deliberação n.º 2767/2022 – Proposta n.º 2023/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Diogo Fernandes Pereira, n.º 28, em Setúbal*
128. *Deliberação n.º 2768/2022 – Proposta n.º 2024/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Nova Lisboa, n.º 11 – R/C Dto, em Setúbal*
129. *Deliberação n.º 2769/2022 – Proposta n.º 2025/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Avenida Afonso Albuquerque, n.º 6 – 1.º Esq., em Setúbal*
130. *Deliberação n.º 2770/2022 – Proposta n.º 2026/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Quinta do Teles – Aldeia Grande, em Setúbal*
131. *Deliberação n.º 2771/2022 – Proposta n.º 2027/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Largo José Joaquim Cabecinha, n.ºs 17 e 18 – 2.º A, em Setúbal*
132. *Deliberação n.º 2772/2022 – Proposta n.º 2028/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Nossa Senhora do Amparo, Lote 19 – 10.º B, em Setúbal*
133. *Deliberação n.º 2773/2022 – Proposta n.º 2029/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Estrada das Machadas, em Setúbal*
134. *Deliberação n.º 2774/2022 – Proposta n.º 2030/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Estrada das Machadas, Beco da Vila Amélia, em Setúbal*
135. *Deliberação n.º 2775/2022 – Proposta n.º 2031/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Av. Luísa Todi, n.º 279 – 9.º F, em Setúbal*
136. *Deliberação n.º 2776/2022 – Proposta n.º 2032/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Álvaro Perdigão, n.º 2 – 3.º Esq., em Setúbal*



137. *Deliberação n.º 2777/2022 – Proposta n.º 2033/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Praça Professora Virgínia Rau, n.º 5 – 1.º C, em Setúbal*
138. *Deliberação n.º 2778/2022 – Proposta n.º 2034/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua Pulido Valente, n.º 5 – R/C Esq., em Setúbal*
139. *Deliberação n.º 2779/2022 – Proposta n.º 2035/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua Alfredo Lima, n.º 7 – Cave Esq., em Setúbal*
140. *Deliberação n.º 2780/2022 – Proposta n.º 2036/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Av. Belo Horizonte, Lote 4 – 1.º Esq., em Setúbal*
141. *Deliberação n.º 2781/2022 – Proposta n.º 2037/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Av. D. João II, n.º 8 – 8.º Esq., em Setúbal*
142. *Deliberação n.º 2782/2022 – Proposta n.º 2038/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua da Electricidade, n.º 9 – R/C D, em Setúbal*
143. *Deliberação n.º 2783/2022 – Proposta n.º 2039/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua Francisco Maria de Sousa Brandão, n.º 9, em Azeitão*
144. *Deliberação n.º 2784/2022 – Proposta n.º 2040/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua Ocidental do Convento, n.º 15 – 1.º Dto., em Setúbal*
145. *Deliberação n.º 2785/2022 – Proposta n.º 2041/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Av. Infante D. Henrique, Lote 15 – 1.º Esq., em Setúbal*
146. *Deliberação n.º 2786/2022 – Proposta n.º 2042/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua de Lisboa, n.º 281 – Fração C, em Azeitão*
147. *Deliberação n.º 2787/2022 – Proposta n.º 2043/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua de Lisboa, n.º 281 – Fração D, em Azeitão*
148. *Deliberação n.º 2788/2022 – Proposta n.º 2044/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Av. Mestre Lima de Freitas, n.º 45 – 5.º Dto., em Setúbal*
149. *Deliberação n.º 2789/2022 – Proposta n.º 2045/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua General Humberto Delgado, n.º 11, em Azeitão*
150. *Deliberação n.º 2790/2022 – Proposta n.º 2046/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua Formosa, em Setúbal*
151. *Deliberação n.º 2791/2022 – Proposta n.º 2047/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Beco dos Mártires da Pátria, n.º 3, em Setúbal*
152. *Deliberação n.º 2792/2022 – Proposta n.º 2048/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua da Camarinha, n.º 2 – 3.º Dto., em Setúbal*
153. *Deliberação n.º 2793/2022 – Proposta n.º 2049/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua Olímpio Moreira dos Santos, n.º 3 – 1.º G, em Setúbal*
154. *Deliberação n.º 2794/2022 – Proposta n.º 2050/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua Silva Porto, n.º 19 – R/C Dto., em Setúbal*

155. *Deliberação n.º 2795/2022 – Proposta n.º 2051/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Capitão Salgueiro Maia, n.º 13, em Azeitão*
156. *Deliberação n.º 2796/2022 – Proposta n.º 2052/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Brejos de Camarate, Lote 1, em Azeitão*
157. *Deliberação n.º 2797/2022 – Proposta n.º 2053/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Irene Lisboa, n.º 111 – R/C Esq., em Azeitão*
158. *Deliberação n.º 2798/2022 – Proposta n.º 2054/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua do Mormugão, n.º 45 – 5.º Dto. Fte., em Setúbal*
159. *Deliberação n.º 2799/2022 – Proposta n.º 2055/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Diogo Cão, n.º 1 – 2.º Dto., em Setúbal*
160. *Deliberação n.º 2800/2022 – Proposta n.º 2056/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Travessa Diogo de Teive, n.º 8/8A, em Azeitão*
161. *Deliberação n.º 2801/2022 – Proposta n.º 2057/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Dr. Manuel Seabra Carqueijeiro, n.º 1 – 2.º B, em Setúbal*
162. *Deliberação n.º 2802/2022 – Proposta n.º 2058/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua do Bairro Afonso Costa, n.º 35 – 2.º Esq., em Setúbal*
163. *Deliberação n.º 2803/2022 – Proposta n.º 2059/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua dos Cometas, n.ºs 16 e 16A, Brejos de Azeitão, em Azeitão*
164. *Deliberação n.º 2804/2022 – Proposta n.º 2060/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Luís de Camões, n.ºs 45 e 47, em Setúbal*
165. *Deliberação n.º 2805/2022 – Proposta n.º 2061/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua do Romeu, n.ºs 20 e 22, em Setúbal*
166. *Deliberação n.º 2806/2022 – Proposta n.º 2062/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Jorge Claro, n.º 4 – 3.º B, em Setúbal*
167. *Deliberação n.º 2807/2022 – Proposta n.º 2063/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Frei António das Chagas, n.º 44 – 3.º Dto., em Setúbal*
168. *Deliberação n.º 2808/2022 – Proposta n.º 2064/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Av. República da Guiné-Bissau, n.º 13 – 8.º Dto., em Setúbal*
169. *Deliberação n.º 2809/2022 – Proposta n.º 2065/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua do Gaz, n.º 5 – 2.º Dto., em Setúbal*
170. *Deliberação n.º 2810/2022 – Proposta n.º 2066/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua da Fé, Lote 26 – 5.º B, em Setúbal*
171. *Deliberação n.º 2811/2022 – Proposta n.º 2067/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Avenida São Francisco Xavier, Lote 5 – 4.º andar, em Setúbal*
172. *Deliberação n.º 2812/2022 – Proposta n.º 2068/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Avenida Dr. António Rodrigues Manito, n.º 18 – 3.º Dto., em Setúbal*

173. *Deliberação n.º 2813/2022 – Proposta n.º 2069/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Avenida Dr. António Rodrigues Manito, n.º 54 – 1.º Dto., em Setúbal*
174. *Deliberação n.º 2814/2022 – Proposta n.º 2070/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Carcavelos e Nabais - Lagos, Lote 24, em Azeitão*
175. *Deliberação n.º 2815/2022 – Proposta n.º 2071/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Amílcar Cabral, n.º 16 – 6.º B, em Setúbal*
176. *Deliberação n.º 2816/2022 – Proposta n.º 2072/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Largo Alberto Mendes Fialho, n.º 5 – 1.º C, em Setúbal*
177. *Deliberação n.º 2817/2022 – Proposta n.º 2073/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Padre José Maria Nunes da Silva, n.º 193 – 3.º Dto., em Setúbal*
178. *Deliberação n.º 2818/2022 – Proposta n.º 2074/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Ocidental do Mercado, n.ºs 49, 51 e 53 – 2.º Esq., em Setúbal*
179. *Deliberação n.º 2819/2022 – Proposta n.º 2075/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Avenida da República da Guiné Bissau, n.º 5 – 2.º Fte., em Setúbal*
180. *Deliberação n.º 2820/2022 – Proposta n.º 2076/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Batalha do Viso n.ºs 57 e 59, tornejando para a Rua Amorim Viana n.º
13 – Cave, em Setúbal*
181. *Deliberação n.º 2821/2022 – Proposta n.º 2077/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Avenida Joaquim Campos, Lote 1, Bloco B – 1.º Esq. em Setúbal*
182. *Deliberação n.º 2822/2022 – Proposta n.º 2078/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Praceta Mário Sá Carneiro, n.º 1 – 1.º Esq., em Setúbal*
183. *Deliberação n.º 2823/2022 – Proposta n.º 2079/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua de Nova Lisboa, n.º 4 – 1.º Dto., em Setúbal*
184. *Deliberação n.º 2824/2022 – Proposta n.º 2080/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Dr. Salgado Zenha, Lote 44, em Azeitão*
185. *Deliberação n.º 2825/2022 – Proposta n.º 2081/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Largo da Cidade de Magdburgo, n.º 7 – 1.º Frt., em Setúbal*
186. *Deliberação n.º 2826/2022 – Proposta n.º 2082/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua de Lisboa, n.º 281 – Fração A, em Azeitão*
187. *Deliberação n.º 2827/2022 – Proposta n.º 2083/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua das Marés Vivas, n.º 9 – Praias do Sado, em Setúbal*
188. *Deliberação n.º 2828/2022 – Proposta n.º 2084/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua António dos Santos de Oliveira, n.ºs 2 e 2A, em Azeitão*
189. *Deliberação n.º 2829/2022 – Proposta n.º 2085/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua São João de Deus, Lote 106 – 1.º A, em Setúbal*

190. *Deliberação n.º 2830/2022 – Proposta n.º 2086/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua José Ganhão de Lasarda, n.º 9, em Azeitão*
191. *Deliberação n.º 2831/2022 – Proposta n.º 2087/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Avenida Jaime Cortesão, n.ºs 88 e 90 e Rua Diogo Fernandes Pereira, n.ºs
2 e 2-A – 2.º A, em Setúbal*
192. *Deliberação n.º 2832/2022 – Proposta n.º 2088/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Praça da Independência, n.º 1 – 12.º Esq., em Setúbal*
193. *Deliberação n.º 2833/2022 – Proposta n.º 2089/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Pereira Cão, n.ºs 40 e 44, em Setúbal*
194. *Deliberação n.º 2834/2022 – Proposta n.º 2090/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Travessa dos Cobertos, n.º 22, em Setúbal*
195. *Deliberação n.º 2835/2022 – Proposta n.º 2091/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Almeida de Carvalho, n.º 4 – R/C D, em Setúbal*
196. *Deliberação n.º 2836/2022 – Proposta n.º 2092/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua do Mirante, n.º 13 – 2.º Esq., em Setúbal*
197. *Deliberação n.º 2837/2022 – Proposta n.º 2093/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Gregório Lopes, n.º 13 – 2.º Esq., em Setúbal*
198. *Deliberação n.º 2838/2022 – Proposta n.º 2094/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua António de Beja Noronha, Lote 86, em Azeitão*
199. *Deliberação n.º 2839/2022 – Proposta n.º 2095/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua José Pedro da Silva, n.º 11 – 4 D, em Setúbal*
200. *Deliberação n.º 2840/2022 – Proposta n.º 2096/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Nova da Jardía, Beco da Alegria – Lote 8, em Azeitão*
201. *Deliberação n.º 2841/2022 – Proposta n.º 2097/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Miradouro do Sado, n.º 3 – 6.º Dto., em Setúbal*
202. *Deliberação n.º 2842/2022 – Proposta n.º 2098/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua do Rosmaninho, n.º 60, Serralheira, em Setúbal*
203. *Deliberação n.º 2843/2022 – Proposta n.º 2099/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua da Eletricidade, n.º 15 – 2.º D, em Setúbal*
204. *Deliberação n.º 2844/2022 – Proposta n.º 2100/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua da Eletricidade, n.º 9 – 3.º C, em Setúbal*
205. *Deliberação n.º 2845/2022 – Proposta n.º 2101/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua do Olivalinho, n.º 20 e 20 A, em Azeitão*
206. *Deliberação n.º 2846/2022 – Proposta n.º 2102/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Batalha do Viso, n.º 61, em Setúbal*

207. *Deliberação n.º 2847/2022 – Proposta n.º 2103/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua João Maria Afonso Lopes, n.ºs 1, 1-A e 1-B – 1.º Esq., em Setúbal*
208. *Deliberação n.º 2848/2022 – Proposta n.º 2104/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Largo Celestino Rosado Pinto, n.º 8 – Piso 1 Letra A, em Setúbal*
209. *Deliberação n.º 2849/2022 – Proposta n.º 2105/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Valverde n.º 6 – 4.º Frt., em Setúbal*
210. *Deliberação n.º 2850/2022 – Proposta n.º 2106/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua da Tebaida, n.º 7 – 3.º A, em Setúbal*
211. *Deliberação n.º 2851/2022 – Proposta n.º 2107/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Mário Sacramento, n.º 4 – 1.º Dto., em Setúbal*
212. *Deliberação n.º 2852/2022 – Proposta n.º 2108/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua Oliveira Martins, n.º 7 – Piso Dois Dto., em Azeitão*
213. *Deliberação n.º 2853/2022 – Proposta n.º 2109/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Casal das Figueiras, Lote 287, em Setúbal*
214. *Deliberação n.º 2854/2022 – Proposta n.º 2110/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua das Dálías, n.º 4 – R/C Dto., em Setúbal*
215. *Deliberação n.º 2855/2022 – Proposta n.º 2111/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua dos Queijinhos, Lote 1, Bloco 1C – R/C Esq., em Azeitão*
216. *Deliberação n.º 2856/2022 – Proposta n.º 2112/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Av. Bento de Jesus Caraça, n.º 162 – 6.º A, em Setúbal*
217. *Deliberação n.º 2857/2022 – Proposta n.º 2113/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Praça do Brasil, n.º 4 – 4.º D, em Setúbal*
218. *Deliberação n.º 2858/2022 – Proposta n.º 2114/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua da Associação de Moradores, n.ºs 82, 84, 74 – Lote 254, em Setúbal*
219. *Deliberação n.º 2859/2022 – Proposta n.º 2115/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência
– Rua das Caravelas, n.º 2 – 1.º Dto., em Setúbal*
220. *Deliberação n.º 2860/2022 – Proposta n.º 2116/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Alienação do Lote de Terreno n.º 151, sito no Loteamento Municipal do
Bairro do Casal das Figueiras, União de Freguesias de Setúbal, em Setúbal*
221. *Deliberação n.º 2861/2022 – Proposta n.º 2117/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Alienação do Lote de Terreno n.º 263, sito no Loteamento Municipal do
Bairro do Casal das Figueiras, União de Freguesias de Setúbal, em Setúbal*
222. *Deliberação n.º 2862/2022 – Proposta n.º 2118/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Alienação do Lote de Terreno n.º 264, sito no Loteamento Municipal do
Bairro do Casal das Figueiras, União de Freguesias de Setúbal, em Setúbal*
223. *Deliberação n.º 2863/2022 – Proposta n.º 2119/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Cedência em Regime do Direito de Superfície, a constituir sobre 2 parcelas
de terreno, sitas em Serralheira, Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da
Guerra, à Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra*

224. **Deliberação n.º 2864/2022 – Proposta n.º 2120/2022 – DAF/DICONT/SERGE**
– Alienação do Lote de Terreno n.º 22, sito no Loteamento Municipal do Bairro da Liberdade, São Sebastião, em Setúbal
225. **Deliberação n.º 2865/2022 – Proposta n.º 2121/2022 – DAF/DICONT/SERGE**
– Alienação do Lote de Terreno n.º 42, sito no Loteamento Municipal do Bairro da Liberdade, São Sebastião, em Setúbal
226. **Deliberação n.º 2866/2022 – Proposta n.º 2125/2022 – DAF/DICONT – 6.ª**
Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita, 7.ª ao Orçamento da
Despesa, 5.ª Alteração do Plano de Atividades Municipais e 5.ª Alteração ao
Plano Plurianual de Investimentos
227. **Deliberação n.º 2867/2022 – Proposta n.º 2126/2022 – DAF/DICOMP/SECOMP**
– **Ajuste Direto n.º 222/2022/DAF/DICOMP/SECOMP para Aquisição de**
Licença do Software Informático SAP RISE (ERPS4/HANA) e Contratação de
prestação de serviços de implementação de todo o Sistema Informático,
garantido a continuidade da prestação dos serviços de abastecimento
público de água e saneamento de águas residuais, pelos Serviços
Municipalizados de Setúbal, decorrente da reversão do contrato de
concessão em vigor - Adjudicação
228. **Deliberação n.º 2868/2022 – Proposta n.º 2127/2022 – DAF/DICOMP/SECOMP**
- **Modificação objetiva ao Contrato “Fornecimento contínuo de 3500**
toneladas com transporte e 1500 toneladas sem transporte de massas
asfálticas a quente com inertes de basalto ou diorito (AC 12 SURF 35/50) -
Concurso Público n.º 06/2021/DAF/DICOMP/SECOMP
229. **Deliberação n.º 2869/2022 – Proposta n.º 2128/2022 – DAF/DICOMP/SECOMP**
- **Modificação objetiva ao Contrato “Prestação de serviços de Fornecimento**
de refeições escolares para alunos dos jardins-de-infância e para alunos do
1.º ciclo do ensino básico da rede pública do concelho, para os anos letivos
de 2020/2021 e 2021/2022” - Concurso Público n.º
36/2020/DAF/DICOMP/SECOMP
230. **Deliberação n.º 2870/2022 – Proposta n.º 15/2022 – DRH/DIGAT – Processo**
Disciplinar n.º 1/2022–SBS contra Marco Jorge Camacho Silva
231. **Deliberação n.º 2871/2022 – Proposta n.º 16/2022 – DRH – Recrutamento de**
trabalhadores para ocupação de postos de trabalho titulados por contrato de
trabalho em funções públicas por tempo indeterminado previstos e não
ocupados no Mapa de Pessoal do Município de Setúbal para o ano de 2022,
ao abrigo e nos termos do disposto nos artigos 30.º, n.º 4 da Lei Geral do
Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014,
de 20 de junho, e 4.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro
232. **Deliberação n.º 2872/2022 - Proposta n.º 2122/2022 –**
DASU/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º
15/2022/DAF/DICOMP/SECOMP para aluguer operacional de 4 viaturas
pesadas de 16 m3 e 20 m3 para recolha de resíduos sólidos urbanos por
período de 24 meses
233. **Deliberação n.º 2873/2022 – Proposta n.º 2123/2022 –**
DASU/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º
17/2022/DAF/DICOMP/SECOMP para a prestação de serviços de manutenção
e conservação dos espaços verdes e floreiras da Avenida Luísa Todí, zonas
envolventes e Parque Urbano de Albarquel, pelo período de 12 meses
234. **Deliberação n.º 2874/2022 – Proposta n.º 09/2022 – DASU/GAGIP – Isenção**
de taxas de Licenças Especiais de Ruído
235. **Deliberação n.º 2875/2022 – Proposta n.º 10/2022 – DASU – Instalação de**
infraestrutura de comunicações da AMARSUL, S.A. - Isenção de pagamento
de taxas

236. *Deliberação n.º 2876/2022 – Proposta n.º 17/2022 – DEB/DIAPE – Ação Social Escolar 2022/2023 – Livros de Atividades*
237. *Deliberação n.º 2877/2022 – Proposta n.º 18/2022 – DEB/DIGEPE – Protocolos de colaboração no âmbito das atividades de enriquecimento curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico*
238. *Deliberação n.º 2878/2022 – Proposta n.º 19/2022 – DEB/DIGEPE – Apoio Financeiro – Parceria Programa Nacional de Educação Ambiental Eco-Escolas 2021/2022*
239. *Deliberação n.º 2879/2022 – Proposta n.º 20/2022 – DEB/DIGEPE – Apoio financeiro ao Agrupamento de Escolas Ordem de Sant’lago no âmbito do Projeto Flamenquitos de Sant’lago*
240. *Deliberação n.º 2880/2022 – Proposta n.º 2124/2022 – DOM/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 18/2022/DAF/DICOMP/SECOMP para fornecimento contínuo de massas asfálticas a quente com inertes de basalto ou diorito (AC 12 SURF 35/50, 3500 toneladas com transporte e 1500 toneladas sem transporte)*
241. *Deliberação n.º 2881/2022 – Proposta n.º 29/2022 – DOM – CP 12/2022/DOM – Empreitada “Rede de Abastecimento Primário no Parque Urbano da Várzea” - Abertura de Procedimento de Contratação Pública - Concurso Público – Candidatura: “Rede de Abastecimento Primário do Parque Urbano da Várzea”, com o código n.º POCI-07-62G9-FEDER-181438*
242. *Deliberação n.º 2882/2022 – Proposta n.º 30/2022 – DOM – CP 65/16/DOM - “Reabilitação do Convento de Jesus – Ala Este e Ala Norte, Claustros, Igreja e Coro Alto” - Retificação da Revisão Preços Definitiva aprovada pela Deliberação da Câmara Municipal n.º 247-A/2021 de 15/12/2021*
243. *Deliberação n.º 2883/2022 – Proposta n.º 31/2022 – DOM – CPI 13/2022/DOM - “Reabilitação do Bairro da Alameda das Palmeiras, em Setúbal” - Abertura de Procedimento de Contratação Pública - Concurso Público por Lotes com Publicidade Internacional - Candidatura n.º 59996 “Reabilitação do Bairro da Alameda das Palmeiras” - RE-CO2-i01 do PRR*
244. *Deliberação n.º 2884/2022 – Proposta n.º 32/2022 – DOM – CPREV 14/2021/DOM – Empreitada “Requalificação de Pavimentos na Av.ª D. João II e Envolvente” - Libertação da Garantia*
245. *Deliberação n.º 2885/2022 – Proposta n.º 33/2022 – DOM/DIHAB – Aceitação de doações no âmbito do desenvolvimento dos projetos Estúdio de Som e Imagem da Bela Vista e Espaço Renascer do Forte da Bela Vista, abrangidos pelo Programa Nosso Bairro, Nossa Cidade*
246. *Deliberação n.º 2886/2022 – Proposta n.º 78/2022 – DCDJ – EXIB MÚSICA Setúbal 2022 – Apoio financeiro*
247. *Deliberação n.º 2887/2022 – Proposta n.º 79/2022 – DCDJ/DIDES - Apoio aos Programas de Desenvolvimento Desportivo - Matriz de apoio financeiro 2022*
248. *Deliberação n.º 2888/2022 – Proposta n.º 80/2022 – DCDJ/DICUL – 18º Festival de Bandas Filarmónicas da Cidade de Setúbal – Apoio financeiro à Sociedade Musical Capricho Setubalense*
249. *Deliberação n.º 2889/2022 – Proposta n.º 81/2022 – DCDJ/DICUL – Apoio à realização do 11.º Eurovision Live Concert*
250. *Deliberação n.º 2890/2022 – Proposta n.º 82/2022 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e o Grupo Coral Alentejano “Os Amigos do Independente”*
251. *Deliberação n.º 2891/2022 – Proposta n.º 83/2022 – DCDJ/DISOC – Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo – Apoio financeiro*
252. *Deliberação n.º 2892/2022 – Proposta n.º 548/2022 – DURB – Pedido de emissão de parecer favorável de ampliação do número de compartes ao*

- abrigo do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, com a redação atual dada por a Lei n.º 70/2015, de 16 de julho – Processo n.º 408/22*
253. *Deliberação n.º 2893/2022 – Proposta n.º 549/2022 – DURB – Pedido de emissão de parecer favorável de ampliação do número de compartes ao abrigo do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, com a redação atual dada por a Lei n.º 70/2015, de 16 de julho – Processo n.º 541/22*
254. *Deliberação n.º 2894/2022 – Proposta n.º 550/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de minuta de contrato de urbanização – Processo n.º 42/22*
255. *Deliberação n.º 2895/2022 – Proposta n.º 551/2022 – DURB/DIGU – Concessão da licença de construção de edificação – Processo n.º 42/22*
256. *Deliberação n.º 2896/2022 – Proposta n.º 552/2022 – DURB/DIGU - Concessão da licença para obras de construção – Processo n.º 159/21*
257. *Deliberação n.º 2897/2022 – Proposta n.º 553/2022 – DURB/DIGU - Concessão da licença para obras de edificação – Processo n.º 15/21*
258. *Deliberação n.º 2898/2022 – Proposta n.º 554/2022 – DURB/DIGU - Concessão da licença para obras de edificação - Processo n.º 272/20*
259. *Deliberação n.º 2899/2022 – Proposta n.º 555/2022 – DURB/DIGU - Concessão da licença de construção de edificação - Processo n.º 437/21*
260. *Deliberação n.º 2900/2022 – Proposta n.º 556/2022 – DURB/DIGU - Concessão da licença para obras de edificação - Processo n.º 357/21*
261. *Deliberação n.º 2901/2022 – Proposta n.º 557/2022 – DURB/DIGU - Concessão da licença de construção de edificação - Processo n.º 546/21*
262. *Deliberação n.º 2902/2022 – Proposta n.º 558/2022 – DURB/DIGU - Concessão da licença de construção de edifício de habitação multifamiliar – Processo n.º 97/19*
263. *Deliberação n.º 2903/2022 – Proposta n.º 559/2022 – DURB/DIGU - Concessão da licença de construção de moradia unifamiliar, garagem, piscina e muro de vedação – Processo n.º 30/22*
264. *Deliberação n.º 2904/2022 – Proposta n.º 560/2022 – DURB/DIGU - Concessão da licença de construção de moradia unifamiliar térrea, garagem, piscina e muro de vedação – Processo n.º 445/21*
265. *Deliberação n.º 2905/2022 – Proposta n.º 561/2022 – DURB/DIGU - Concessão de licença de obras de demolição e de edificação e legalização de anexos – Processo n.º 10/22*
266. *Deliberação n.º 2906/2022 – Proposta n.º 562/2022 – DURB/DIGU - Aprovação de projeto de arquitetura de garagem – Processo n.º 78/22*
267. *Deliberação n.º 2907/2022 – Proposta n.º 563/2022 – DURB/DIGU - Aprovação de projeto de arquitetura de moradia, abrigo automóvel e garagem – Processo n.º 62/09*
268. *Deliberação n.º 2908/2022 – Proposta n.º 564/2022 – DURB/DIGU - Aprovação de projeto de arquitetura de moradia, garagem e muro de vedação – Processo n.º 167/22*
269. *Deliberação n.º 2909/2022 – Proposta n.º 565/2022 – DURB/DIGU - Aprovação do projeto de arquitetura de uma moradia, piscina e muro – Processo n.º 273/22*
270. *Deliberação n.º 2910/2022 – Proposta n.º 566/2022 – DURB/DIGU - Aprovação de projeto de arquitetura de moradia, garagem, piscina e muro de vedação – Processo n.º 186/22*
271. *Deliberação n.º 2911/2022 – Proposta n.º 567/2022 – DURB/DIGU - Aprovação do projeto de arquitetura para construção de moradia unifamiliar – Processo n.º 337/20*
272. *Deliberação n.º 2912/2022 – Proposta n.º 568/2022 – DURB/DIGU - Aprovação do projeto de arquitetura para construção de moradia unifamiliar – Processo n.º 244/22*

273. *Deliberação n.º 2913/2022 – Proposta n.º 569/2022 – DURB/DIGU - Aprovação de projeto de arquitetura de moradia bifamiliar, 2 garagens, 2 piscinas e muro de vedação – Processo n.º 233/22*
274. *Deliberação n.º 2914/2022 – Proposta n.º 570/2022 – DURB/DIGU - Aprovação de projeto de arquitetura de moradia bifamiliar, 2 garagens, 2 piscinas e muro de vedação – Processo n.º 3/22*
275. *Deliberação n.º 2915/2022 – Proposta n.º 571/2022 – DURB/DIGU - Aprovação de projeto de arquitetura de 5 moradias, 5 abrigos automóvel, 5 piscinas e muro de vedação – Processo n.º 259/22*
276. *Deliberação n.º 2916/2022 – Proposta n.º 572/2022 – DURB/DIGU - Aprovação do projeto de arquitetura de ampliação de edifício existente – Processo n.º 448/20*
277. *Deliberação n.º 2917/2022 – Proposta n.º 573/2022 – DURB/DIGU - Aprovação do projeto de arquitetura de legalização de alterações em moradia – Processo n.º 26/17*
278. *Deliberação n.º 2918/2022 – Proposta n.º 574/2022 – DURB/DIGU - Aprovação do projeto de arquitetura de legalização de alterações – Processo n.º 393/19*
279. *Deliberação n.º 2919/2022 – Proposta n.º 575/2022 – DURB/DIGU - Aprovação do projeto de arquitetura de legalização de moradia – Processo n.º 120/22*
280. *Deliberação n.º 2920/2022 – Proposta n.º 576/2022 – DURB/DIGU - Aprovação do projeto de arquitetura para legalização de edificação – Processo n.º 72/22*
281. *Deliberação n.º 2921/2022 – Proposta n.º 577/2022 – DURB/DIGU - Aprovação do projeto de arquitetura para legalização de edificação – Processo n.º 66/22*
282. *Deliberação n.º 2922/2022 – Proposta n.º 578/2022 – DURB/DIGU - Aprovação do projeto de arquitetura de legalização de edificação – Processo n.º 133/22*
283. *Deliberação n.º 2923/2022 – Proposta n.º 579/2022 – DURB/DIGU - Aprovação do projeto de arquitetura para legalização de edificação – Processo n.º 382/21*
284. *Deliberação n.º 2924/2022 – Proposta n.º 580/2022 – DURB/DIGU - Aprovação do projeto de arquitetura para legalização das edificações existentes, licenciamento e concessão da licença para obras de edificação de piscina – Processo n.º 279/21*
285. *Deliberação n.º 2925/2022 – Proposta n.º 581/2022 – DURB/DIGU - Aprovação do projeto de arquitetura de legalização de piscina – Processo n.º 217/22*
286. *Deliberação n.º 2926/2022 – Proposta n.º 582/2022 – DURB/DIGU - Aprovação do projeto de arquitetura de legalização de anexo e construção de moradia térrea – Processo n.º 221/22*
287. *Deliberação n.º 2927/2022 – Proposta n.º 583/2022 – DURB/DIGU - Legalização de alterações em edificação – Processo n.º 9/20*
288. *Deliberação n.º 2928/2022 – Proposta n.º 584/2022 – DURB/DIGU - Indeferimento de projeto de arquitetura de moradia, garagem, piscina e muro de vedação – Processo n.º 538/21*
289. *Deliberação n.º 2929/2022 – Proposta n.º 585/2022 – DURB/DIGU - Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra – Processo n.º 135/19*
290. *Deliberação n.º 2930/2022 – Proposta n.º 586/2022 – DURB/DIGU - Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra – Processo n.º 454/20*
291. *Deliberação n.º 2931/2022 – Proposta n.º 587/2022 – DURB/DIGU - Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra – Processo n.º 34/19*
292. *Deliberação n.º 2932/2022 – Proposta n.º 588/2022 – DURB/DIGU - Aprovação do pedido de informação prévia para construção de uma moradia – Processo n.º 27/22*

293. *Deliberação n.º 2933/2022 – Proposta n.º 589/2022 – DURB/DIGU - Aprovação de pedido de informação prévia ao abrigo do art.º 14 do RJUE – Processo n.º 42/21*
294. *Deliberação n.º 2934/2022 – Proposta n.º 590/2022 – DURB/DIGU - Informação prévia favorável relativa a loteamento urbano – Processo n.º 27/21*
295. *Deliberação n.º 2935/2022 – Proposta n.º 591/2022 – DURB/DIGU - Aprovação das alterações à planta de síntese do alvará de loteamento n.º 02/2002 – Processo n.º 21/98*
296. *Deliberação n.º 2936/2022 – Proposta n.º 592/2022 – DURB/DIGU - Aprovação das alterações às especificações do alvará de loteamento n.º 3/99 – Processo n.º 762/95*
297. *Deliberação n.º 2937/2022 – Proposta n.º 593/2022 – DURB/DIGU - Aprovação das alterações às especificações do alvará de loteamento n.º 1/07 – Processo n.º 942/99*
298. *Deliberação n.º 2938/2022 – Proposta n.º 594/2022 – DURB/DIGU - Alterações às especificações do alvará de loteamento n.º 7/85 – Processo n.º 441/83*
299. *Deliberação n.º 2939/2022 – Proposta n.º 595/2022 – DURB/DIGU - Homologação do auto de vistoria – Alojamento Local – Processo n.º 84/22*
300. *Deliberação n.º 2940/2022 – Proposta n.º 596/2022 – DURB/DIGU - Homologação do auto de vistoria – Alojamento Local – Processo n.º 81/22*
301. *Deliberação n.º 2941/2022 – Proposta n.º 597/2022 – DURB/DIGU - Homologação do auto de vistoria – Alojamento Local – Processo n.º 80/22*
302. *Deliberação n.º 2942/2022 – Proposta n.º 598/2022 – DURB/DIGU - Homologação do auto de vistoria Processo n.º 26/22*
303. *Deliberação n.º 2943/2022 – Proposta n.º 599/2022 – DURB/DIGU - Homologação do auto de vistoria – Processo n.º 1198/DFI/20*
304. *Deliberação n.º 2944/2022 – Proposta n.º 600/2022 – DURB/GAPRU - Concessão da licença e emissão do alvará de construção da alteração de fachada de um edifício habitacional – Processo n.º 69/22*
305. *Deliberação n.º 2945/2022 – Proposta n.º 601/2022 – DURB/GAPRU - Concessão de aditamento à licença de construção de alteração e ampliação de edifício habitacional – Processo n.º 109/19*
306. *Deliberação n.º 2946/2022 – Proposta n.º 602/2022 – DURB/GAPRU - Aprovação de projeto de arquitetura – Processo n.º 78/77*
307. *Deliberação n.º 2947/2022 – Proposta n.º 603/2022 – DURB/GAPRU - Aprovação de projeto de arquitetura - Alteração de fachada – Processo n.º 240/22*
308. *Deliberação n.º 2948/2022 – Proposta n.º 604/2022 – DURB/GAPRU - Aprovação de projeto de arquitetura – Alterações e ampliação – Processo n.º 84/22*
309. *Deliberação n.º 2949/2022 – Proposta n.º 605/2022 – DURB/GAPRU - Aprovação de projeto de arquitetura – Alterações e ampliação – Processo n.º 98/22*
310. *Deliberação n.º 2950/2022 – Proposta n.º 606/2022 – DURB/GAPRU - Aprovação do projeto de arquitetura – Legalização de alteração de fachada – Processo n.º 295/22*
311. *Deliberação n.º 2951/2022 – Proposta n.º 607/2022 – DURB/GAPRU - Aprovação de projeto de arquitetura – Alterações e legalização de ampliação – Processo n.º 545/21*
312. *Deliberação n.º 2952/2022 – Proposta n.º 608/2022 – DURB/GAPRU - Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra – Processo n.º 114/19*

- 313. *Deliberação n.º 2953/2022 – Proposta n.º 609/2022 – DURB/GAPRU - Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra – Processo n.º 23/16*
 - 314. *Deliberação n.º 2954/2022 – Proposta n.º 610/2022 – DURB/GAPRU - Informação prévia favorável condicionada, para demolição e construção destinada a equipamento/serviços – Processo n.º 38/21*
 - 315. *Deliberação n.º 2955/2022 – Proposta n.º 611/2022 – DURB/GAPRU - Informação prévia desfavorável, para alteração e ampliação de habitação – Processo n.º 5/22*
 - 316. *Deliberação n.º 2956/2022 – Proposta n.º 612/2022 – DURB/GAPRU - Homologação do auto de vistoria – Alojamento local – Processo n.º 68/22*
 - 317. *Deliberação n.º 2957/2022 – Proposta n.º 613/2022 – DURB/GAPRU - Homologação do auto de vistoria – Alojamento Local – Processo n.º 52/22*
 - 318. *Deliberação n.º 2958/2022 – Proposta n.º 614/2022 – DURB/DIMOT - 2.ª alteração ao Regulamento dos Parques de Estacionamento Teotónio Banha, Finanças e Terminal Ferry*
 - 319. *Deliberação n.º 2959/2022 – Proposta n.º 615/2022 – DURB/GARIU - Painei publicitário tipo mini c/ 4m2 cada face – Processo n.º 76/21*
 - 320. *Deliberação n.º 2960/2022 – Proposta n.º 616/2022 – DURB/GARIU - Ocupação de via pública com rastreio auditivo gratuito – Processo n.º 11/22*
 - 321. *Deliberação n.º 2961/2022 – Proposta n.º 617/2022 – DURB/GARIU - Ocupação de via pública com rastreio auditivo gratuito – Processo n.º 15/22*
 - 322. *Deliberação n.º 2962/2022 – Proposta n.º 618/2022 – DURB/GARIU - Ocupação de via pública com unidade móvel - Roulote de venda de bifanas – Processo n.º 149/19*
 - 323. *Deliberação n.º 2963/2022 – Proposta n.º 619/2022 – DURB/GARIU - Ocupação de via pública com unidade móvel - Roulote de venda de bifanas – Processo n.º 150/19*
 - 324. *Deliberação n.º 2964/2022 – Proposta n.º 620/2022 – DURB/GARIU - Circulação na via pública de Bicicleta XXL exibindo publicidade – Processo n.º 75/22*
 - 325. *Deliberação n.º 2965/2022 – Proposta n.º 621/2022 – DURB/DIGU - Aprovação do projeto de arquitetura para alteração e ampliação de edifício e concessão da licença para obras de construção e demolição - Processo n.º 158/22*
- C) *Período destinado à intervenção do Público*

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Gabinete da Presidência (GAP), da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal (CBSS) e dos departamentos de Administração e Finanças (DAF) e de Comunicação, Relações Internacionais e Turismo (DCTUR), conforme documentos anexos arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.º 10 a 13.
- b) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito dos departamentos de Recursos Humanos (DRH), de Ambiente e Recursos Urbanos (DASU) e de Educação e Bibliotecas (DEB), conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 14 a 16.



- c) Foi dado conhecimento da listagem relativa ao despacho proferidos no âmbito do Departamento de Obras Municipais (DOM), conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 17.
- d) Foi dado conhecimento da listagem relativa ao despacho proferidos no âmbito do Departamento de Cultura, Desporto, Direitos Sociais, Saúde e Juventude (DCDJ), conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 18.
- e) Foi dado conhecimento da listagem relativa ao despacho proferido no âmbito do Departamento de Urbanismo (DURB), conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 19.

2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sr. Vereador Vítor Ferreira – Disse que o senhor Vereador Fernando José, em nome da bancada do Partido Socialista, já tinha feito referência àquilo que eram os critérios editoriais da comunicação, quer nas redes sociais quer do boletim municipal. Não tinham estado de acordo. Daquela vez tinha-lhe cabido a ele, em nome da bancada, falar sobre o mais recente boletim municipal. Sendo naturalmente a gestão autárquica partidária, não estavam à espera que ele fosse distribuído em branco ou com corações amarelos, vermelhos, rosa e laranja com muitos “k”, “k”, “k” por aí fora, *likes*, portanto, era natural que ele tivesse um objetivo. Mas, eles tinham que mostrar ali a preocupação com o título: *“governo dá escolas sem transferir verbas para obras”*. Fazia lembrar aquilo que seria um bom título para um conhecido e histórico órgão de comunicação, jornal, de um partido daquele país, faria sentido ser assim, no caso do boletim municipal, até tendo em conta aquilo que tinha sido o quadro da negociação no âmbito da Associação Nacional dos Municípios e também aquilo que estava no interior, em que se referia que o Governo ia assumir responsabilidades, naquilo que era a necessidade de obras que tinham sido identificadas em quatro estabelecimentos, pelo menos um deles considerado uma intervenção muito urgente, que era o caso da Secundária do Bocage. Tendo em conta aquilo que lá estava, parecia-lhes que o título era demasiado demagógico e pouco pedagógico.

Eram autarcas responsáveis e sabiam que sendo aquela descentralização extremamente importante, vital para aquilo que era a resposta às comunidades educativas, as respostas ao concelho, sabiam que era importante, que era relevante, aquilo que era o envelope financeiro, não tinham discordância, já tinha havido momentos até, em mandato anterior, que tinham votado documentos que alertavam exatamente o Governo para a necessidade de haver um reforço. Esse reforço era agora negociado e começava a ter alguma tradução efetiva. Saudavam aquilo que tinha sido o trabalho de um grupo de trabalho, que tinha elencado as dificuldades, aquilo que eram as necessidades de intervenção, aquilo que era o trabalho do Conselho Municipal de Educação que também estava, naturalmente, atento às dificuldades, mas consideravam que aquela era uma matéria que exigia da parte dos interessados, das partes, uma postura muito séria e capacidade negocial. Não lhes parecia bem um título daqueles que colocava em xeque uma das partes que ainda por cima estava, pelo aquilo que podiam identificar, a tentar dar resposta àquilo que eram os problemas identificados.

Achavam que aqueles boletins, aqueles meios de comunicação, tinham que traduzir melhor aquilo que era a realidade daquele executivo, que era um executivo constituído minoritariamente por membros da CDU, por forças que representavam o PSD e o PS, que representavam as vontades dos cidadãos e, como tal, não lhe parecia que ficasse bem apontarem para títulos que pareciam mais próprios daquilo que era um *pasquim* populista.

Sra. Vereadora Rute Perdigão – Disse que tinha três situações a apontar.

Por um lado, a questão do *bicibox*. Aquela questão do Interface de Transportes de Setúbal que permitia guardar a bicicleta em segurança quando se chegava à cidade. Pelo que tinha lido, tinha sido inaugurado a 3 de junho e as pessoas continuavam a não ter acessos. Estava tudo montado, estava tudo organizado, contudo, faltava concluir uma configuração tecnológica do equipamento.

Questionou se demorava muito, qual era a informação que tinham para lhes dar. Tendo em conta todo o ambiente, o desenvolvimento sustentável, tudo o que queriam fazer de outros tipos de transportes e já que iriam falar dos problemas dos outros transportes, quis assegurar aquela parte.

Relativamente ao segundo ponto, tinha a ver com o Parque da Várzea. Questionou para quando todo aquele equipamento inovador que aliava às funções de lazer. Por um lado, estavam a falar da prevenção de cheias na cidade, daquele sistema montado de engenharia hidráulica, que já tinham ali, o tal *alguidar*, como alguns costumavam denominar mas faltava o resto. E o resto era algo muito interessante. Falavam numa quinta pedagógica, campos desportivos de aventura, parques infantis, miradouros, quiosques, jardins, áreas de recreio. Portanto, todos aqueles equipamentos que os cidadãos gostariam de ver e - que estava refletido naqueles *outdoors* gigantes - não estavam lá e tinha sido algo que lhe tinha sido inquirido pelos futuros cidadãos, ativos e interventivos que eram as nossas crianças, que tinham perguntado e que estavam expectantes para saber para quando.

O terceiro ponto era relativo às passeadeiras: como utilitária dos passeios e transeunte e mesmo condutora do seu veículo e de um veículo de bebé, podiam imaginar, e sabiam que ao longo da cidade eram várias as passeadeiras que não estavam devidamente pintadas, inclusive haviam passeadeiras, que apenas reparava que eram passeadeiras pelo desnível nos passeios. Era urgente fazer com que aquilo deixasse de se verificar.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que queria fazer uma intervenção que tinha a ver com a questão da mobilidade e, particularmente, com um tema que tinha vindo a trazer ali, em todas as reuniões, que tinha que ver com o novo serviço de transportes.

Já tinham tido ali várias discussões sobre isso, nalgumas delas tinham levantado questões como o acesso às praias que não estava a ser garantido, conforme o senhor Presidente tinha dito que tudo iria fazer para garantir, assim como, o próprio funcionamento geral desse serviço. Tinha verificado há uns dias atrás, não se lembrava exatamente em que dia, que o senhor Presidente até tinha feito um comunicado ou os serviços da Câmara tinham feito um comunicado sobre esse tema, no fundo pedindo desculpa sobre a situação, apesar de se entender e de se perceber que não era um serviço que respondesse diretamente à Câmara Municipal ou ao Município de Setúbal, mas “política à parte”, pensava que tinham que começar a entender o que é que se passava, porque havia qualquer coisa ali que não estava a funcionar bem e tinha que se pedir contas, naquele caso, à Autoridade Metropolitana de Transportes, porque, no fundo, era ela a empresa prestadora que tinha que prestar contas também. Na realidade, o que se verificava e o que iam tomando conhecimento era que não só as carreiras não eram cumpridas, não eram cumpridas porque não cumpriam os horários, não eram cumpridas, também, porque não chegavam muitas vezes os autocarros aos locais em que deviam chegar, segundo as carreiras que estavam previstas, e pensava que havia uma coisa que era quase consensual, não se viam autocarros a circular em Setúbal. No corrente ano tinha tirado férias em Setúbal, tinha estado em Setúbal o mês todo, desde que o serviço tinha iniciado, que tinha sido dia 1 de junho, e a verdade é que não se viam os autocarros como se via em períodos anteriores. E, com isso não estava a fazer nenhuma defesa da concessão dos Transportes Sul do Tejo, que também tinham as suas falhas, mas a verdade era que não tinham ido para melhor, tinham ido para pior. Existiam casos caricatos, descrições de pessoas perdidas numa paragem de autocarro que queriam ir para a praia, tinham acontecido há menos de 15 dias atrás, e por alguma razão um autocarro que não era daquela carreira, parou a perguntar o que é que se passava e levou as pessoas à praia. Já estavam naquele quase voluntarismo das pessoas que conduziam os autocarros, que

decidiam levar as pessoas à praia porque *“coitadas estavam penduradas ali numa das paragens”*. Havia qualquer coisa que não estava a funcionar.

Não sabia se eles não deviam - quando dizia eles eram as forças políticas que estavam representadas naquela câmara -, fazer uma reunião privada para tentarem entender o que é que se passava, porque havia qualquer coisa que não funcionava.

Diziam-lhe que os condutores dos autocarros não conheciam os percursos, eles próprios não conheciam os percursos que tinham que fazer ou não conheciam a cidade, portanto, havia qualquer coisa ali que não estava a funcionar. A verdade é que já iam em quase três meses e, não havia melhoras palpáveis. Quase diariamente falava com pessoas que utilizavam muito os transportes públicos dentro de Setúbal - ele era utilizador, mas era mais para sair da cidade -, e a verdade era que não havia melhoras, pelo contrário, as pessoas já começavam a não acreditar no serviço, que era uma coisa grave, para todos era compreensivelmente uma coisa que era grave. Aquilo depois conjugado, obviamente, não tinha nada que ver com aquele assunto, mas conjugado com uma série de greves que tinham havido ainda perturbava mais a vida das pessoas. As pessoas não sabiam a que horas chegavam ao trabalho, se conseguiam chegar ao trabalho e começava a ser uma coisa caricata. Se não fosse a vida das pessoas estar em causa, quase que dava para fazer um filme de comédia ou qualquer coisa do género.

Havia qualquer coisa que não estava visivelmente a funcionar bem. Tinha falado em termos daquilo que era o funcionamento, que eram as coisas mais ou menos objetivas, politicamente tinham que pedir contas a quem devia pedir contas à empresa, que era a Autoridade Metropolitana de Transportes. Achava que deviam colocar de parte as afinidades políticas, e fazer mesmo essa ligação, porque havia qualquer coisa que não estava a funcionar. Nem que fosse ponderar suspender o serviço, porque ou era a empresa que estava a funcionar mal, ou era a entidade fiscalizadora que tinha atribuído o serviço - que era a Área Metropolitana de Transportes -, que também não estava a fazer o seu papel, ou eram as duas, que era o mais provável. Mas havia qualquer coisa que não era concebível.

Via o desespero de pessoas que se dirigiam a si, pessoas que conhecia, portanto, não era conversa, não eram emails que tinha recebido na qualidade de autarca, que não obtinham uma explicação. Há uns dias atrás tinha-se dirigido à bilheteira da Alsa Todi porque um familiar seu tinha perdido uns objetos, e até a forma como as pessoas eram atendidas não era... havia qualquer coisa ali que não funcionava, não sabia explicar.

Tinham lhe dito que os próprios motoristas sugeriam às pessoas que escrevessem no livro de reclamações e para a Câmara, e identificavam a Câmara quando sabiam que não era a Câmara que estava em causa. Achava que tinham que falar ali sobre aquele tema, porque aquilo não podia continuar, além do mais em setembro começavam as aulas, as crianças precisavam de se deslocar, já não eram só as pessoas que iam para o seu trabalho, e isso prejudicava a vida dos nossos concidadãos.

Pensava que deviam ter uma reunião de trabalho para tentar perceber o que se passava, tentar trazer alguém da Área Metropolitana ou da Autoridade Metropolitana de Transportes para lhes tentarem explicar o que é que se passava. Sinceramente não se compreendia.

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Disse que a sua primeira questão era decorrente da alteração da lei, segundo a qual o Presidente do Conselho Consultivo do Hospital, como no caso do Centro Hospitalar de Setúbal, tinha passado a ser designado pelos municípios e não pela tutela. Sabiam que o anterior Conselho Consultivo tinha cessado funções em 2020 e que coube à Câmara nomear para o efeito o novo Presidente. Sendo o Conselho Consultivo um órgão consultivo composto por representantes de utentes, trabalhadores do Centro Hospitalar e institucionais, pretendiam saber por que motivo ainda não estava em funcionamento o novo Conselho Consultivo do Hospital de São Bernardo.

A outra questão tinha a ver com a situação reportada por moradores no centro histórico e alguns comerciantes que tinham manifestado a sua preocupação relativamente à facilidade de circulação de viaturas de bombeiros e outros meios de socorro.

O centro histórico era sem dúvida uma área envelhecida da cidade, com muita população idosa, as ruas tinham uma configuração apertada da rede de circulação viária, que por si já dificultava a passagem de veículos de socorro.

Após alerta dos moradores, tinham constatado que algumas ruas estavam ocupadas por mobiliário, mesas, cadeiras, móveis e inclusive veículos estacionados em ruas em que o trânsito era proibido, o que se podia afigurar como incompatibilidade com uma situação de socorro, quer por parte de bombeiros, quer por parte do INEM. Seguramente que existia um plano municipal de intervenção, no centro histórico de Setúbal, em termos de Proteção Civil, onde aquelas situações estavam previstas. Gostariam que o senhor Presidente lhes fizesse chegar o plano.

Terminou dizendo que na reunião de 19 de janeiro os vereadores do Partido Socialista a propósito do aniversário do Programa Nosso Bairro, Nossa Cidade, solicitaram a disponibilização do relatório de avaliação anual ou semestral do programa, de forma a aprofundarem os seus conhecimentos sobre a evolução dos vários indicadores de eficiência e eficácia do programa. Até à data não tinha chegado a documentação solicitada, assim como não tinha chegado a prometida informação detalhada sobre a Quinta da Parvoíce.

Sra. Vice-Presidente – Disse que tinha sido levantada uma questão relacionada com a área da educação, área que tinha sido passada desde a data de 1 de abril, no que se referia aos 2.º, 3.º ciclo e secundário para a responsabilidade da Câmara Municipal numa série de matérias, e a Câmara Municipal em devido tempo criou um grupo de trabalho, interdepartamental e fez um trabalho muito sério, relativamente àquilo que eram as suas obrigações a partir do momento em que a lei entrasse em vigor.

Esse trabalho tinha sido feito pelos nossos técnicos dos vários departamentos, e tinha sido feito com base também no conhecimento e na experiência dos senhores diretores de estabelecimento. Tinha sido apurados os custos, quer de requalificação dos estabelecimentos de ensino, quer de manutenção do dia a dia, quer das outras despesas de funcionamento relativamente àqueles graus de ensino e àquelas responsabilidades que a câmara iria assumir. Ao longo do mandato anterior - e naquele mandato também - tinham alertado que a situação das escolas em Setúbal era complicada. Tinha ido dizendo, ali, na Câmara Municipal e, também, nas reuniões do Conselho Municipal de Educação, nas reuniões da recém-criada Comissão de Acompanhamento, para a questão da descentralização de competências. Aquele valor dos 36 milhões de euros, era um valor que tinha sido apurado naqueles fóruns e era um valor que, naquele momento, até podia estar desatualizado, tendo em conta a situação que viviam. Era um valor que realmente assustava quando uma entidade pegava em competências que estavam com outra entidade, que tinha tido anos e anos essa responsabilidade e que tinha optado, em muitos dos casos, por deixar as escolas fora de alguns programas, tendo em conta, provavelmente, critérios que também foi utilizando e que muitas vezes desconheciam.

O senhor Vereador Vítor Ferreira era uma pessoa com conhecimento de causa, sabia exatamente do que é que estavam a falar, mas para além, e não duvidava que também estivesse preocupado com a gravidade da situação, como era óbvio, vinha ali explicar as suas preocupações relativamente à comunicação, à maneira da Câmara dizer que efetivamente precisavam de fazer 36 milhões de euros de investimento para terem as escolas requalificadas.

No âmbito da criação da Comissão de Acompanhamento - que estava prevista na lei -, tinham elaborado relatórios e até a conselho da senhora Ministra da Coesão Social, esses relatórios mensais iam depois servir para poderem apurar as despesas porque, supostamente, todas as despesas - estava a falar no âmbito da manutenção corrente e do dia a dia -, seriam depois ressarcidas, caso se entendesse que aquilo que iam realizar fosse útil. Estavam, naquele momento, a preparar o início do ano letivo e estavam a deparar-se também, mesmo após as visitas da DGESTE a uma série de escolas que, por insistência deles tinham feito, com problemas muito graves, nomeadamente no que se referia a alguns refeitórios. Refeitórios que não estavam em condições que eles considerassem que fossem as exigíveis, em relação

a alguns equipamentos desses refeitórios e em relação a outros problemas estruturais que aguardavam pelas ditas requalificações.

Quis dizer ao senhor Vereador que, em 2019, quando tinha sido publicada a lei da descentralização, trazia um anexo sobre a questão das escolas prioritárias. O nosso concelho tinha duas escolas prioritárias. Passados praticamente 3 anos, não tinha acontecido nada em relação a essas já duas escolas prioritárias, que eram na altura a Secundária do Bocage e a Aranguês. Por grande insistência deles e, por considerarem que havia mais duas escolas, como o senhor Vereador tinha dito agora eram quatro, essa lista tinha sido alterada, mas já sabiam que o programa ia ser até 2030.

Portanto, os nossos alunos que entre 2022 e 2030 estivessem a frequentar essas escolas em particular, tinham que ter as mesmas condições, as mesmas oportunidades que os outros alunos e isso ia-se refletir na manutenção desses estabelecimentos de ensino.

Desde que tinham começado aquele processo, tinham começado no princípio de que as autarquias não tinham praticamente razão nenhuma, ou que o valor ia chegar e sobrar, como tinha ouvido de entidades responsáveis, passaram por um acordo entre a Associação Nacional de Municípios e os municípios que do seu ponto de vista não era o ideal, mas tinha sido um passo importante, tinha passado porque as autarquias tinham-se feito valer daquilo que eram não as suas vontades ou o protesto pelo protesto, mas porque era muito justo todas as reivindicações que eram colocadas. Agora, tinham um acordo assinado, e *“palavra dada é palavra honrada”* que remetia para os próximos 90 dias uma série de coisas que já na legislação de 2019 estavam para ser regulamentadas e nunca tinham sido.

Portanto, iam aguardar para ver como é que aquelas questões iam ser tratadas e como é que iam ter um sistema que desse exatamente as mesmas oportunidades a todos os alunos e a mesma qualidade de ensino, era isso que queriam e achava que todos os que ali estavam sentados também queriam.

Deu um pequeno exemplo, sabiam que o senhor Ministro da Educação tinha estado ali, no dia 1 de junho, na Escola Secundária do Bocage e tinha feito um anúncio muito importante, tinha incluído a Escola Secundária do Bocage como uma das escolas prioritárias, das prioritárias. Para eles era muito importante, porque também consideravam que aquelas quatro escolas eram prioritárias, das prioritárias, mas a verdade era que desde esse anúncio pouco ou nada sabiam, nem tinham nenhuma indicação. Sabiam que aquilo que estava na legislação era que as obras seriam da responsabilidade das câmaras municipais mas que haveria um financiamento para essas obras.

Contudo, estavam a iniciar o ano letivo. Tinha que ter a escola em condições para iniciar o ano letivo e, naquele momento, podiam dizer que estavam a fazer algumas reparações, algumas requalificações, quer no que dizia respeito a algumas salas de aulas, porque algumas salas de aulas poderiam impedir o funcionamento de turmas, isso acontecia na Secundária do Bocage, mas também acontecia em Azeitão. O estado das salas não era o adequado para ter turmas e o que a escola o que lhes dizia era que se calhar iam ter que reduzir turmas. Portanto, estavam em diálogo com as escolas para ver qual era a melhor solução no sentido de darem as respostas mais adequadas.

Para perceberem a dimensão daquilo que estavam a falar, deu um exemplo: uma escola que tinha 70 anos e que tinha tido poucas intervenções ou intervenções pontuais, olhando para o espaço exterior da escola, onde a câmara já tinha feito inúmeras intervenções mesmo antes da descentralização e percebiam que aquela escola tinha calçada, toda à volta, e que essa calçada estava degradada. Só o orçamento para reparar a calçada era 27 mil euros mais IVA. Recebiam por ano, para a manutenção 20 mil euros. Aquela escola, embora tivesse alguns critérios porque já tinha mais anos, como era uma escola em altura e não uma escola de uma implantação grande, e esse era um dos principais critérios, não ia descolar dos 20 mil euros.

Portanto, perguntava como é que eles, no âmbito da manutenção, davam resposta a todas aquelas questões, até que as requalificações depois estivessem feitas, de maneira a resolver aqueles problemas que lhes tinham *“chegado ao colo”* no dia 1 de abril.

Por isso, era verdade sim, que eram necessários 36 milhões para requalificar as escolas do nosso concelho, e era verdade sim, que as escolas que lhes tinham passado estavam em

muito mau estado e por isso eram necessários 36 milhões para requalificar. E também era verdade que, enquanto as requalificações não acontecessem, iam ter que gastar muito dinheiro, para que os nossos alunos também tivessem condições para poderem frequentar essas mesmas escolas. Havia muitas questões ali que com certeza, poderiam vir a ser resolvidas. Pensava que o senhor Ministro da Educação não iria falhar no compromisso que tinha feito, porque era por demais urgente que as 4 escolas do nosso concelho tivessem a devida requalificação. E, ainda, não estavam a falar, porque não havia horizonte, não havia resposta, não havia resposta nem política nem prática, para problemas que se arrastavam há anos. Na escola de Azeitão as crianças nunca tinham tido direito a um pavilhão para as suas atividades gímnodesportivas.

A escola Dom Manuel Martins tinha sido feita há 25 anos, o edifício novo, também nunca tinha havido lugar para a construção do pavilhão.

Portanto, tinham que pensar naquilo de forma séria, era verdade, porque aqueles eram realmente os problemas que enfrentavam e sabiam que a educação era uma das ferramentas de que melhor as pessoas tinham para poderem desenvolver a sua vida e terem uma vida digna e de qualidade.

Portanto, não podiam sonegar isso às nossas crianças. Presentemente, enquanto atores com uma grande responsabilidade naquela área, todos eles ali na Câmara Municipal, tinham que ter aquilo em consciência, mas tinham o dever de informar as pessoas como é que as escolas lhes tinham chegado, as pessoas também sabiam mais ou menos e o que é que era preciso fazer para que as situações fossem resolvidas.

Sr. Vereador Nuno Cruz – Disse que tinha duas questões para o senhor Presidente, mas antes de as colocar, quis tocar num assunto que tinha sido falado pela senhora Vereadora Carla Guerreiro em relação à questão do boletim.

A bancada do Partido Socialista certamente que tinha a mesma preocupação e não consideravam que tinham nem mais nem menos do que a CDU em relação àquilo que deviam ser as nossas escolas, à qualidade das instalações, porque sabiam perfeitamente que melhores condições iriam traduzir-se em melhores alunos. Mas isso não fazia com que não continuassem a ter a mesma preocupação em relação ao boletim. A própria senhora Vereadora tinha acabado de dizer que arranjar uma calçada na escola custava 27 mil euros, se o senhor Presidente tiver a mesma frontalidade que tinha noutros assuntos, e que reconhecia que tinha, para responder àquilo que já tinham perguntado sobre quanto é que custava cada boletim que era lançado na casa dos munícipes, se calhar facilmente percebiam que em 2 ou 3 meses essa calçada estava colocada. Não eram contra o boletim, nunca os tinham ouvido falar que eram contra o boletim, eram contra, ou pelo menos não defendiam a utilização do boletim para efeitos políticos, para campanha política de um partido. E como é que isso se justificava? De uma forma muito simples, se fosse para comunicar com os cidadãos de Setúbal, além das propostas que a CDU aprovava em reunião da Câmara também apareciam as propostas, quer da bancada do PS, quer da bancada do PSD, traziam àquela casa. Também apareciam intervenções, também apareciam entrevistas, porque aquela Câmara tinha 11 vereadores, não tinha 5 vereadores. Certamente que iam começar a olhar para a questão do boletim e iam perceber que ficava muito caro aos setubalenses chegar essa informação a casa, até porque os setubalenses certamente como noutras zonas do país, já tinham acesso a redes sociais, porque viviam numa era digital, e certamente iam encontrar uma forma mais barata de fazer, não resolvendo a questão da campanha que só viam ali em Setúbal, não viam nada do género noutro lado.

A bancada do Partido Socialista iria acompanhar a preocupação da bancada do PSD, que a ilustre Vereadora Rute Perdigão tinha trazido ali em relação às passadeiras. Eles já tinham colocado aquela questão, aliás, pensava que o PSD também já tinha colocado aquela questão em relação às passadeiras logo no início do mandato, porque aquilo era um problema que já se tinha iniciado no mandato anterior.

Disse que na segunda-feira passada tinha feito um pequeno exercício, tinha-se deslocado da Rua Cidade de Leiria até à beira-mar e aproveitou para agraciar a Santa que vinha de Troia

para Setúbal, e contou quantas passadeiras é que se viam desde a Rua Cidade de Leiria - e certamente não precisava de dizer onde ficava a Rua Cidade de Leiria que o senhor Presidente sabia -, e contava-se por uma mão, 4 passadeiras e, não estava a falar de 4 passadeiras que se viam bem, estava a falar de 4 passadeiras aceitáveis.

A preocupação deles era muito grande, porque estavam a falar da segurança de pessoas, e gostavam de saber quando é que aquele problema estava resolvido. Porque não valia a pena, naquele dia, o senhor Presidente ir ali novamente, dizer que o problema era da borracha dos pneus, porque usavam uma nova borracha, nem valia a pena vir dizer que era da qualidade da tinta, porque eles tal como o senhor Presidente e tal como os restantes vereadores, andavam pelo país e viam as outras cidades com as passadeiras pintadas, e também passavam os mesmos pneus e também utilizavam, se calhar, a mesma tinta, se não utilizavam a mesma tinta, aconselhava a Câmara Municipal de Setúbal a pensar noutro fornecedor.

Fez outro desafio ao senhor Presidente. Além de ter ido a pé desde a Rua Cidade de Leiria até à beira-mar tinha levado um carrinho de bebé. Disse que deixava ali de uma forma franca e honesta o desafio - se quisesse ir juntamente com ele fazer o percurso da Rua Cidade de Leiria até à beira-mar com um carrinho de bebé, e não se importava de levar o carrinho de bebé se o senhor Presidente não quisesse levar -, e veriam, no final, se o senhor Presidente ainda dizia que aquela cidade estava assim tão boa, e que tinha evoluído assim tanto, e que era a cidade ideal para nós vivermos, não eram só as passadeiras, também eram as calçadas, também eram os lancis, eram as árvores que levantavam as calçadas, os idosos passavam e tinham ali um perigo enorme. Viam o tempo a passar e não viam o problema a ser solucionado. Compreendiam e certamente que diria na sua intervenção, se quisesse responder, que teria problemas com fornecedores, porque agora havia uma guerra, porque tinha havido o covid, etc., mas a verdade é que as pessoas tinham que continuar a passar nas passadeiras e o problema tinha que ser resolvido.

Por último, para o senhor Presidente e também um pouco para a senhora Vereadora que tinha o pelouro dos Recursos Humanos - e como a senhora Vereadora sabia que ele conhecia muito bem aquela casa onde estavam naquele dia -, existia um conjunto de funcionários trabalhadores daquele município que no final do ano estava a aproximar-se o fim dos seus contratos, as avenças, os ditos recibos verdes falsos, que ali tanto tinha trazido. E essas pessoas, tal como eles todos ali, tinham que levar dinheiro para casa, tinham que comprar os seus bens, comprar peixe e carne, etc., e a questão que colocava à senhora Vereadora era que resposta é que a senhora Vereadora estava a dar a esses trabalhadores. Qual era a solução que tinha para aqueles trabalhadores. Porque não estavam a falar de uma prestação de serviço normal, porque isso para eles era perfeitamente normal, começava e acabava, o serviço tinha sido prestado e *"seguia o seu caminho"*, como costumava dizer. Estava ali a falar de trabalhadores que executavam funções, que deviam estar a ocupar um posto de trabalho, no mapa de pessoal daquela autarquia e isso não acontecia. Os concursos tinham aberto, e como todos sabiam, e pensava que também não ia negar, não iam solucionar todos os problemas que existiam naquele momento no município e a questão que colocava era o que é que estava a pensar a senhora Vereadora, juntamente com o resto executivo fazer em relação aos trabalhadores que até ao final do ano iam acabar os seus contratos.

Achava que se a CDU levantava uma bandeira constantemente, e já ali tinha levantado na defesa dos trabalhadores, certamente que não ia deixar aqueles trabalhadores na mão.

Sra. Vice-Presidente – Dirigiu-se ao senhor Vereador Nuno Cruz e disse que, iam dar seguimento àquilo que eram os objetivos que tinham traçado naquele mandato, abrir os procedimentos concursais de modo a que as pessoas pudessem ter oportunidade de concorrer. Tinha sido isso que tinham feito desde 2020, naquele ano tinha sido particularmente um ano em que tinham conseguido resolver muitas situações, estavam a ter muitas aposentações, naquele momento, pensava que já eram cerca de 35, muitas até no sector operacional. Tinha vindo a trazer àquela Câmara Municipal e, naquele dia, também,

traziam, algumas propostas de abertura de procedimentos concursais para colmatar aquelas situações. Portanto, aquilo que tencionavam fazer era continuar aquela estratégia de regularização de trabalhadores que estavam com regime de prestação de serviços, adequar a Câmara Municipal com procedimentos concursais e com as respetivas reservas de recrutamento, para que pudessem ter instrumentos nas áreas em que houvesse necessidade e pudessem proceder à substituição dos trabalhadores que se aposentavam sem terem que esperar a abertura de novos procedimentos concursais. Era aquela a estratégia deles, dotarem nas diferentes áreas da Câmara Municipal a abertura de procedimentos concursais com as reservas de recrutamento que lhes permitissem fazer isso. Como também já tinha dito ali naquela Câmara Municipal, muitas vezes, tinham o problema da ausência de candidatos nalgumas áreas, em que eram trabalhos muito específicos com qualificações que não eram do mero trabalhador indiferenciado e que as pessoas tinham que investir naquela profissão e que muitas vezes, no âmbito de uma empresa privada conseguiam auferir uma remuneração melhor e, por isso, era muito difícil para as autarquias e para a administração conseguir recrutar certas profissões - como já tinham visto ali muitas vezes - e ter aquela concorrência com o setor privado porque, infelizmente, não podiam oferecer mais aos nossos trabalhadores. Em 2023, a estratégia deles seria dar continuidade à abertura de lugares no mapa de pessoal e de abertura de procedimentos concursais para não terem que recorrer a expedientes que embora fossem mais rápidos não respondiam àquilo que eram as necessidades da Câmara - como já ali tinham dito - e que quando tinham recorrido tinha sido em situação de emergência como também já o tinham dito ali.

Portanto, havendo aquela perspetiva e aquela estratégia, pensava que todos os trabalhadores que estavam na Câmara Municipal podiam ver aquele compromisso assumido - tal como já tinham dito e o senhor Presidente também já tinha dito -, da questão da abertura dos procedimentos concursais e da regularização das situações dos nossos trabalhadores.

Sr. Presidente – Disse que tendo em conta um conjunto de questões que tinham sido levantadas ia procurar dar resposta às preocupações dos senhores vereadores. E começou desde logo pelo senhor Vereador Vítor Ferreira, que naquele dia, tinha trazido ali aquela missão de voltar a falar, a bancada do Partido Socialista, naquele caso, por seu intermédio, do problema, porque considerava que o Partido Socialista considerava que era um problema, a Câmara Municipal ter um boletim de informação à população. A informação era séria e ia explicar. Como muito bem os senhores vereadores sabiam, o Governo do Partido Socialista, tinha decidido tomar a iniciativa de publicar legislação de descentralizar para os municípios responsabilidades que tinha grandes dificuldades em resolver. Bastava olharem para as escolas, não iam falar de outras áreas, falavam só das escolas. A senhora Vice-Presidente, já tinha referido a situação das maiores escolas que tinham em Setúbal, a degradação em que elas se encontravam. A preocupação para todos eles era a que as nossas crianças frequentassem escolas e salas de aulas que estavam em risco de ruir. Aquele era um problema que não podiam ignorar e que o Governo do Partido Socialista tinha entendido legislar. Legislou, resolveu o problema. Naturalmente que as autarquias locais, os autarcas, não estavam ali para resolver problemas assim. Que soubesse, não tinha havido nenhum autarca no país que se tivesse oposto à descentralização porque todos consideravam que a descentralização era um bem maior, porque as autarquias já tinham demonstrado, na parte em que tinham responsabilidades na área da educação, que tinham melhor resposta que o Governo, que todos os governos - calhava estarem a falar do Governo do Partido Socialista porque aquilo tinha acontecido na vigência da sua responsabilidade -, mas todos os governos nunca tinham dado resposta melhor na área do ensino básico e do pré-escolar, como os municípios tinham dado ao longo daqueles anos. Isso era reconhecido por todos e pelos próprios governos. Portanto, não havia nenhum autarca no país que alguma vez se tivesse oposto à descentralização. O problema que se colocava era a forma de fazer a descentralização. Era disso que estavam a falar, era preciso que as coisas ficassem claras, e não era por se publicarem leis que os municípios eram obrigados a assumir responsabilidades como se nada se passasse. A senhora Vice-Presidente já tinha dado uma

ideia do que se passava nas escolas em Setúbal. E, naturalmente, que ele e a Câmara Municipal, quem tinha a responsabilidade da gestão da Câmara Municipal, já várias vezes se tinham posicionado contra aquela forma de descentralização, não era de agora, aliás tinham recusado, tinham vindo a recusar, como a esmagadora maioria dos municípios portugueses, contra aquele processo de descentralização. A Câmara Municipal de Setúbal também se manteve nessa posição, mas chegou uma altura em que o Governo e a maioria do Partido Socialista e, também, com o apoio do PSD na altura, decidiu fazer legislação e dizer que a partir do dia 1 de abril de 2022, os municípios eram obrigados a assumir as responsabilidades, *“quer queiram ou não queiram”*, era cumprir a lei. E, naturalmente, que eles como sempre diziam: contestavam as leis, mas cumpriam as leis, tanto quanto lhes era possível. E por isso, no dia 1 de abril de 2022, a lei determinava que os municípios assumissem as responsabilidades na área da educação e o Município de Setúbal assumiu essa responsabilidade. Nem por isso deixou de contestar a forma. As posições eram regulares da Câmara Municipal relativamente àquela matéria. Quando, no mês de junho, foram convocados por um conjunto de ministros, naquele caso ministras, para uma reunião com os Municípios da Área Metropolitana de Lisboa, para falarem da descentralização na área da Educação e também da Saúde, mas concentravam-se na questão da Educação, tinha tido conhecimento que tinha havido abertura da parte do Governo para negociar com a Associação Nacional de Municípios a questão da descentralização, designadamente na área da Educação e saudou as senhoras Ministras e Secretários de Estado que estavam presentes nessa reunião. Saudou pelo facto de reconhecerem que era necessário ouvir os municípios sobre aquela matéria e que não era por imposição que se resolviam problemas, que eram problemas da sociedade portuguesa. Tinha saudado os membros do Governo presentes nessa reunião por esse facto, isso não queria dizer que estivessem de acordo com os resultados das negociações. Porque uma coisa era o resultado genérico, era a negociação genérica, e isso era sempre possível e genericamente estavam de acordo, tinha havido abertura, tinha havido negociação, tinha-se avançado com propostas de pagamento ao metro quadrado de construção, da área de requalificação, etc., tinha havido uma grande abertura comparativamente com a situação anterior, e por isso, naturalmente que eles tinham de saudar os membros do Governo por reconhecerem que os municípios tinham razão para não querer assumir aquela responsabilidade. O que se tratava ali era que o Governo impunha às autarquias que assumissem as responsabilidades e depois abria negociações. Quando se estabelecia qualquer contrato, em qualquer sítio com alguém, havia sempre duas partes, aquilo não acontecia em lado nenhum. Primeiro negociava-se e depois estabeleciam-se os acordos, era assim em qualquer parte do mundo, em qualquer situação. E, o que o Governo do Partido Socialista tinha feito tinha sido, primeiro tinha imposto, tinha obrigado os municípios a cumprirem e a ficarem com a responsabilidade, com os custos, com o ónus da situação, que eles não tinham resolvido ao longo de dezenas de anos, vários governos, deixaram degradar, agravar as situações e os municípios foram obrigados a assumir essa responsabilidade e agora: *“então agora vamos lá negociar”*.

Continuava a acreditar que aquele, ou outro, Governo haviam de chegar ao ponto de reconhecer que valia a pena investir nas autarquias, porque as autarquias tinham capacidade e tinham provas dadas para resolver os problemas das pessoas, como nenhum governo tinha. Os governos tinham determinadas competências, responsabilidades e obrigações para resolver um conjunto de problemas, para fazer planeamento geral, ordenamento do território, etc. Havia determinadas matérias - e estava provado -, em que os governos não conseguiam aproximar-se dos problemas, ter em conta as situações concretas, resolver esses problemas. E, por isso, também, é que eles condenavam todos aqueles que não tinham tido uma ação pró-ativa a favor da regionalização do país. Consideravam que com a regionalização do país se aproximava o poder das regiões, dos municípios, das pessoas, e por essa via era mais fácil que os municípios, as freguesias resolvessem mais diretamente os problemas que tinham a ver com as populações. E essa decisão de arrastar o problema da regionalização do país tinha penalizado o desenvolvimento do nosso país. A história fazia-se passado alguns anos, naturalmente que, nessa altura, estariam noutro caminho, estariam noutras situações,

mas a história fazia-se, e havia de se contar aquela história, de se ter adiado ao longo de tantos anos o processo de regionalização.

A informação que faziam no boletim municipal ou no jornal municipal, era uma informação séria, era uma informação no sentido de as populações terem informação sobre aquilo que se estava a passar. E aquilo que se estava a passar no concelho de Setúbal, na área da Educação, era extremamente grave. Era extremamente grave e, naturalmente que ninguém, fosse quem quer que fosse, do Governo ou de outra representação qualquer, não poderia querer que a Câmara de Setúbal e quem tinha a responsabilidade da gestão da Câmara de Setúbal ficasse calado perante a situação altamente preocupante em que as nossas escolas encontravam. Os senhores vereadores podiam contar sempre com a nossa contestação responsável. Como a senhora Vice-Presidente tinha dito os técnicos da Câmara Municipal tinham feito a avaliação das situações e identificaram aquele valor. A questão que se colocava era quando é que alguma verba era disponibilizada ou quando é que o Governo assumia responsabilidades, para fazer aquilo que já devia ter feito há 4 ou 5 anos atrás e não fez. Essa é que era a questão e, portanto, manteriam naquela área da Educação, assumiam todas as responsabilidades que tinham de assumir criando as melhores condições no terreno, para que as nossas crianças pudessem ter as melhores condições para aprender, fariam tudo aquilo que estivesse ao alcance deles para que isso acontecesse, mas não ficariam calados perante uma situação de injustiça, em que o Município de Setúbal e falava pelo Município de Setúbal, porque lhe cabia naquele dia falar sobre o Município de Setúbal, achava que aquela situação era generalizada a nível nacional.

Em lugar nenhum do mundo se impunha alguma coisa a alguém e depois dizia-se: "*bom agora vamos negociar*", sobretudo num estado de direito democrático. Naturalmente que os dados estavam viciados, a situação era aquela, mas não se calariam sobre aquela matéria. E o Jornal Municipal, falando na área da Educação havia de continuar a acompanhar aquela situação. E continuariam a ter a relação estreita com os professores, com os responsáveis dos agrupamentos, com as crianças e com os pais das crianças. Podiam ter a certeza que fariam esse caminho. Esse era um caminho que os afetava muito como pessoas que eram. Não dizia que os senhores não estavam preocupados com aquilo, agora a questão que se colocava ali era que o Governo não tinha assumido as suas responsabilidades e isso tinha consequências. Por acaso era um Governo do Partido Socialista, mas se não fosse do Partido Socialista, se fosse do PSD em conjunto, ou outro qualquer, para eles a situação estava no terreno, eram situações concretas e sobre situações concretas eles tratavam-nas todas da mesma maneira independentemente do que fosse. O que não faziam era demagogia e o que o senhor Vereador Nuno Cruz ali tinha acabado de fazer era demagogia, porque tinha ido ali, novamente, com o papão, que já várias vezes tinham tido ali debates sobre aquela matéria, o papão dos trabalhadores "*que nós sempre defendemos e que estamos a pôr em causa as suas condições*". Isso era demagogia. Os senhores vereadores sabiam que a Câmara Municipal de Setúbal tinha mil trezentos e tal trabalhadores em 2019 e em 2020, e que os trabalhadores da Câmara Municipal de Setúbal também tinham sido afetados pela doença, e a Câmara Municipal de Setúbal tinha prestado, no âmbito das suas competências, e até em muitos casos extravasando as suas competências, todo o apoio às populações, às organizações, à população em geral. Para isso teve que recorrer, naturalmente, a trabalhadores exteriores. E como muito bem sabiam os concursos públicos levavam o seu tempo e em situação de pandemia não havia tempo para fazer concursos públicos, independentemente de eles continuarem a correr na normalidade, não era disso que falava. A questão, é que era necessário os serviços da Câmara Municipal continuarem a funcionar, independentemente de haver trabalhadores que também tinham sido afetados pela doença, e naturalmente que os serviços da Câmara Municipal não estavam todos em condições de prestar o auxílio que era necessário que a Câmara Municipal prestasse às populações do nosso concelho, e por isso muitos trabalhadores foram contratados em prestação de serviço, para os vários serviços da Câmara Municipal. Naturalmente que sendo contratados como prestação de serviços, algumas dessas prestações de serviço tinham vindo a ser renovadas, ao contrário do que os senhores tinham dito no final do ano anterior, muitos contratos tinham

vindo a ser renovados, mas, sobretudo, tinham sido abertos dezenas de concursos público e os senhores sabiam disso. Por isso, é que dizia que era demagogia barata, porque os senhores vereadores sabiam disso, os senhores tinham toda a informação sobre os concursos públicos que a Câmara Municipal abria para a contratação e a regularização da situação dos trabalhadores que tinham contratos de prestação de serviços. Dezenas de contratos que tinham sido promovidos pela Câmara Municipal. Naturalmente que, cada trabalhador conforme as suas habilitações, conforme as regras e legislação em vigor, concorriam aos concursos e iam integrando os serviços municipais. Havia ainda um conjunto significativo de trabalhadores que não estava integrado, mas como a senhora Vice-Presidente tinha referido havia um conjunto de concursos que continuava aberto e outros que continuariam a ser lançados para que esses trabalhadores pudessem concorrer aos concursos e fossem integrados nos serviços. Era isso que tinha acontecido.

Por isso, é que dizia que era demagogia e demagogia barata, porque os senhores sabiam perfeitamente e até porque já tinha havido ali uma reunião onde a senhora Vereadora tinha explicado a quantidade de concursos que estavam abertos e que iriam ser abertos. Aliás, até o quadro de pessoal já tinha vindo ali para alteração no sentido de criar condições para abertura de mais lugares e categorias, para poder admitir esses trabalhadores.

Portanto, era aquele o quadro que estava em desenvolvimento no que dizia respeito aos recursos humanos.

A Câmara Municipal estava com dificuldades de recursos humanos em várias áreas. Tinha tido conhecimento, naquele momento, que um concurso público para dois técnicos superiores tinha ficado deserto. Porque os salários que eram oferecidos para os lugares de abertura de concurso não correspondiam àquilo que eram as exigências e as disponibilidades que presentemente existiam no mercado, para desempenho das capacidades que tinham, naturalmente de auferirem condições salariais melhores do que aquelas que as câmaras davam, falava da Câmara de Setúbal, mas era uma situação generalizada.

E deixou a mensagem aos senhores vereadores que junto do Governo fizessem também passar aquela mensagem de que era necessário alterar aquela situação no sentido de que as câmaras municipais pudessem continuar a dar resposta e fossem reforçadas nas suas capacidades, para dar resposta àquilo que eram exigências. Estava a falar de quadros técnicos, já tinha falado ali sobre a falta de operacionais, de pessoas qualificadas com formação profissional, não tinham. Estavam a contratar pessoas a recibos porque as pessoas não iam para as funções que eram para desenvolver com os vencimentos que estavam disponíveis para as categorias para onde podiam abrir concursos. Aquela era uma situação que estava a afetar toda a administração, naturalmente, que afetava em particular as autarquias. Como também sabiam, não afetava já só as autarquias, porque as empresas estavam numa situação igual. Se o Governo não tomasse medidas esperava, infelizmente, que dentro de 3 ou 4 meses, viessem a ter grandes problemas na contratação de empresas para desenvolver contratos públicos, nos vários domínios, porque havia falta de pessoal. Falta de pessoal para desempenhar as funções que eram necessárias para continuar a desenvolver o nosso país.

Era uma matéria de facto que justificava o alongamento da sua intervenção porque as outras questões achava que eram questões que com alguma brevidade era possível dar resposta.

Sobre o Interface, a informação no Interface, para chegar aí começou por outra questão que o senhor Vereador Paulo Calado tinha referido, que era o problema dos transportes.

Era verdade que a Câmara Municipal de Setúbal tinha dado a cara por um novo operador de transportes metropolitanos em Setúbal, porque tinham consciência, avaliavam no terreno, que a situação de transportes públicos que tinham em Setúbal não correspondia minimamente às necessidades e às exigências que designadamente uma área metropolitana tinha. Por isso, quando surgiu aquela possibilidade de a Área Metropolitana, naturalmente, envolvendo todos os municípios da Área Metropolitana, em constituir uma empresa Metropolitana que abrisse concursos públicos para concessionar transportes, mediante cadernos de encargos, o cumprimento das regras, etc., e do estabelecido nos cadernos de encargos, de acordo também com a participação e o envolvimento dos municípios, naturalmente que tinham

achado que quando os concursos se desenvolveram tinha havido o apuramento dos candidatos e, portanto, a adjudicação aos novos operadores. Estavam convencidos que iam ter um serviço público completamente distinto daquele a que estavam habituados e a que tinham direito. Aconteceu que as coisas não tinham corrido bem.

Tinham sido abertos 4 concursos, dividiu-se a área Metropolitana em 4 partes, envolvendo cada uma vários municípios, Setúbal, Palmela, Alcochete, Montijo e Moita eram o grupo 4, e o que se tinha visto, até por uma questão de experiência, o operador que estava em melhores condições de colocar no terreno a funcionar o sistema, era aquele operador que também abrangia Setúbal. A empresa dos Transportes Metropolitanos de Lisboa decidiu que se iniciasse aquela operação naquele lote 4, naquela área territorial, no dia 1 de junho. O que estava previsto era que o sistema na Área Metropolitana de Lisboa, nos 4 grupos, ou nas 4 áreas territoriais, era que o processo se iniciasse no dia 1 de julho, em todos. E aquela era uma experiência. Era sempre uma experiência, era um risco, mas estavam mesmo convencidos que aquilo era uma coisa que estaria quase garantida, naturalmente, que era um processo complexo, era uma situação complexa de colocar carreiras novas, paragens novas, novos trabalhadores, etc., era todo um processo complexo, tinham consciência disso, mas começar seria sempre melhor do que a situação que viviam anteriormente e tinham aceitado isso. Os municípios do grupo 4 aceitaram. O que tinha acontecido foi que no dia 1 de junho as coisas não tinham funcionado bem e não ia desenvolver a questão.

Naturalmente que tinham questionado a empresa, o operador, tinham tido reuniões com a Área Metropolitana, com a empresa dos transportes metropolitanos e com o operador, ainda no mês de junho e ainda no mês de julho, porque era aquela área que estava fundamentalmente em causa.

Aquela operação de transportes funcionava muito na base da informação, das novas tecnologias. Para dar um exemplo, disse que podiam estar numa paragem a, b, ou c, no meio de uma linha e tinham a informação a quantos minutos estava o autocarro daquela paragem. Assim como todo um conjunto de outra informação, a informação dentro do próprio autocarro, com as aplicações que ficariam disponíveis, a pessoa que andava no autocarro podia ter um conjunto de informações sobre o funcionamento do sistema quando chegava a uma determinada paragem e tinha de fazer o interface, a ligação com outro transporte, fosse o comboio, o barco, etc., poder ter todas essas informações enquanto ia no seu transporte. Aquilo era um sistema que vivia muito dependente de informação, de tecnologia.

Na primeira reunião que tinham tido, o que lhes tinha sido dito pelo operador tinha sido que tinham encomendado o sistema de informação no mês de novembro do ano anterior, para garantir que no mês de abril de 2022, o sistema tecnológico estivesse disponível e, que no mês de junho estavam em condições de ter o sistema a funcionar. O que era um facto era que os “chips”, era assim que se dizia popularmente, não sabia se tecnicamente também se dizia, os “chips” não tinham chegado. Não tinham chegado no mês de junho e nas negociações, ou na ligação que a empresa, o operador tinha com quem fornecia, muito dificilmente chegaria no mês de julho. Portanto, era uma dificuldade operacional gravíssima, do ponto de vista de por um sistema a funcionar.

Tendo em conta o que estava ali em causa, apesar de terem dado a cara, arriscando tudo, era verdade, eles Câmara Municipal, como outros tinham feito, tinham vindo progressivamente e com regularidade a tomar posições contra aquela situação.

Para que ficasse claro, tinham consciência de que em grande parte dos casos era a vida das próprias pessoas que estava em causa. Havia pessoas que apanhavam o autocarro para ir para o emprego, designadamente quem apanhava o autocarro em Setúbal, Alcochete ou Montijo para ir trabalhar em Lisboa todos os dias, às 4 horas da manhã, às 5 horas da manhã, às 6 horas da manhã, às 7 horas da manhã, e se o autocarro não chegava a horas um dia, dois dias, alguém perguntava o que era aquilo, não podia ser. Era a vida das pessoas que estava em causa. Isso era extremamente grave.

O senhor Vereador Paulo Calado dizia que tinham de ver se era preciso fazer reuniões. Tinha tido várias reuniões gerais sobre aquelas questões. Os serviços da Câmara Municipal de Setúbal, todas as semanas, em conjunto com as Juntas de Freguesia, tinham reuniões, uma

vez por semana com o operador para fazer a avaliação da situação e para ver o que é que a seguir ia acontecer.

Havia outro problema, a empresa não tinha informação atualizada sobre os horários dos autocarros e tudo aquilo tinha baralhado completamente aquilo que era espectável da parte da empresa. Em determinada altura tinham disponibilizado um conjunto de trabalhadores da Câmara Municipal, para instalar, não sabia bem o nome, “postes”, os papéis de informação. Tinham-se disponibilizado para fazer a impressão daqueles documentos e tinham sido trabalhadores da Câmara Municipal que tinham ajudado durante dias, durante semanas, a colocar nos postes espalhados que correspondiam às paragens dos autocarros essa informação. E continuavam, naturalmente com essa disponibilidade, mas dentro das possibilidades que tinham, não podiam intervir na questão das tecnologias, etc.

Tratava-se de uma questão de tecnologia, o que a empresa lhes dizia era que no início de agosto havia um novo compromisso, da parte do fornecedor dessas tecnologias àquele grupo Alsa Todi, de disponibilizar toda a tecnologia necessária para aquilo estar operacional. A informação que tinha era que dentro de pouco tempo essa informação, que correspondia a esse sistema estaria disponível no Interface.

Aquele tinha sido um quadro, muito rapidamente, só para dar a ideia da preocupação, do acompanhamento que também a Câmara Municipal tinha feito, todo aquele processo, mas naturalmente, de uma certa incapacidade para eles se substituírem.

Achou que o senhor Vereador Paulo Calado estava um bocadinho desatualizado, não era totalmente, mas estava um bocadinho desatualizado, as coisas não estavam a correr bem, bem, não estavam, mas tinha-se vindo a colmatar um conjunto de dificuldades e de problemas, naquele grupo dos 5 municípios.

Os 4 grupos da Área Metropolitana de Lisboa eram para entrar em funcionamento no dia 1 de julho, o terceiro grupo que incluía Sesimbra, Seixal e Almada, tinham decidido, face àquela situação, fazer progressivamente a nova implementação do novo modelo, do novo sistema, até ao final daquele ano. Disse para tomarem nota que o operador que tinha ganho o concurso no lote 3, era o mesmo que já lá estava. E, por isso pediu para verem as dificuldades, que um operador que já estava no terreno e que ia implementar aquele novo sistema. Os municípios e o próprio operador tinham decidido, estabeleceram um acordo em que faziam uma progressão na implementação do novo sistema procurando que no final daquele ano ele estivesse totalmente implementado. Mas, se os dois operadores da Área Metropolitana Norte, que também era para entrar em funcionamento no dia 1 de julho de 2022, face àquela situação decidiram logo que o modelo, o novo sistema, só seria implementado na Área Metropolitana Norte em 2023. Isso dava para perceber o que é que estava ali em causa. Não se podia dizer que aquele operador não servia. Para quem sabia, quando estavam a falar de Administração Pública, quando estavam a falar de contratos públicos, quando estavam a falar de uma operação que tinha levado um ano e meio a desenvolver, não resolvia aquilo em meia dúzia de meses, não tinham condição de o fazer. Era por isso que aquilo era uma operação pesada, era um sistema complexo e achava que estavam numa fase muito adiantada da resolução daquele problema, infelizmente. O que tinha estado ali em causa, em muitos casos, tinha sido a própria vida das pessoas, e isso era muito grave, e não podiam de deixar de dizer que aquilo era muito grave. E, achava que a empresa que era a TML, a empresa dos Transportes Metropolitanos de Lisboa, que geria os contratos, naturalmente que havia de tomar medidas penalizadoras para aqueles que não tinham cumprido os contratos, porque os contratos tinham sido assinados, os compromissos tinham sido feitos, e, portanto, naturalmente que a empresa haveria de acionar os mecanismos da lei no sentido das penalizações que tinham de ser tomadas. Mas não viviam de penalizações, viviam de resposta aos problemas, e não conseguiam substituir-se a uma situação daquelas.

Tinha aproveitado aquelas questões para dar uma explicação maior, mais alargada sobre os graves problemas que ali estavam. Mas voltou a dizer que apesar das situações não estarem regularizadas, no concelho de Setúbal, muito já tinha sido feito e estavam numa fase de aproximação de final daquele processo, esperando que durante aquele mês de agosto fosse

concluída a instalação de todo aquele sistema de informação e que colocasse finalmente a operação dos transportes públicos em Setúbal a funcionar em pleno. Era isso que esperavam e era nisso que estavam empenhados que viesse a acontecer.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que não queria estar ali num remoque. O senhor Presidente tinha-lhe dito que ele estava desatualizado, e às vezes as palavras podiam ser ou mal interpretadas ou mal colocadas. As questões que tinham vindo a colocar por acaso, tinha sido sempre ele da bancada do PSD e tinha sido sempre a identificar que o problema existia. Naquele dia até tinha dado exemplos, coisa que não tinha feito no passado. E eram exemplos recentes da presente semana, de pessoas com quem tinha falado. Achava é que não havia informação suficiente, pelo menos para eles oposição, falava em nome dos vereadores do PSD, sobre o que realmente se estava a passar. Porque aquilo que o senhor Presidente tinha dito naquele momento, no essencial todos concordavam, obviamente, já o tinha dito várias vezes. Portanto, tinham que tentar perceber, não sabia se existiam atas dessas reuniões semanais, achava que tinha que ser dada uma explicação, e até lhe tinha dado uma saída airoso para aquilo, que era, eventualmente, em reunião privada tentarem entender melhor o que se passava e nem tinha falado em penalidades, para evitar o argumento que o senhor Presidente tinha utilizado. As penalidades deviam ser aplicadas.

Sr. Presidente – Disse que não tinha dúvidas sobre isso, os contratos eram para ser cumpridos. Além que tinha concorrido a um concurso público internacional e quem tinha ganho esse concurso tinha de assumir a sua responsabilidade.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que estavam de acordo sobre isso, a intervenção que tinha feito era no sentido de ver se aquilo se resolvia, independentemente dessas questões de penalizações, ou de até cessar o contrato, essa hipótese tinha que ser colocada em cima da mesa. Ao fim de 3 meses aquilo estava assim. O senhor Presidente já numa reunião anterior já tinha falado que estava para muito breve, as atas estavam um pouco atrasadas das reuniões da Câmara, mas tinha a certeza que até tinha utilizado a mesma expressão, que tinha sido *“isto está para muito breve”*. Poderia ser uma esperança, podia ser uma boa expectativa, mas a verdade é que depois disso não se traduzia na vida das pessoas, como ali tinha dito e bem, naquelas que tinham que ir trabalhar em resolução dos seus problemas. Escapava-lhe de facto qualquer coisa, tinha algumas possibilidades na cabeça porque é que aquilo estava a acontecer, para além das questões do contexto de falta de motoristas, etc., havia ali mais qualquer coisa, e era essa qualquer coisa que estava a tentar entender, porque havia alguma coisa por explicar. Não era do senhor Presidente, não era daquela Câmara, era da Autoridade Metropolitana de Transportes, eles tinham que dar uma explicação. Independentemente das afinidades políticas, havia ali uma explicação a dar. Passava-se qualquer coisa que ia para além da empresa prestadora de serviços. Aquilo não era normal. Tinha achado uma expressão curiosa “contestação responsável”, os senhores faziam a contestação responsável a tanta coisa, principalmente até a empresa privadas, haviam tantas greves organizadas por uma central sindical ligada à CDU, e naquele caso havia uma justa expectativa que aquela empresa em benevolência, ia tudo correr bem em breve.

Sr. Presidente – Disse que eles não organizavam greves.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que o tempo ia passando e as pessoas eram prejudicadas. Era só isso, tinha mencionado aquela parte política, não era para fazer um debate sobre isso. Havia ali qualquer coisa por explicar, se não pudesse ser explicado em publico talvez pudesse ser explicado em privado, mas para eles entenderem.

Quando as pessoas se dirigiam a eles, eram todos vereadores, eram autarcas, as pessoas viam-nos como responsáveis por aquilo, não era só a Câmara enquanto entidade abstrata. Sentia-se na responsabilidade, mesmo não tendo nada a ver com aquilo, como nenhum deles pelos vistos tinha, de dar uma explicação às pessoas, não conseguia dar. Nem conseguia

explicar o que estava a acontecer, que era pior. Quando uma pessoa nem conseguia explicar porque é que determinada coisa acontecia, estavam também a colocar em causa o papel deles enquanto autarcas. Havia qualquer coisa ali que não jogava, não sabia se era possível acederem à correspondência com a Autoridade Metropolitana de Transportes, às atas das dessas reuniões semanais, fosse o que fosse, para conseguirem entender o que se passava, mas passava-se mais do que simplesmente haver falta de motoristas, sabia o que o senhor Presidente não tinha mencionado isso, estava a colocar isso como hipótese. Achava que eles e os setubalenses mereciam uma explicação. Não lhe parecia que estivesse desatualizado, pelo contrário, estava bastante atualizado, como se via em todas as reuniões.

Sr. Presidente – Disse que se calhar tinha utilizado uma expressão que não era a mais adequada no debate e pediu desculpa por isso. O que quis dizer era que a informação que o senhor Vereador ali tinha trazido não estava suficientemente atualizada, tinha sido isso que quis dizer. Porque a informação que tinha e tinha referido isso, era que ainda não estava tudo a funcionar, mas não tinha nada a ver com aquilo que se tinha passado no mês de junho. Achava que continuava a haver uma falha aqui, uma falha acolá, e como dizia, isso tinha a ver com implicações na vida das pessoas, e isso não era aceitável, mas achava que todos sabiam o que era um concurso público, e o que era tomar decisões sem ter a noção das consequências. Não era retirar responsabilidades de quem as tinha, a preocupação maior era que a empresa, o consórcio que tinha ganho aquele concurso comesse a dar resposta àquilo que estava contratualizado, o mais rapidamente possível. Essa é que era a maior preocupação deles. E era isso que as pessoas esperavam, relativamente ao resto havia de haver procedimentos adequados para cada um assumir as suas responsabilidades, porque num concurso público internacional certamente se não fosse aquele candidato a ganhar o concurso haveriam outros, e por isso, se calhar outros estariam melhor preparados, não sabia se estavam ou não, não queria entrar por aí. O que queria dizer era que aquilo era um quadro da relação contratual que existia e, portanto, quem não cumpria os contratos que estabelecia naturalmente que tinha que ser penalizado. Mas só chamava aquilo à questão porque às vezes havia quem dissesse: *“mas então ninguém era responsável ali”*, não, haviam responsáveis, eles também assumiam a responsabilidade deles. Mas se dissessem assim: *“você não estão a cumprir, vão se embora que nós tratamos disto”*, não tinham como fazer isso, como era óbvio, não haviam condições para quem quer que fosse, atualmente, tomar uma decisão daquelas, isso seria muito pior.

Portanto, falavam com os operadores, apoiavam em tudo o que fosse possível da parte da Câmara Municipal de Setúbal e os outros Municípios faziam o mesmo, no sentido do operador no dia a seguir dar melhor resposta do que tinha dado no dia anterior. Esse é que era o caminho deles, essa é que era a aposta todos os dias.

Portanto, tinha dado ali uma explicação, de um dos exemplos que tinha sido mais grave, e que tinha a ver com aquela questão das tecnologias de informação, mas não ia ali falar no que se passava na área 3 ou no concurso 3, ou no 1 e no 2, que ainda era mais grave. Estava previsto iniciar-se no dia 1 de junho e, entretanto, tinham decidido iniciar só no ano de 2023.

Havia situações que estavam devidamente identificadas e que eram extremamente graves. O que podiam dizer era que as dificuldades que quem tinha ganho os concursos do lote 1 e 2, tinham concorrido, tinham ganho o concurso, estavam sujeitos às mesmas penalizações, e nem se quer tinham iniciado o processo. Não era tirar responsabilidades a quem ali estava. Em Setúbal tinham autocarros, coisa que por exemplo nos lotes 1 e 2 não tinham autocarros, o sistema funcionou como estava a funcionar e pronto, não tinham autocarros. E, portanto, não estavam a ser cumpridos os contratos, não tinham autocarros, não tinham motoristas, não tinham sistema de informação, etc., Não era tirar responsabilidades a quem as tinha, como tinha dito, e tinham tomado posição pública, estava escrito, sobre aquela matéria, e tinham tido reuniões com quem tinha responsabilidades de fazer exercer as penalizações de acordo com os contratos, sobre isso não havia dúvida nenhuma. A primeira e principal preocupação deles era que no dia seguinte, o operador que estava em Setúbal, conseguisse dar melhor resposta do que tinha dado no dia anterior. Essa era a preocupação deles, era

esse o trabalho deles, com a disponibilização dos meios da autarquia que fossem necessários para que isso pudesse ser garantido. Podia-lhes garantir isso.

Esperava, como era óbvio, e como tinha dito o senhor Vereador que no início de setembro, com o início das aulas, que aquelas situações estivessem completamente resolvidas, muito sinceramente esperava bem que isso acontecesse.

Continuariam a dialogar com a empresa, com o operador, a negociar e a fazer pressão, como tinha dito, as Juntas de Freguesia participavam naquelas reuniões. Havia reuniões que eram feitas freguesia a freguesia, havia ali alguma disponibilidade ou uma grande disponibilidade da parte do operador para dar resposta a situações que algumas delas não tinham sido previstas quando tinha sido feito o levantamento, etc., mas eles estavam disponíveis para dar resposta àquilo, para repor as situações, para encontrar soluções, havia um diálogo e esperavam que esse diálogo continuasse e que o dia seguinte fosse um bocadinho melhor que o dia anterior, esse era o grande objetivo e era essa a determinação deles.

Relativamente à questão do Parque da Várzea, aquilo que a senhora Vereadora tinha chamado um “*alguidar*”, que se calhar era uma expressão popular, que sinceramente ainda não tinha ouvido falar, mas sabia do que estavam a falar, mas chamavam-se de facto bacias de retenção, e tinham custado alguns milhões de euros de investimento e estavam a funcionar, e tinham sido feitas para dar resposta àquilo que era uma preocupação permanente todos os anos da população da baixa de Setúbal, em particular, que eram as cheias de Setúbal que tinham começado a ter alguma regularidade e que, felizmente, tinha havido a iniciativa da Câmara Municipal e tinham havido respostas dos responsáveis governamentais àquela questão e eles tinham conseguido implementar uma solução. Quando a maré estivesse cheia e quando a água fosse em excesso, muito excesso, no caso atual, naturalmente que não havia controlo nessas coisas, mas os técnicos tinham feito as avaliações, tinham decidido fazer aquelas medidas e aquelas dimensões, e o que tinham verificado era que desde 2008, não sabia se já tinha havido outras situações complicadas, mas, em 2008, tinha havido um Vereador da Câmara Municipal que tinha um carro à frente da Câmara e quando chegou à 5 de Outubro viu o carro a ir ao sabor da água, tinha sido dramático. E, tinha sido a partir dali que tomaram a iniciativa junto de sucessivos governos e tinham conseguido colocar aquele apoio com fundos comunitários e ter as bacias de retenção. Tinham feito as bacias de retenção, negociaram com os proprietários dos terrenos, não tinha sido fácil, mas o processo estava ultrapassado, tinham um território a que chamavam Parque da Várzea que era propriedade do Município e, estavam a desenvolver um projeto. Era um projeto de milhões de euros, a senhora Vereadora tinha dito que nunca mais se tinha visto nada, mas às vezes havia obras em que não se via nada, como por exemplo uma que estava naquele dia ali no valor de 1 milhão de euros de investimento no Parque da Várzea, e que as pessoas viam a obra, mas que passado 4, 5 ou 6 meses, deixavam de ver e fazia de conta que não tinha havido ali nada. Estavam a falar de uma conduta de água que ia circular em toda a área do parque, para que depois quando fosse necessário utilizar água se pudesse ir recolher a essa conduta água para a rega. Estavam também a fazer um parque, utilizando espécies que necessitassem o menos possível de água, de rega. Portanto, aquela conduta era uma questão de prevenção. Quando fosse feito o investimento para ter os espaços verdes, para toda uma arborização, etc. eram investimentos significativos. Depois em determinada altura, com uma seca, como alguns dias que já tinham feito uma ameaça de 40°, naturalmente que era preciso ter algumas medidas preventivas para que aquilo que tinha sido um investimento significativo não fosse por água abaixo, por falta de água. Portanto, era necessário que aquele anel ficasse no parque, para quando fosse necessário pudesse haver rega. Mas, no que estavam a trabalhar era num projeto em que as espécies a instalar no parque fossem espécies resistentes à falta de água ou que não precisassem de tanta água. Também tinham vindo a fazer algum investimento, por exemplo, nos caminhos, na iluminação, e estavam a falar sempre de muito dinheiro.

Estavam a trabalhar no lançamento de um projeto para recuperação do edificado, era um projeto que estava a decorrer, eram mais uns milhões. Portanto, eram todas aquelas coisas

que iriam acontecendo, mas como se tinham comprometido, dali até ao final daquele mandato esperava que o parque estivesse concluído. Um parque urbano com todas as condições de parque urbano de referência na nossa cidade, como era aquele espaço.

Sra. Vereadora Rute Perdigão – Disse que em relação ao assunto do Parque da Várzea, sabiam que eram largos milhões, questionou se tinham sido feitas algumas candidaturas a concursos europeus, se tinham isso em objeto para apreciação, porque isso era importante. Sabiam que não tinham esses milhões para esse projeto, que até era um bocadinho megalómano, mas que a cidade realmente precisava. Questionou que esforços é que tinham sido feitos nesse sentido.

Sr. Presidente – Disse que já se estava a alongar muito nas explicações, naturalmente que era importante darem as informações, as reuniões da Câmara serviam para isso, mas também existiam reuniões regulares e poderiam ir dando essas informações.

Sobre a questão dos fundos comunitários e das condições das candidaturas falaria noutra oportunidade, mas disse que aquele milhão de euros era o resultado de uma candidatura. Aliás, Setúbal nos órgãos da administração era conhecido como um dos municípios que mais candidaturas tinha apresentado e que mais candidaturas tinha ganho. Às vezes aquelas coisas não eram conhecidas, uns porque não convinha e outros porque não davam informação suficiente. E, por isso é que tinham achado que o Jornal Municipal era um bom meio de fazer chegar a informação às pessoas. Ali estava um bom exemplo, muitas vezes faltava informação. E aquela informação era importante para que as pessoas no sítio em que viviam tivessem o máximo de informação sobre aquilo que se passava. A informação era muita e nem sempre era possível.

Estavam atentos às possibilidades de candidaturas. Infelizmente as candidaturas para a Área Metropolitana de Lisboa, no Quadro Comunitário 2030, os valores tinham sido reduzidos em 50%, e a comparticipação comunitária tinha ficado reduzida a 40%. Isso significava que cada vez seria mais difícil as Câmaras Municipais da Área Metropolitana de Lisboa candidatarem-se a fundos comunitários. Mas um dia mais tarde falaria sobre isso.

Sobre a questão das passadeiras, a senhora Vereadora tinha toda a razão e o senhor Vereador que tinha levantado a questão também tinha toda a razão. A situação tinha chegado àquele ponto por dificuldades várias. Aquilo que, naquele mandato, podia dizer sobre isso era que os serviços estavam a preparar uma candidatura. Estavam a fazer o levantamento das situações para preparar uma candidatura, para contratar empresas para que se pudesse fazer as passadeiras, colocar os materiais adequados nas passadeiras. Tinha que ser matérias para duradouras. Portanto, tinha que ser, naturalmente, empresas da especialidade a fazer aquele trabalho. Os serviços estavam a desenvolver esse estudo e essa proposta, para que pudesse ser aberto um concurso de candidatura para as passadeiras do nosso município e posteriormente fazer a manutenção que era importante fazer. Nunca tinha dito que o problema das passadeiras não se verem era por causa dos pneus, nunca tinha dito isso, mas o senhor Vereador fez a pergunta e deu a resposta, lá saberia o porquê.

Em relação ao Conselho Consultivo do Hospital de São Bernardo, era verdade que a Câmara Municipal tinha essa responsabilidade, mas como a senhora Vereadora sabia só há poucos dias tinham tido conhecimento que havia um novo Conselho de Administração no Hospital. Felizmente, dentro de um dia ou dois, conheceria o novo Conselho de Administração do Hospital. Quando os órgãos diretivos do hospital estivessem instituídos, naturalmente que o órgão consultivo haveria de funcionar, porque os conselhos consultivos funcionavam também para dar resposta aos órgãos de direção do hospital. A questão era que tinham estado sem Conselho Diretivo no Hospital há largos meses.

Tinha sido levantada uma questão que era preocupante, sobre a dificuldade na circulação de veículos de socorro no centro histórico. Naturalmente, que era uma questão de grande preocupação porque tinham essa responsabilidade, mas não era uma responsabilidade única, era uma responsabilidade que cabia a quem tinha também a responsabilidade paralela de garantir que os serviços de emergência funcionassem nos arruamentos públicos. Certamente

que a senhora Vereadora tinha conhecimento que a Câmara Municipal tinha vindo a promover reuniões com as entidades policiais no sentido de que cada um assumisse melhor as suas responsabilidades. A Câmara assumia as suas, nas deficiências e na pro-ação que tinha. Se haviam ruas que tinham sinais a dizer que era proibido circular, que não tinha licenciamento de colocar cadeiras ou esplanadas, naturalmente que cabia à Câmara Municipal atuar, mas não era só à Câmara Municipal.

Não se ia alongar mais porque a Câmara Municipal já tinha tomado posição pública sobre o assunto e há 15 dias atrás tinham tido uma reunião com o Conselho Municipal de Segurança. Tinham apresentado as suas preocupações e esperavam que cada um assumisse a sua responsabilidade, na parceria que era importante existir entre as forças de segurança e os meios que a Câmara Municipal também tinha obrigação de ter. Portanto, aquilo era uma preocupação, tinha toda a razão na questão que tinha levantado e assumiam *“a nossa quota-parte de responsabilidade”*, e continuariam a insistir para que os outros parceiros naquela responsabilidade, também, assumissem cada um as suas responsabilidades.

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Questionou se existia um plano de intervenção no Centro Histórico.

Sr. Presidente – Disse que sim, que existia.

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Questionou se era possível ser facultado.

Sr. Presidente – Disse que sim, mas o plano era público.

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Disse que não o encontrava em lado nenhum porque já tinha pesquisado, por isso é que tinha questionado.

Sr. Presidente – Disse que pensava que estava publicado e que estaria no site da Câmara.

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Disse que não tinha encontrado.

Sr. Presidente – Disse que certamente que lhe havia de chegar.

Era um plano público, aliás tinha que ser público para todos os cidadãos saberem as condicionantes da intervenção no espaço público. Por maioria de razão as forças de segurança não só tinham conhecimento como tinham dado o seu contributo para a elaboração desse plano, como tinha a obrigação de o fazerem cumprir.

Relativamente ao relatório do programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade”, o senhor Vereador Carlos Rabaçal ia dar explicações sobre isso.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que tinha o relatório arrumado, mas ainda queria ver com quem o tinha elaborado e aperfeiçoar o texto para enviar. Entretanto tinha havido férias, tinha havido uma pessoa que tinha adoecido e tinha atrasado um bocadinho. Mas não havia problema, antes da próxima reunião recebia de certeza absoluta um e outro, os dois. Primeiro o da Porta de Entrada, que era o que estava mais fechado e depois o outro.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que não se queria alongar muito até porque já ia longo o período de antes da ordem do dia, mas não podia deixar de aproveitar a única reunião do mês de agosto para partilhar com os senhores Vereadores, com o público presente e com quem os acompanhava também em casa, breves notas sobre a Feira de Sant’Iago.

Sabiam que a Feira de Sant’Iago, um invento secular da nossa cidade, com mais de 400 anos, era sempre motivo de grande entusiasmo, de convergências, divergências, mas que acima de tudo os movia pelo entusiasmo do evento mais representativo e simbólico do nosso território, e por isso mesmo, muitas vezes exaltava a discussão, mas acreditavam e continuavam a acreditar que era sempre no propósito maior de algo que era representativo de

todos os setubalenses e que ultrapassava as fronteiras da nossa cidade. Por isso mesmo, e depois de 2 anos de interregno, que todos conheciam as razões que tinham estado na base daquele adiamento, tinha sido com grande entusiasmo que tinham assistido à realização do evento da Feira de Sant'Iago. Não podia deixar, por isso mesmo de trazer ali aquela expressão que sem prejuízo de um relatório mais detalhado, que poderia ser distribuído por todas as bancadas, de dizer que a Feira de Sant'Iago edição 2022 tinha sido um enorme sucesso. Um trabalho que tinha sido feito em tempo recorde. Era bom recordar que sem prejuízo das questões, de algumas dúvidas, eles ainda em janeiro do corrente ano não tinham certezas sobre a realização de alguns daqueles eventos, tinha sido possível, assim mesmo, avançar, organizar e acima de tudo levar à Feira de Sant'Iago milhares de pessoas que apresentaram e que deixaram bem patente aquilo que era a adesão, o gosto e entusiasmo pela Feira de Sant'Iago.

A título de curiosidade deixou alguns indicadores, tinha havido uma grande preocupação naquele ano, em favor de quem visitava a Feira de Sant'Iago, com uma aposta de uma *app*, que permitia descarregar informação associada à Feira de Sant'Iago, aos eventos, às diversões, aos espaços de restauração, estavam a falar de um *pdf* que tinha sido descarregado mais de dezoito mil vezes, um número de visitas ao *site* que tinha rondado as sessenta e seis mil pessoas, uma média de três mil e duzentas dia, um número de visualizações na página de cento e oitenta mil, e portanto, estavam a falar, obviamente, de um número muito representativo para além daquilo que era o levantamento dos números que tinham naquele momento apurados de uma média de aproximadamente de duzentas e cinquenta mil visitas na edição daquele ano. A par disso, salientou que sem prejuízo de ser, e como já tinha sido referido por diversas vezes pelo senhor Presidente, a Feira de Sant'Iago era sempre um projeto em movimento e um projeto inacabado e que ano após ano procurava sempre encontrar melhorias que fosse ao encontro das expectativas. Assim tinha sido ao longo dos anos e assim tinha sido ao longo dos séculos, sempre naquela predisposição. De todo o modo importava referir que naquele ano havia uma satisfação evidente e que tinha sido bastante patente, nomeadamente por parte do movimento associativo presente na Feira de Sant'Iago, por aquela nova localização que permitia um contacto mais permanente, quando falava em movimento associativo também estendia a todas as forças políticas que tinha estado na Feira de Sant'Iago, nomeadamente o movimento associativo popular tinha tido aquela possibilidade de estar mais perto de quem visitava a feira, e com um contacto permanente que também era útil para informação, divulgação do seu trabalho. Não tinha havido ocorrências de maior no que dizia respeito a acidentes, felizmente, na Feira de Sant'Iago, quer na presença das nossas forças de segurança, da Cruz Vermelha, dos nossos Bombeiros Sapadores, sem prejuízo dos acidentes normais num evento daquela dimensão. Pensava que era uma edição que refletia um enorme sucesso, com uma organização, da Câmara Municipal, e de todos aqueles que tinham sido parceiros naquele ano, e obviamente com os olhos postos já na edição de 2023, e naquela disponibilidade para que com todos fizessem uma reflexam ao encontro daquilo que era um certame representativo e que ia, certamente, deixar marca no passado, no presente e no futuro do nosso município. Portanto, eram aquelas as notas que de uma forma muito sumaria, quis partilhar com os eleitos e obviamente com quem os acompanhava, quer presencialmente quer em casa.

Sr. Presidente – Disse que era caso para dizer que apesar de tudo a Feira de Sant'Iago continuava viva, os setubalenses e mesmo aqueles que não eram de Setúbal vinham à Feira de Sant'Iago e faziam da Feira de Sant'Iago um dos maiores eventos que se realizava a Sul do Tejo. Tinha sido sempre assim que tinha sido considerada e estava convencido que continuaria a ser assim, porque continuavam empenhados na realização da Feira de Sant'Iago. Embora os tempos mudassem, era importante que todos estivessem à altura de reconhecer que quando mudavam os tempos também os eventos tinham de ir mudando conforme aquilo que os tempos lhes propunham. Em 2002, quando tinha tomado a responsabilidade da Feira de Sant'Iago, ainda na avenida, quando em 2004 promoveram a deslocalização da feira, para onde ela estava presentemente, tinha sido naturalmente, para

muitos setubalenses uma alteração com um significado muito profundo naquilo que era a relação das pessoas, sobretudo dos bairros tradicionais com a Feira de Sant'Iago. Uma das questões que se colocava era que muita gente que ia sobretudo dos bairros à Feira de Sant'Iago, ia para comprar os barros. Os barros eram uma componente fundamental na Feira de Sant'Iago. E, perante a auscultação daquelas populações que tinham vivido uma vida a ir à Feira de Sant'Iago, em boa parte como razão para ir fazer compras dos barros, falava sobretudo dos pescadores, porque eram as famílias dos pescadores que utilizavam muito os barros, noutros tempos. Decidiram, quando a Feira de Sant'Iago acabava lá em cima, de os comerciantes dos barros poderem vir para a avenida e ficar ali mais 15 dias. Ao fim de 2 ou 3 anos os próprios comerciantes dos barros disseram-lhes que não estavam mais interessados em vir para a avenida, porque as pessoas já não compravam barros. Tinha ficado na memória dos setubalenses, antigamente as feiras, para aqueles que tinham uma idade maior, sabiam que havia determinadas peças, designadamente as loiças, também, em que as pessoas iam às feiras para comprar, iam uma vez por ano, fazer as suas compras para o ano inteiro, portanto, tinha ficado aquela ideia dos barros na Feira de Sant'Iago. Mas as pessoas do nosso tempo, já não eram as pessoas dos barros e, portanto, a história dos barros tinha ido por água a baixo, como se costumava dizer.

Naturalmente que continuavam a haver barros na Feira de Sant'Iago, mas o negócio dos barros já não era o negócio que tinha sido noutros tempos porque o plástico tinha substituído os barros, infelizmente, porque o barro era um produto natural e depois passamos para a moda dos plásticos e os plásticos tinham substituído os barros na vida, na casa das pessoas e, portanto, as pessoas dedicaram-se a comprar o plástico e abandonaram os barros, infelizmente. Era assim a história, por isso é que dizia que os tempos mudavam e era necessário que as pessoas, todos nós, acompanhassem essas mudanças, E de facto, a Feira de Sant'Iago, ainda, tinha muito daquilo que nos tínhamos habituado a conhecer na Feira de Sant'Iago, mas muita coisa já não havia, porque as pessoas hoje em dia tinham outras preocupações e procuravam outras coisas que não procuravam há 50 anos atrás. Os tempos tinham mudado. Às vezes havia algumas pessoas que tinham dificuldade em acompanhar aquelas mudanças, por isso era importante de vez em quando lembrar isso.

Mas o que era importante era que a Feira de Sant'Iago estava aí, recomendava-se e que centenas de milhares de pessoas tinha visitado a Feira de Sant'Iago naquele ano de 2022.

Sr. Vereador Nuno Cruz – Disse que já vinha sendo habitual o senhor Presidente - e respeitava era a sua opinião -, depois de fazerem as suas intervenções vir sempre falar de demagogia. Ou seja, de cada vez que o Partido Socialista fazia uma intervenção estava a fazer demagogia. Se calhar estava a fazer política, aquilo era um local onde se fazia política. Esperava que já tivesse percebido isso.

Quando estiveram a falar de trabalhadores do Município de Setúbal, não estavam a fazer demagogia, estavam a falar de problemas.

Tinha sido muito simples o senhor Presidente ou a senhora Vereadora terem respondido, porque a questão tinha sido muito simples. Só tinha perguntado o que é que ia acontecer aos trabalhadores que, naquele momento, não tinham ficado possibilitados de entrar para os quadros da Câmara através de concursos, não tinham tido conhecimento que tinham havido concursos e como os senhores eram tão bons na área da comunicação e gostavam tanto de comunicar quis deixar uma mensagem e dizer que haviam funcionários do Município de Setúbal que não sabiam que haviam concursos que podiam concorrer. Se a informação não lhes tinha chegado era estranho porque a eles chegava.

A única pergunta que tinha sido feita ali - não sabia onde estava a demagogia -, tinha sido o que é que ia acontecer aos trabalhadores que até ao final do ano os seus contratos, as suas avenças terminavam. Questionou se o Município ia renovar, ou não, essas avenças. Estavam todos de acordo em abrir concursos, estavam todos de acordo que no futuro iriam ter que se abrir mais concursos, da parte deles lá estariam para apoiar essa decisão, mas a vida das pessoas não ficava à espera de concursos e tinham trabalhadores - e o senhor Presidente não podia dizer que não sabia porque tinha que saber enquanto Presidente - no Município de

Setúbal que iam terminar as suas avenças até ao final do ano e, naquele momento, não tinham qualquer possibilidade de entrar diretamente por concurso. E a pergunta era simples, o que é que ia acontecer? Daí ter conseguido estar meia hora a falar sobre o assunto, e respeitava, falava o tempo que entendesse, evidentemente, enquanto Presidente do Município, mas bastava dizer: “*essas pessoas não vão renovar as suas avenças, ou essas pessoas vão renovar as suas avenças*”, e ficavam mais descansadas, nem que fosse para começar a procurar trabalho noutro local.

Naquele dia também tinham ficado a saber outra coisa, em relação ao Parque da Várzea, o senhor Presidente falava e bem, que haviam muitos milhões para lá gastar, se calhar deveria ter sido dimensionado o parque, mas isso eram águas passadas. Mas havia uma maneira de poupar dinheiro ao Município de Setúbal, o senhor Presidente sabia, porque já tinha sido ali dito numa reunião, que tinha havido um compromisso com o anterior executivo, até tinham ali um Vereador presente que tinha estado nessa reunião, que se tinha comprometido em ceder uma instalação que estava no Parque da Várzea à Companhia de Teatro de Setúbal. E a companhia de Teatro de Setúbal tinha-se responsabilizado em fazer as obras e a recuperar um dos espaços. Portanto, bastava cumprir com a promessa que tinha sido feita pelo anterior executivo e o Município de Setúbal estava a poupar algum dinheiro. Bastava perguntar ao senhor Vereador qual era o edifício que ele certamente diria.

Por fim, e pediu desculpa pela expressão, mas o “*mundo dava muitas voltas*”, já tinha ouvido muita coisa, e muita ainda havia de ouvir dizer. Tinha ficado satisfeito de ouvir um Vereador naquela casa falar tão bem da Feira de Sant'Iago, porque noutras alturas não tinha falado assim tão bem, com o tempo as coisas iam-se clarificando. O senhor Presidente tinha dito que era um grande sucesso dizer que tinham estado duzentas e cinquenta mil pessoas no evento. Recomendou que lesse o relatório e era um relatório exaustivo, porque a anterior responsável da Feira de Sant'Iago sabia trabalhar e bem, e que visse quantas pessoas tinham estado na edição de 2019 e iam perceber se aquela edição daquele ano tinha sido assim tão boa, ou não, quanto a edição do ano anterior, em relação ao número de participantes. Sabia que o número de participantes não era só por si justificação para o sucesso ou para o insucesso. Tinha uma visão da Feira de Sant'Iago e brevemente numa reunião haveriam de falar sobre esse assunto, tinham decidido não o fazer naquele dia, mas iria ser brevemente, mas aconselhava o senhor Presidente a olhar para a institucional de 2019 e para a institucional de 2022 e veria que a Feira de Sant'Iago provavelmente iria deixar de se chamar a feira das meias, e não só, e ia, se ia calhar, passar a chamar-se a feira das agências imobiliárias, e aí iriam finalmente perceber se tinha sido um sucesso ou não.

Como era sempre importante deixar a história bem contada, disse que já tinham percebido que o grande sucesso da Feira de Sant'Iago daquele ano tinha sido uma *app*, ainda bem que tinha sido uma *app*, porque assim só tinham cumprido com aquilo que estava designado em 2020 e 2021, porque aquela *app* já estava decidida, inclusivamente já estava negociada com uma empresa a sua construção.

Portanto, ainda bem, saudavam quando as ideias do passado seguiam para a frente e eram um sucesso.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Disse que não podia deixar de intervir no seguimento da intervenção do senhor Vereador Nuno Cruz do Partido Socialista, porque parecia que a responsabilidade da Feira de Sant'Iago nos anos anteriores não tinha sido da responsabilidade do executivo da CDU. Parecia que não tinham sido os eleitos da CDU com os trabalhadores da Câmara que tinham responsabilidades no momento, que tinham desenvolvido, construído o projeto e fizeram sempre a Feira de Sant'Iago.

Havia ali alguma coisa que era estranha, se calhar, um fenómeno novo em que parecia que havia ali um efeito não sabia de quê naquela última intervenção. Não sabia se era um problema pessoal, mas achava que ali não havia problemas pessoais, ali naquela casa. Ali eram vereadores da Câmara Municipal de Setúbal, era a Câmara Municipal de Setúbal, e tinham que ter a postura e o saber estar institucional para representar os eleitores que ali representavam de forma digna e, portanto, era deixar claro para a ata e para quem estava a

assistir ali presencialmente na Câmara, nos Paços do Concelho, e para quem estava a assistir em casa aquela reunião, de que a Câmara organizava e que tinha muito orgulho no projeto e nas edições que têm organizado da Feira de Sant'Iago. E tinha muito orgulho na adesão popular à Feira de Sant'Iago e, naturalmente, tinha a expectativa e a ambição de torná-la cada vez melhor.

Portanto, que isso ficasse claro e que não houvesse qualquer outro tipo de entendimento ali naquela Câmara.

Sr. Vereador Vítor Ferreira – Disse que, para deixar claro naquele fórum, o senhor Vereador Nuno Cruz tinha falado em nome da bancada do Partido Socialista.

Sr. Presidente – Disse que relativamente àquilo que o senhor Vereador Nuno Cruz tinha referido, às duas questões, em relação à primeira tinha voltado a insistir na questão dos trabalhadores. Disse que não sabia o que movimentava o senhor Vereador naquela sua perseguição à gestão da CDU, na Câmara Municipal, e no que queria dizer ou insinuar que a gestão da CDU não defendia os interesses dos trabalhadores.

Disse que a Câmara Municipal, gerida pela CDU, não fazia o mesmo que o Governo do Partido Socialista tinha feito às autarquias locais ao fazer a descentralização das competências, no caso concreto que tinha falado naquele dia, na área da educação, não falava de outras.

Com esses problemas que existiam na Câmara, relativamente a trabalhadores que tinham sido contratados nas condições que tinha informado, mas que o senhor Vereador continuava a fazer demagogia sobre essa mesma questão e a fazer a sua argumentação em cima de problemas sociais, que existiam no nosso concelho, e de trabalhadores daquela Câmara Municipal, o senhor em cima dessas dificuldades vinha ali colocar essas questões, e isso era inaceitável do ponto de vista político e social. Era preciso ter também tento na forma como se colocavam as questões. Naturalmente que havia problemas ali para resolver, mas eles estavam ali para resolver esses problemas e como tinham dito a Câmara Municipal teve de recorrer à contratação de centenas de trabalhadores para que o Município pudesse continuar a dar resposta aos problemas da pandemia que tinha afetado a população de Setúbal. E também a pandemia tinha afetado os trabalhadores da Câmara Municipal, e para resolver esse problema, tinham sido obrigados a contratar trabalhadores nas condições em que foram contratados.

Como já tinha dito, estavam a resolver esses problemas, e os trabalhadores que ainda não tinham os problemas resolvidos, como tinha dito, havia concursos que estavam abertos, havia concursos que iam continuar a abrir, para que os trabalhadores pudessem concorrer a esses concursos. Se houvesse trabalhadores que não estivessem em condições de preencher aquilo que a lei estabelecia para serem trabalhadores públicos, naturalmente que tinham de encontrar soluções, ou os próprios trabalhadores encontrarem as soluções que eles não conseguirem resolver. Já tinha dito e repetiu que eles contestavam as leis e punham em causa essas leis, da contratação pública, no que dizia respeito aos trabalhadores também, mas cumpriam as leis. Não sabia se o senhor queria dizer outra coisa qualquer. O que podia garantir era que da parte deles os trabalhadores daquela Câmara Municipal estariam sempre em primeiro lugar, os seus direitos seriam sempre defendidos até às últimas consequências, podia ter a certeza disso. Quando não conseguissem, por força da lei, resolver alguns dos problemas, naturalmente que teriam que encontrar soluções com os trabalhadores, não por imposição da Câmara Municipal, mas por acordo com os trabalhadores, que os penalizassem o menos possível, porque as leis em vigor não permitiam que alguns trabalhadores, eventualmente, pudessem integrar os quadros Câmara. Mas isso não era responsabilidade da Câmara Municipal, porque a Câmara Municipal tinha de cumprir e cumpria a legislação em vigor.

Sr. Vereador Vítor Ferreira – Disse que ia falar em nome da bancada do Partido Socialista, uma vez mais, para lembrar que o senhor Nuno Cruz falava em nome da bancada.

A pergunta que o senhor Vereador tinha colocado era uma pergunta legítima. Respeitava que entendesse que era demagógico ou que era outra coisa qualquer, até entendia que entoasse a sua resposta num tom mais firme e de dedo esticado, era uma forma de expressão, mas disse que eles fariam sempre as perguntas que considerassem legítimas àquele que era o executivo que tinha função e capacidade executiva para agir.

Disse que a pergunta, legítima, tinha permitido que o senhor Presidente desse uma resposta que considerava adequada. E eram assim que se faziam as reuniões em democracia.

Sr. Presidente – Disse que não tinha feito mais do que aquilo que o senhor Vereador tinha acabado de fazer. Dava resposta às questões que eram colocadas e sobretudo, quando as questões eram colocadas cinco, seis, sete, oito vezes ao longo de quase 9 meses, dos últimos 9 meses, naturalmente, que as respostas começavam a ter um tom algo diferente, justificadamente. Mas o quadro da relação democrática, entre quem fazia perguntas e quem tinha legitimidade para as fazer, naturalmente que existia e estavam ali todos, era para isso que ali estavam. Naturalmente que havia formas de expressão, e ele também reagia, era humano e, portanto, quando via que haviam determinadas perguntas que se repetiam todos os meses, dava as explicações, a senhora Vice-Presidente tinha dado as explicações, tinha demonstrado, tinha apresentado propostas, estavam escritas relativamente a todo aquele processo, e as perguntas continuavam a ser feitas, parecia que havia alguma coisa ali que não estava suficientemente clara. E, naturalmente, que não gostava que houvesse questões que não estivessem suficientemente claras, não gostava e achava que ninguém gostava. Achava que a relação ali, era uma relação pública e, portanto, tinha de ser transparente na relação.

Sr. Vereador Vítor Ferreira – Disse que rejeitava liminarmente a forma como apreciava aquilo que tinha sido a decisão do Governo em relação à descentralização. Mas isso não o impedia de elogiar a forma como a senhora Vereadora, ainda há pouco, tinha feito um ponto da situação, levantando as preocupações, e tal como tinha feito na sua intervenção, reconhecendo aquele que tinha sido o papel do grupo de trabalho e também aquele que tinha sido o papel do Conselho Municipal de Educação. O facto de não concordar com a posição que o executivo CDU assumia em relação às posições do Governo, aliás, o facto de achar que aquele título do boletim não traduzia, nem de perto nem de longe, aquilo que, aliás, mereceu ali uma boa explicação, falando inclusivamente em saudação da capacidade de diálogo que o governo ultimamente tinha demonstrado e, por aí fora, não significava que não apreciasse aquilo que o senhor Presidente dizia quando falava da capacidade das autarquias de resolverem no local, no terreno, problemas, aliás, pensava que era isso que inspirava a descentralização, primeiro que tudo. O que queria dizer era que quando eles estavam em desacordo com o senhor Presidente, procuravam não ser assim tão agressivos, e pediu, de futuro, se possível, que quando falasse de um dos nossos elementos não falasse nos seus interesses pessoais, nomeadamente para o senhor Vereador Ricardo Oliveira. Falavam enquanto bancada, e era por isso que insistia, independentemente daquilo que em democracia vos assistia dizer, pedia-lhes que não se fizesse ali uma separação daquele ou de outro interesse, ou daquele ou de outro elemento.

Eram uma bancada de quatro elementos, às vezes eram substituídos por outros, mas falavam a uma só voz.

Sr. Presidente – Disse que ainda não tinha respondido a todas as questões que o senhor Vereador Nuno Cruz tinha colocado.

Disse que tinha repetido duas vezes para ver se tinha ficado bem entendido aquilo que queria dizer, com o tempo as coisas mudavam, todos eles mudavam, e a par daquilo que o senhor Vereador Ricardo Oliveira tinha dito, que a Feira de Sant'Iago desde 2002 era realizada pelo executivo da CDU, a responsabilidade era dos vereadores eleitos pela CDU, e, portanto, todas as iniciativas que tinham corrido bem, e as que tinham corrido menos bem eram da responsabilidade do executivo da CDU. E, portanto, quando no presente ano, tinham

desenvolvido um projeto para a Feira de Sant'Iago, e o senhor Vereador que tinha a responsabilidade de acompanhar a execução da Feira de Sant'Iago daquele ano, tinha vindo ali dizer que a Feira de Sant'Iago, naquele ano, tinha sido um êxito, naturalmente que isso significava que o projeto que eles tinham apresentado tinha sido um projeto que tinha resultado num êxito, era só isso.

Portanto, todos os anos, conforme o projeto, naturalmente que os objetivos eram também algo diferentes e os tempos mudavam, ficar agarrado àquilo que se tinha passado em anos anteriores, etc., naturalmente que, como já tinha dito, e o senhor Vereador Ricardo Oliveira também tinha referido, a responsabilidade daquilo que tinha corrido bem, e daquilo que tinha corrido muito bem era dos vereadores da CDU, não era de outros, porque desde 2002 para cá, que não tinha havido nenhum outro vereador, de outra força política, que tivesse a responsabilidade pela realização da Feira de Sant'Iago, e inclusive pela mudança da Feira de Sant'Iago da Avenida Luísa Todi para o Parque de Santiago, e, portanto, eles assumiam isso, as responsabilidades daquilo que tinha corrido bem daquilo que tinha corrido menos bem.

Quando diziam que o projeto com que tinham avançado para a realização da Feira de Sant'Iago, em 2022 tinha resultado num êxito, tendo em conta a forma como a população tinha aderido, aquela iniciativa, naturalmente, que era disso que estavam a falar. O resto eram discussões de alguém que ficava parado no tempo e tinham era de andar para a frente, e, por isso mesmo, era importante avançarem.

Sr. Vereador Vítor Ferreira – Disse que pedia que o autorizasse a fazer aquele trabalho habitual de procurar de uma forma mais ligeira, mas com o natural respeito pelas instituições, pelas associações e coletividades, fazer o pronunciamento da saudação.

Naquele caso saudavam vários aniversários, do Sport Clube do Sado, pelo seu 15.º aniversário, o do Clube Desportivo e Recreativo Águias de S. Gabriel, pelo seu 44.º aniversário, pelo aniversário do Núcleo Recreativo e Desportivo dos Ídolos da Praça, 47.º aniversário, aniversário do Rancho Folclórico das Praias do Sado, pelo seu 54.º aniversário, e também o aniversário da Associação de Coletividades do Concelho de Setúbal. Naquele caso, estavam a falar de coletividades que trabalhavam no âmbito do desporto e da cultura, mas tinha ali também uma saudação pelo aniversário, eram 46 anos, da Cooperativa de Habitação e Construção Económica – Força de Todos, algo que merecia uma referência muito especial, uma vez que se tratava de quem tinha tentado e tentava dar resposta, àquilo que era um bem primeiro, nomeadamente, com uma referência especial em termos da nossa Constituição.

Como costumava dizer ficava mais uma vez naquelas saudações a demonstração da força que tinha o nosso concelho, na força que tinham os nossos cidadãos e cidadãs, levando, naturalmente, à frente uma resposta rica, naquilo que era a vida do nosso concelho. Uma saudação para eles, presumia que todos se pudessem associar também com eles àquela referência positiva àqueles trabalhos.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que se associavam, obviamente, à celebração do aniversário de todas aquelas coletividades e associações e de outras que eventualmente não estivessem ali, porque às vezes o universo era tão lato e tão rico no concelho de Setúbal, que podia eventualmente não estar alguma que tivesse feito aniversário naquela semana.

Sr. Vereador Vítor Ferreira – Disse que, com a autorização do senhor Presidente, faria uma referência especial àquele que era o Presidente do Núcleo Recreativo e Desportivo dos Ídolos da Praça, pela sua juventude. Na cerimónia em que tinham participado, no dia anterior de manhã, tinha sido muito referida, e quis destacar algo que os tinha tocado particularmente, que era o facto de ele se ter emocionado quando falou da sua direção. E, da sua direção quando lhe dirigiu a palavra também ter deixado passar essa emoção. Se calhar, para muita gente não era relevante, mas quando as pessoas faziam as coisas com emoção, com sentimento, isso também os deixava satisfeitos, pensando que estavam empenhadas e que o futuro estava garantido. Na altura, não tinham tido oportunidade de fazer essa referência, a

essa forma especial daquela equipa funcionar, criando uma empatia forte entre eles, aproveitou ali a oportunidade para o fazer.
As coisas feitas com amor eram sempre muito mais fortes e deixavam-nos sempre muito mais felizes.

O senhor Vereador Vítor Ferreira apresentou as seguintes saudações, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 20 a 25.

"Saudação

Aniversário do Sport Clube do Sado

O Sport Clube do Sado, fundado a 1 de agosto de 2007, celebrou este ano o seu 15.º aniversário.

Dinamizador de atividades de âmbito cultural e desportivo, tem atualmente uma equipa de futebol no escalão de veteranos.

Reconhecendo a importância das coletividades e clubes para a dinamização de atividades que promovam o bem-estar e o desenvolvimento das modalidades no concelho, os vereadores do Partido Socialista, reunidos em reunião de câmara a 17 de agosto de 2022, saúdam e felicitam o clube pelo seu aniversário, bem como todos aqueles e aquelas que, de alguma forma, contribuem de alguma forma para a sua atividade, fazendo votos de continuação do bom trabalho".

"Saudação

Aniversário do Clube Desportivo e Recreativo Águias de S. Gabriel

O Clube Desportivo e Recreativo Águias de S. Gabriel, fundado a 1 de agosto de 1978, celebrou este ano o seu 44.º aniversário.

É um importante dinamizador do bairro e freguesia onde se insere, mas também de todo o concelho de Setúbal, promovendo atividades de âmbito cultural e desportivo, como é o caso da conhecida "São Gabriel em Festa".

O movimento associativo e as coletividades são importantes atores para a transformação, desenvolvimento e democratização dos concelhos e promoção do bem-estar da população.

Neste sentido, os vereadores do Partido Socialista, reunidos em reunião de câmara a 17 de agosto de 2022, saúdam e felicitam o Clube Desportivo e Recreativo Águias de S. Gabriel pelo seu aniversário, bem como todos aqueles e aquelas que, de alguma forma, contribuem para a sua atividade, reconhecendo a importância e impacto da mesma no concelho de Setúbal, fazendo votos de continuação do bom trabalho".

"Saudação

Aniversário do Núcleo Recreativo e Desportivo dos Ídolos da Praça

O Núcleo Recreativo e Desportivo dos Ídolos da Praça, fundado a 16 de agosto de 1975, celebra o seu 47.º aniversário.

Enquanto coletividade setubalense, é dinamizadora de atividades de âmbito cultural e desportivo na freguesia de São Sebastião. Parte significativa da sua atividade consubstancia-se na prática do futebol, desde a sua equipa de veteranos às equipas do futebol de formação, não esquecendo a aposta nas equipas de futebol feminino para esta época, bem como outras modalidades.

Destacando ainda a figura de Bruno Vigário, um jovem presidente, que dá o mote para o rejuvenescimento do movimento associativo setubalense e para o envolvimento dos jovens na sua comunidade.

Os vereadores do Partido Socialista, reunidos em reunião de câmara a 17 de agosto de 2022, saúdam e felicitam a coletividade pelo seu 47.º Aniversário, bem como todas e todos os que contribuem, de alguma forma, para a sua atividade, reconhecendo a sua importância na

promoção do bem-estar, dinamização cultural e desportiva e desenvolvimento do concelho de Setúbal, fazendo votos de continuação do bom trabalho”.

*“Saudação
Aniversário do Rancho Folclórico das Praias do Sado*

Fundado a 8 de agosto de 1968, o Rancho Folclórico das Praias do Sado, celebrou este ano o seu 54º aniversário.

Com uma história rica, o Rancho iniciou a construção da sua sede apenas em 1983, tendo participado em inúmeras iniciativas a nível nacional e internacional. Em 1990 foi premiado no Desfile de Trajes no Festival de Lisboa, no qual representaram a cultura e tradição setubalense, com trajes de “vendadeira de peixe” (peixeira), “apanhadora de laranjas”, “apanhadora de ostras”, “descarregador de peixe da Lota”, “salineiro do estuário do Sado”, “pescador do Sado”, “varina rica da cidade de Setúbal” e “família abastada da região”.

O Rancho, assume o folclore enquanto elemento fundamental para a investigação etnográfica da nossa região, os trajes, as tradições, os usos e os costumes.

É organizador do Festival Internacional de Folclore de Setúbal – Praias do Sado, um certame que traz ao concelho ranchos nacionais e internacionais, bem como milhares de espectadores, estando até a ser avaliado de forma a integrar um programa da UNESCO, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

Neste sentido, os vereadores do Partido Socialista, reunidos em reunião de câmara a 17 de agosto de 2022, saúdam e felicitam o Rancho Folclórico das Praias do Sado pelo seu aniversário, bem como todos aqueles e aquelas que, de alguma forma, contribuem para a sua atividade, reconhecendo o seu papel para a manutenção da cultura e tradição setubalense, fazendo votos de continuação do bom trabalho”.

*“Saudação
Aniversário da Associação de Coletividades do Concelho de Setúbal*

A Associação de Coletividades do Concelho de Setúbal, estrutura autónoma da Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, é uma entidade dinamizadora de projetos e atividades próprios e em colaboração com outras entidades públicas e privadas, fundada a 25 de agosto de 2016 no concelho de Setúbal.

Tem como objetivo afirmar a identidade própria do associativismo do concelho de Setúbal, defendendo os interesses das coletividades suas associadas, promovendo ações de formação de forma a capacitar os dirigentes associativos, o intercâmbio de experiências e a organização de projetos, atividades e eventos que contribuam para a promoção do associativismo setubalense”.

A ACCSet, constitui-se como uma mais-valia para o movimento associativo setubalense, prestando apoio e aconselhamento nas áreas da contabilidade, fiscalidade e apoio jurídico.

Os vereadores do Partido Socialista, reunidos em reunião de câmara a 17 de agosto de 2022, saúdam e felicitam a Associação de Coletividades do Concelho de Setúbal pelo seu aniversário, bem como todos aqueles e aquelas que, de alguma forma, contribuem para a sua atividade, reconhecendo a importância do movimento associativo para o desenvolvimento e bem-estar do concelho, fazendo votos de continuação do bom trabalho.

*“Saudação
Aniversário da Cooperativa de Habitação e Construção Económica – Força de Todos*

A Cooperativa de Habitação e Construção Económica – Força de Todos, fundada a 6 de agosto de 1976, celebrou este ano o seu 46.º aniversário.

As cooperativas de habitação são importantes estruturas de promoção do acesso à habitação digna e acessível. Neste sentido, a Cooperativa de Habitação e Construção Económica –

Força de Todos, constitui-se não só como uma importante estrutura para o acesso à habitação e à construção, mas também como uma entidade de promoção dos direitos dos moradores.

Dinamiza também atividades de âmbito cultural e desportivo, principalmente do chinquillo, futebol não oficial e outras atividades recreativas.

Os vereadores do Partido Socialista, reunidos em reunião de câmara a 17 de agosto de 2022, saúdam e felicitam a Cooperativa de Habitação e Construção Económica – Força de Todos pelo seu aniversário, bem como todos aqueles e aquelas que, de alguma forma, contribuem para a sua atividade, fazendo votos e continuação do bom trabalho”.

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Deliberação n.º 2641/2022 – Proposta n.º 23/2022 – GAP – Atribuição de Medalhas Honoríficas – Setúbal 2022

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 26, tendo-se procedido à votação por escrutínio secreto.

Sr. Presidente – Disse que aquela proposta se referia à atribuição de medalhas honoríficas a cidadãos, instituições e organizações que, de alguma forma o seu papel era reconhecido na sociedade setubalense, portanto, eram atribuições de medalhas honoríficas a fazer no dia 15 de setembro que era o Dia da Cidade e o Dia de Bocage.

Aquela era uma proposta que tinha contributos designadamente da CDU, do PSD e também ia ter ali uma proposta que tinha ido na última reunião da Câmara apresentada pelo Partido Socialista, mas que tendo em conta o regulamento da atribuição das medalhas honoríficas não podia ter sido votada como foi e, portanto, também era incluída naquela proposta.

Sr. Vereador Vítor Ferreira – Disse que, em primeiro lugar, a bancada queria manifestar a sua consideração pelas pessoas e pelas entidades que eram referidas na proposta.

Quando na reunião passada, legitimamente, a bancada do Partido Socialista tinha apresentado, também, uma proposta de atribuição de medalhas honoríficas, estavam lembrados que no final da votação, seis votos favoráveis e cinco desfavoráveis, “Os 13” tinham acabado por ser anunciados como lhes tendo sido atribuída a medalha honorífica, naquele caso, a mesma tinha, naquele momento, sido ali referida. Entretanto tinham-se apercebido que tal não teria sido possível, uma vez que não se tinha obtido os 2/3 de votos que o regulamento legitimamente definia.

Portanto, a razão porque estava ali incluída naquela lista, era porque a votação que tinha sido legítima, também, não lhe tinha atribuído a medalha na reunião anterior ao contrário daquilo que na altura tinha sido anunciado.

Aproveitou, em nome da sua bancada, para dizer que, na altura, quando tinham feito legitimamente a apresentação da proposta, daquelas instituições e daqueles nomes para lhes ser atribuída a medalha, tinha havido um debate aceso em que se tinha referido muito a falta de diálogo, a falta de consensualização. A bancada quis referir que essa falta de consensualização estava se a notar, naquele momento, perante aquela proposta, uma vez que eles não tinham tido participação em nenhuma reunião em que a proposta pudesse ser falada, como tinha sido dito em relação à proposta deles anterior. O que no caso apenas se traduzia pelo antigo normal de duas décadas, portanto, não era nada que os surpreendesse.

Sr. Presidente – Agradeceu a intervenção do senhor Vereador. Não ia dizer nada sobre o assunto, mas tinha sido o senhor Vereador que tinha chamado a questão ali à colação e era nesse sentido que ia intervir, porque sobre polémicas que não faziam muito sentido - na sua

opinião -, procurava também não fazer mais polémica, mas o senhor tinha trazido ali a questão e, naturalmente, que tinha “*atizado*”, como se costumava dizer, a polémica.

Disse que os argumentos que o senhor Vereador ali tinha colocado eram de facto, no seu entender, pouco recomendáveis. Como o senhor Vereador bem sabia, tinha sido comunicado ao PSD e ao PS, para haver uma reunião onde se falasse sobre aquele assunto da atribuição das medalhas, porque era tradicional, pelo menos desde que se lembrava, que houvesse uma proposta única que contemplasse as sugestões, as propostas das várias forças políticas representadas na Câmara Municipal, isso era uma tradição. Pelo menos nos últimos anos, desde que se lembrava, já andava por ali há uns 20 anos, já não era assim há tão pouco tempo, e, portanto, tinha pedido ao Chefe de Gabinete para fazer esses contactos, com o PS e com o PSD. Quando o Partido Socialista, sem haver nenhuma conversa sobre aquele assunto, tinha entendido apresentar uma proposta, e foi dito ao Partido Socialista que o senhor Presidente tinha agendada uma reunião para tratar daquele assunto, não sabia se o PS queria retirar a proposta, sendo que havia uma discussão sobre o assunto ou se mantinha a proposta. A resposta do Partido Socialista tinha sido que mantinham a proposta deles. Ao tomar aquela decisão, o Partido Socialista tinha-se excluído de um eventual, ou não, consenso. Excluiu-se até da discussão do assunto. Aquela é que era a realidade, mas a reunião tinha sido realizada e o Partido Socialista participou na reunião, e tinha sido novamente colocada a questão ao Partido Socialista de saber se mantinha a proposta. A reunião tinha sido feita e estiveram presentes a CDU, os representantes do PS e os representantes do PSD e foi colocada ao Partido Socialista a questão de se saber se mantinham a proposta que tinham apresentado, e que já estava na Ordem de Trabalhos, mas que podia sempre ser retirada, se assim o entendessem, para que houvesse uma proposta de consenso, em que cada uma das forças políticas apresentasse as suas propostas e fossem integradas numa única proposta. O Partido Socialista decidiu manter a proposta, e, portanto, a proposta veio por iniciativa do Partido Socialista como o senhor Vereador tinha dito, legitimamente. Politicamente isso tinha a sua forma de entendimento. O Partido Socialista tinha procurado por razões que eram legítimas também, como era óbvio, diziam respeito a cada um, isolar-se daquele processo. O PSD, nessa mesma reunião, tinha decidido que iria apresentar as suas propostas de nomes de pessoas, personalidades, organizações e de entidades, como tinha vindo a fazer.

O senhor Vereador agora vinha dizer, que depois não tinha sido pedido ao Partido Socialista, para apresentar outra proposta.

(vozes na sala)

Sr. Presidente – Disse que tinha sido isso que tinha entendido da intervenção do senhor Vereador.

Consultado o regulamento pelos serviços concluiu-se que ao contrário do que tinham pensado, na reunião em que tinha havido a votação, a aprovação da atribuição da medalha de prata, ou era votada por unanimidade, ou pelo menos por 2/3, e o que tinha acontecido é que não tinha tido os 2/3. Por isso, tinham telefonado ao Partido Socialista a dizer o que se passava, e, segundo a informação que lhe tinha chegado, o Partido Socialista agradeceu a informação e disse para integrarem aquela questão da atribuição da medalha de prata ao Grupo Desportivo “Os 13”, naquela proposta. Tinha sido isso que se tinha passado.

Aquilo que se tinha passado, tinha sido uma afirmação política. Não estava em causa, nem podia estar, não fazia parte da forma de estar deles, aquela ou a outra pessoa, aquela ou outra entidade ou organização. Por exemplo, no caso “Os 13”, fazia 100 anos, e estava estabelecido que as coletividades que atingiam 100 anos, recebiam a medalha de prata, isso estava estabelecido entre eles. Ainda no ano anterior, o São Domingos tinha feito 100 anos, e tinha recebido a medalha de prata. Para eles isso era uma questão que estava assumida.

Portanto, aquilo que tinha acontecido ali, na última reunião, tinha sido uma afirmação política de contestação e de isolamento legítimo do Partido Socialista, naquela matéria.

Porque o que estava ali em causa, no entendimento que eles tinham, era que a Câmara Municipal, naquele caso o Município, tinha pedido aos grupos políticos da Assembleia Municipal, também para aquela proposta darem os seus contributos, portanto, não era só da Câmara Municipal, tinha sido também aos grupos políticos da Assembleia Municipal, para se quisessem darem o seu contributo. O que estava ali em causa era de a Câmara Municipal atribuir aquele reconhecimento a pessoas, a entidades, a organizações, podia não estar de acordo, podia ter dúvidas, mas alguém e com legitimidade que ali estava, e que tinha sido eleito, considerava que a, b, ou c, tinha prestado serviços importantes à comunidade. Uma pessoa recebia uma medalha e não tinha tido o consenso, do seu ponto de vista, isso colocava em causa a dignidade do próprio órgão e, naturalmente, daquela pessoa que era agraciada, porque se punha em causa o papel que ela tinha tido na sua contribuição, no seu papel para o desenvolvimento do Município de Setúbal. E, achava, que isso não estava de acordo com a dignidade que o órgão, Câmara Municipal, devia ter. Eram essas as razões, e essas razões eram políticas. Isso tinha sido explicado, e o debate que tinha havido ali, na última reunião da Câmara tinha a ver com isso, tinha a ver com questão política, não tinha a ver com pessoas, nem com organizações, como demonstrava aquela inclusão daquela proposta dos “Os 13”, como não podia deixar de ser.

Que não houvesse dúvidas nenhuma sobre o que é que estava ali em causa. O que estava ali em causa era política, não eram as pessoas, era a forma como alguém que tinha a responsabilidade de fazer política, o fazia como bem entendia, mas que o respeito pela dignidade dos órgãos, naturalmente, que para eles estava sempre acima de tudo. Existiam algumas diferenças, era normal, por isso é que eram diferentes.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que a proposta que o Partido Socialista ali tinha apresentado, no passado dia 20 de julho, tinha tido dois méritos.

Tinha tido o mérito de reconhecer, e passou a redundância, de diversas personalidades que integravam essa lista, e que tinham entendido reconhecer, apresentando a proposta que tinha sido votada no dia 20, mas tinha tido também um outro mérito, que lhe parecia do ponto de vista da discussão política mais relevante. Tinha sido o de colocar a CDU, a pedir às outras forças políticas, coisa que nunca tinha acontecido no passado, o senhor Presidente costumava dizer que já ali andava há uns anos e também já tinha dito que durante uns anos não tinha estado ali, não sabia se nesse ato, teria tido, eventualmente, algum lapso de memória face àquilo que era a forma usual de trabalhar aquele tipo de propostas. Mas a verdade era que nunca, até ao presente ano, tinha sido pedido a qualquer força política, com representação na Assembleia Municipal, para que houvesse essa participação. Esse tinha sido o segundo mérito da proposta.

Não tinham tido o terceiro que era efetivamente, o tal consenso, ou a tal discussão alargada, que o senhor Presidente ali tinha referido. Porque a verdade era que, uma lista de atribuição de medalhas honoríficas de reconhecimento de méritos individuais ou coletivos de instituições ou coletividades da daquela cidade, não era uma lista de compras e, portanto, era o que entendiam, não devia ser: *“ora digam lá quem é que acham que deve receber a medalha, a gente põe aqui tudo na lista, se vier tudo na lista apresentada pelo Presidente, isto tem dignidade para ser apresentado, e se não vier tudo integrado nesta lista, se vier alguma proposta autónoma, está em causa a dignidade dos órgãos”*. Isso não existia em democracia. Portanto, era importante deixar ali aquela nota. Era importante deixar a nota que, as medalhas que tinham sido aprovadas no dia 20 tinham tanta dignidade como aquelas que fossem ali, eventualmente, aprovadas. E era importante deixar também a nota que os consensos não eram listas de compras e, portanto, não era pedindo contributos e depois apresentando uma lista sem que houvesse indicação se tinha havido algum filtro, se todos os nomes que tinham sido indicados estavam integrados na lista ou não, sem que houvesse uma discussão, que também podiam concordar que não precisava de haver, porque todos eles eram livres de apresentar as propostas que entendiam que eram justas e com bases nessas mesmas propostas depois fariam ali a votação. E as votações tinham os resultados que tinham. E tinha sido por isso que no dia 20, apesar de ter sido anunciado que todos os nomes

que estavam indicados tinham sido aprovados, tinha havido um nome que não tinha sido, porque em função da medalha que tinha sido proposta, carecia de uma maioria de 2/3, uma maioria qualificada e, tinha sido aprovada apenas com maioria simples, e tinha sido novamente ali apresentado esse nome, porque a atribuição de uma medalha de reconhecimento, a uma coletividade centenária, não estava escrita no regulamento, o senhor Presidente poderia entender que haveria um entendimento tácito nesse sentido, mas na verdade não havia nada explícito nesse sentido e a verdade era que mesmo que houvesse esse entendimento tácito tinham tido um resultado de uma votação que tinha negado uma medalha de reconhecimento pelos 100 anos de história de uma coletividade.

Portanto, a integração dessa proposta, novamente, na proposta que naquele dia era apresentada pelo senhor Presidente, esperava que tivesse também ela o mérito de fazer com que 5 votos que tinham sido votos contra, pudessem ser emendados, tivessem o mérito de fazer emendar a mão a quem tinha entendido não reconhecer o mérito de uma coletividade por o seu nome ter vindo integrado numa proposta do Partido Socialista e não numa proposta apresentada pelo senhor Presidente e que pudesse, efetivamente, reconhecer aquilo que era o papel fundamental do movimento associativo, particularmente do Grupo Desportivo “Os 13”, na história dos últimos 100 anos na cidade.

Sr. Presidente – Disse que o senhor Vereador podia dar as voltas que quisesse, mas o que era um facto era que quando, na discussão que tinha havido na última reunião, se dizia que o Presidente da Câmara não tinha diálogo com a oposição, e se repetia isso de reunião após reunião, e depois os senhores eram confrontados com uma situação em que se recusavam a apresentar as propostas do Partido Socialista, para integrar uma proposta, como tinha acontecido em anos anteriores, e que era uma proposta apresentada pela Câmara no seu conjunto, a questão era política, não tinha nada a ver com quem estava em causa, e isso tinha sido explicitado por todos. A questão que se colocava ali, era que tinha havido, naturalmente, ali, uma posição política, relativamente a alguém, que acusava os outros de falta de diálogo e, depois, era o primeiro, quando de facto estava em maior dignidade a atribuição do reconhecimento aos setubalenses e azeitonenses, às organizações que ali intervinham, naturalmente, que o Partido Socialista se punha à parte. Essa é que era a questão.

Portanto, isso era a forma do Partido Socialista estar na política, mas isso era legítimo, como dizia o senhor Vereador Vítor Ferreira, era legítima essa posição, naturalmente que faziam política, e o que estava ali em causa tinha sido que o Partido Socialista não tinha aceitado, deliberadamente apresentar a sua proposta para ser integrada numa proposta ali. Como o senhor Vereador tinha referido que o problema que se colocava ali era a proposta ser apresentada pelo Presidente, tudo bem, lá estava a tal legitimidade, era porque aquela proposta era apresentada pelo Presidente e o Partido Socialista recusava apresentar uma proposta que fosse apresentada pelo Presidente. Mas, naturalmente, isso tinha posições políticas e era isso que estava em causa. Os senhores poderiam dar *“as voltas ao bilhar pequeno, grande, aquilo que entendessem”*, agora política era política, e o que estava ali em causa era política. Como tinha dito o senhor Vereador era claro que havia essa legitimidade.

O que tinha sido um facto, tinha sido que as reuniões tinham sido convocadas, os senhores tinham tido oportunidade de alterar a vossa posição, não tinham querido, insistiram, e, portanto, tinha tido o resultado político que tinha tido. E, afinal, por força das circunstâncias, uma dessas propostas ia integrada naquela proposta, por decisão do Partido Socialista, porque lhe tinha sido perguntado, tendo em conta aquela situação, e por vontade do Partido Socialista essa proposta estava integrada ali. Se não tivesse sido integrada, eles apresentariam essa proposta ali, porque ela não tinha sido aprovada na lista do Partido Socialista, podiam ter a certeza disso.

Achou que a coisa estava esclarecida e, portanto, a posição política é que tinha de ficar clara, para não haver dúvidas sobre alguns argumentos ou acusações que se faziam e que tinham pouco de real.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que *“bilhares maiores ou menores, ou com matraquilhos, ou snooker, enfim até mesmo com Padel, mesmo no berlinde era preciso jogar em equipa”*.

Sr. Presidente – Disse que isso era verdade.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que era verdade e por isso mesmo os vereadores da CDU teriam, naquele dia, de emendar a mão e de reconhecer, como dizia o mérito, que não tinham querido reconhecer na reunião de dia 20 de julho. Porque para os vereadores da CDU, e percebiam que era uma opção política, e enfim, as opções políticas eram legítimas, refletiam uma maior ou menor dignidade no resultado das suas votações, mas eram legítimas, tinham de reconhecer que efetivamente para a CDU e para os vereadores da CDU, as propostas de reconhecimento tinham uma maior dignidade ou tinham uma maior validade se fossem apresentadas pelo Gabinete de Apoio à Presidência do que apresentadas por qualquer bancada da oposição.

Portanto, ficava também esse registo e ficava naturalmente lavrado na história daquela Câmara Municipal.

Sr. Presidente – Disse que ficava claro quem é que promovia diálogo, quando era necessário haver diálogo, quando era reconhecido o interesse público na promoção do diálogo, e quando noutras situações faziam acusações que não tinham qualquer significado. Isso é que ficava claro.

Essa era a conclusão política que se tirava daquele comportamento.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que, antes de mais, queria lamentar que na fase em que estavam da discussão sobre a atribuição de medalhas tivessem entrado naquela discussão: Seria muito rápido com duas questões concretas.

Questionou se o senhor Vereador Joel Marques entendia que a lista de nomes apresentada, naquele dia, pela Câmara Municipal, era uma lista de compras. Essa era a primeira pergunta. Porque tinha enunciado essa questão que achava que os nomes não deveriam ser uma lista de compras e a pergunta que lhe dirigia era se achava que aquela que estava ali a ser feita e proposta era uma lista de compras.

Segundo, tinha utilizado uma expressão, dizendo que tinha dito virtudes, mérito, a proposta do Partido Socialista.

Disse que também não tinha tido memória que, sem prejuízo, e valia a pena recordar e todos tinham acesso a essa lista, valia a pena ver os nomes e as entidades que ao longo da história de atribuição de medalhas na cidade de Setúbal tinham legitimamente, compreensivamente, ligações político-partidárias que se entendiam na vida da democracia de uma cidade.

E, portanto, era fácil compreender que nunca tinha sido prática ao longo daqueles 20 anos de exercício político de governação da Câmara Municipal de Setúbal, que essa questão fosse uma questão que estivesse em cima da mesa, bastava ver de forma apurada, os nomes a quem tinham sido atribuídas as medalhas da cidade. Agora, não tinha memória, e era isso que o Partido Socialista tinha querido fazer de apresentar uma lista partidarizada, na sua proposta. Porque se o Partido Socialista e essa era uma questão distintiva, independentemente dos nomes que viessem a ser propostos, legitimamente, no entendimento de cada força política considerava a relevância política, social, cultural, sindical, científica, que o cidadão ou instituição tinha dado à cidade, ela era uma proposta da Câmara Municipal. E, se não tinham memória, valia a pena recordar que muitos dos nomes que constituíam aquela lista, eram nomes que chegavam muitas das vezes ao Gabinete da Presidência, vindo das mais diferentes formas. Portanto, o Partido Socialista, efetivamente, não quis apresentar uma lista consensualizada, porque se o quisesse fazer e sem prejuízo dessa legitimidade, poderia tê-lo feito, e os nomes que tinham apresentado há duas ou há três semanas, estariam naquele dia a integrar. Querer dizer e querer fazer aquele exercício sistemático, quer no processo de atribuição de medalhas, quer em outros processos, e querer pôr o executivo municipal, sempre em julgamento com as instituições da cidade, era um exercício erróneo,

não valia a pena tentar. A Câmara Municipal e o executivo não quiseram votar contra a instituição ou personalidade nenhuma, o que estava ali em causa era a metodologia e o exercício que tinha sido feito pela parte do Partido Socialista em querer-se de alguma forma individualizar e dizer que aqueles eram os seus nomes propostos. Achava que a cidade, e sem prejuízo daquilo que identificava, aliás, bastava ver os nomes que eram ali propostos naquele dia, para perceber que havia pessoas com ligações às mais diferentes forças políticas. E, achava que era ótimo que assim fosse na vida de uma cidade. Obviamente que esse exercício tinha tido essa condição, e achava que a cidade não tinha nada a ganhar com isso, não tinham ninguém a ganhar com isso, não tinha nenhuma força política a ganhar com isso e se os senhores entendiam que esse era o caminho, podiam achar que os frutos podiam vir a ficar, mas era como a fruta que vinha de barco, aparentemente estava madura, mas por dentro estava pobre. Considerava que tinham todos a condição de contribuir para que aquele processo fosse feito de uma forma limpa, íntegra, que tinha sido isso que não tinha acontecido.

Portanto, não valia a pena estar a querer dizer, que tinham votado contra os nomes, que tinham votado contra as instituições. Aquele executivo municipal já tinha dado vários exemplos que não propunha nomes pelas suas opções político-partidárias, tinha-o feito naquela proposta, tinha-o feito no passado e continuava a fazê-lo mesmo na relação com as instituições. Não os movia se as pessoas eram da área política a, b, ou c, o que os movia eram os interesses superiores da cidade e tinha sido isso que tinha estado presente naquela proposta e considerava que valia a pena reforçar isso, para não haver equívocos sobre aquela matéria.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que conforme lhes tinha sido solicitado, daquela vez, eles tinham proposto algumas instituições e alguns nomes para aquela proposta. Esperavam que viessem a ser aprovados, tal como as restantes, mas que nem sempre tinha sido assim que tinha acontecido, quis repor a verdade das coisas. Tinha acontecido, sim, há muito tempo, recordava-se porque estava ali, que tinha sido quando a CDU tinha tido maioria relativa, isso tinha acontecido e, tinha havido também propostas das outras forças políticas. Portanto, nesse espírito de abertura achava que era importante, era também importante que tivesse sido aberto a possibilidade de fazerem propostas às forças políticas da Assembleia Municipal.

Havia um erro numa das propostas, que era relativamente a Nuno David, que tinha nascido em 1949 e não em 1939.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que muito rapidamente, para responder ao senhor Vereador Pedro Pina, que de uma forma um pouco exaltada tinha colocado algumas questões e feito algumas afirmações, que talvez pela sua exaltação tivessem escapado um pouco à realidade.

Não sabia de que forma é que o senhor Vereador Pedro Pina tinha olhado para a proposta, que o Partido Socialista ali tinha apresentado no dia 20, nem como a tinha lido e entendido, mas partidarização daquela lista, daquela proposta, era coisa que não tinha acontecido. Aliás, mal seria quando o Partido Socialista propunha o reconhecimento a um cidadão daquele concelho e, que muito tinha contribuído para o concelho, e que por acaso até tinha sido Secretário de Estado num Governo do PSD, dizer que a proposta era uma proposta partidarizada, enfim, diria que só mesmo com um assomo de exaltação é que poderiam tomar aquela afirmação por boa.

Sr. Presidente – Disse que ia responder para demonstrar que o senhor Vereador não estava com atenção, porque se tivesse com atenção não tinha feito essa interpretação. Tinha feito a interpretação de que as propostas sendo apresentadas pela Câmara não tinham qualquer interpretação partidária. Sendo apresentadas por um partido, como tinha sido o caso, podia ter essa interpretação, era isso que o senhor Vereador tinha querido dizer e tinha sido isso que se tinha procurado com a marcação das reuniões, para chegar àquele entendimento e,

cada um poder dar o seu contributo, era exatamente para isso. Era aí que falava também da dignidade do próprio órgão e, da forma como cada um dos que contribuía para esse reconhecimento, entendessem que era a Câmara Municipal e que não era o partido a, b. Era uma interpretação que também era legítima e que tinha tido uma resposta política.

Era só isso que queria que ficasse claro e achava que cada um assumia as suas responsabilidades. E, naquele caso, achava que estava bem claro, a forma como tudo aquilo tinha decorrido.

Achava que também se aprendia com os erros e esperava que no futuro aquelas situações não passassem por erros daquele tipo, quando verificavam que cometiam erros de saber reconhecer os erros cometidos.

Disse que já tinha ficado acordado, os senhores do Partido Socialista não tinham participado na outra reunião, que os serviços da Câmara Municipal iam apresentar um novo projeto de regulamento, e que seria depois também consensualizado se assim os senhores o entendessem, para que algumas situações verificadas, na atribuição das medalhas, que pudesse vir a ser mais consensualizadas e, que pudesse ultrapassar algumas dificuldades que reconheciam.

Anunciou que os serviços estavam a elaborar uma proposta de regulamento da atribuição das medalhas honoríficas, verificando designadamente noutras autarquias como é que aqueles processos aconteciam, no sentido de cada vez mais haver um consenso das forças políticas, na Câmara Municipal, em particular, porque era a Câmara Municipal que atribuída, e para que de facto aqueles que desempenhavam funções e, desenvolviam um esforço no sentido de merecer o reconhecimento público da Câmara Municipal o pudessem ter com uma dignidade ainda maior, no seu reconhecimento. Estava a ser feito e depois, naturalmente, que haveriam de ter todos oportunidade de consensualizar uma proposta de regulamento.

Sr. Presidente – Disse que iam passar às votações. As votações eram nominais e, portanto, seriam secretas.

O Sr. Presidente submeteu a votação por escrutínio secreto, tendo-se obtido os seguintes resultados, conforme lista anexa à presente ata, sob o registo n.º 27:

Medalha de Ouro da Cidade

Santa Casa da Misericórdia de Setúbal – Atribuída, por unanimidade

Medalha de Prata da Cidade

Miguel Frاسquilho – Atribuída, por maioria qualificada, com 9 votos a favor (“sim”) e 2 votos contra (“não”) (em segunda votação, no fim da reunião)

Eugénio da Fonseca – Atribuída, por unanimidade

Grupo Desportivo Setubalense “Os 13” – Atribuída, por unanimidade

Medalhas de Honra da Cidade

Classe Atividades Culturais

Maria Luísa Perienes Ribeiro – Atribuída, por unanimidade

Lurdes Pólvora da Cruz – Atribuída, por unanimidade

Albano Almeida – Atribuída, por unanimidade

José Alberto Raposo – Atribuída, por unanimidade

Custódio Magalhães – Atribuída, por unanimidade

Vítor Pereira – Atribuída, por unanimidade

Joaquim Gouveia – Atribuída, por unanimidade

Jorge Salgueiro – Atribuída, por maioria, com 9 votos a favor (“sim”) e 2 votos contra (“não”)

Nuno David – Atribuída, por maioria, com 9 votos a favor (“sim”) e 2 votos contra (“não”)

Classe Ciência e Tecnologia

Escola Básica Barbosa du Bocage – Atribuída, por unanimidade

Maria da Conceição Quintas – Atribuída, por unanimidade

Emília Vaz Pereira – Atribuída, por unanimidade

Paulo Quintino – Atribuída, por unanimidade

Classe Desporto

Eduardo Guilherme – Atribuída, por unanimidade
Arlindo Roda – Atribuída, por unanimidade
José Martinez – Atribuída, por unanimidade
Luís Monteiro – Atribuída, por unanimidade
Centro Cultural e Desportivo de Brejos de Azeitão – Atribuída, por unanimidade

Classe Associativismo e Sindicalismo

Núcleo de Poesia de Setúbal – Atribuída, por unanimidade
Associação Casa da Poesia de Setúbal – Atribuída, por unanimidade
Clube de Campismo de Setúbal – Atribuída, por unanimidade
União Desportiva Casal das Figueiras – Atribuída, por unanimidade
Moto Clube de Setúbal – Atribuída, por unanimidade
Centro Social Paroquial de S. Sebastião de Setúbal – Atribuída, por unanimidade
António Henrique Quaresma Rosa (a título póstumo) – Atribuída, por unanimidade
Carlos Calçada da Cunha – Atribuída, por maioria, com 8 votos a favor (“sim”) e 3 votos em branco

Classe Paz e Liberdade

Anita Vilar – Atribuída, por maioria, com 10 votos a favor (“sim”) e 1 voto contra (“não”)

Classe Comércio

Casa Negrito – Atribuída, por maioria, com 8 votos a favor (“sim”) e 3 votos contra (“não”)

2. Deliberação n.º 2642/2022 – Proposta n.º 1747/2022 – DAF/DICOR – Norma de Controlo Interno da Câmara Municipal de Setúbal de 2022

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 28 e 29, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

3. Deliberação n.º 2643/2022 – Proposta n.º 1896/2022 – DAF/DICOR – Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do Município de Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 30 e 31.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que muitas vezes criticava, mas quis elogiar, finalmente, por trazer ali aquele plano.

Desde o início do mandato que o tinham pedido e o executivo tinha feito o seu trabalho que tinha sido restabelecer, no fundo, a regularidade daquela situação, porque desde 2011 não havia uma atualização daquele plano, agora, depois daquela aprovação convinha fazer a monitorização da execução do plano.
Obviamente, votariam favoravelmente.

Sr. Presidente – Agradeceu o esclarecimento, porque se tinha esquecido que a senhora Vereadora Sónia Martins e o senhor Vereador também, colocavam aquela questão e estava em processo de atualização.

Finalmente tinham também aquele processo legal e regulamentar em funcionamento.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

4. Deliberação n.º 2644/2022 – Proposta n.º 1897/2022 – DAF/DICOR – Projeto de Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Setúbal – 2023

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 32 e 33.

Sr. Presidente – Disse que, no fundo, tratava-se do Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município que estava em vigor e tinha uma atualização das taxas, de acordo com a taxa de inflação média à data de 30 de junho de 2022, em conformidade com a informação disponibilizada pelo Instituto Nacional de Estatística, pretendendo-se que pudesse entrar em vigor no dia 1 de janeiro de 2023, o que nem sempre era possível.

Como era sabido, o Regulamento e a Tabela de Taxas eram coisas complexas e difíceis, que abrangiam quase todos os serviços da Câmara Municipal, e, por isso, às vezes, não era fácil os serviços terem as suas propostas em tempo oportuno, porque, se a Câmara aprovasse a proposta iria para discussão pública, depois iria à Assembleia Municipal e só depois é que teria um tempo para ser publicado e entrar em vigor.

Normalmente aquelas coisas atrasavam-se sempre algum tempo e dificilmente entravam em vigor no dia 1 de janeiro, quando uma nova tabela de taxas devia entrar em vigor no primeiro dia do ano. Os serviços tinham feito um esforço e, se as coisas corressem bem, haveria tempo suficiente para que, se fosse aprovada, ir para a discussão pública, voltar à Câmara para ver as alterações ou adaptações a fazer e, depois, ir à Assembleia Municipal, em 30 de setembro - era o que estava previsto -, para, depois, ser publicado e entrar em vigor no dia 1 de janeiro. Era esse o objetivo.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por maioria, com 5 votos a favor, da CDU, e 6 abstenções, 4 do PS e 2 do PPD/PSD.

5. Deliberação n.º 2645/2022 – Proposta n.º 1901/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência - Quinta da Lancha, Pote de Água ou Peixe Frito, Rua Libânio Braga, n.º 12 – 2.º Dto., em Setúbal

O Sr. Presidente leu a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 34.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que, pela análise que tinham feito das propostas, em nenhuma delas se exercia o direito de preferência. Portanto, propunham - aliás, como vinha sendo hábito - que votassem conjuntamente as propostas com esse pressuposto, de que não iria ser exercido nenhum dos direitos de preferência.

Sr. Presidente – Perguntou aos senhores vereadores do Partido Socialista se viam algum inconveniente na proposta.

Sr. Vereador Vítor Ferreira – Disse que não, acompanhavam a proposta do Sr. Vereador Paulo Calado.

Sr. Presidente – Disse que, então, as propostas relativas à possibilidade de o município exercer o direito de preferência relativamente à alienação dos prédios que estavam

identificados iriam ser votadas em conjunto, da proposta de deliberação 2645 até à proposta de deliberação 2859, ponto 219 da ordem de trabalhos.

Submetidas a votação foram as propostas da deliberação 2645 até à deliberação 2859 aprovadas, por unanimidade.

6. Deliberação n.º 2646/2022 – Proposta n.º 1902/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência - Rua Henrique de Barros, n.º 13 – 2.º Esq., em Azeitão

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 35 (ver ponto 5).

7. Deliberação n.º 2647/2022 – Proposta n.º 1903/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua de Badajoz, n.ºs 5, 5-A e 5-B (Quinta do Paraíso) – 2.º Dto., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 36 (ver ponto 5).

8. Deliberação n.º 2648/2022 – Proposta n.º 1904/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua Silva Porto, n.º 13 – 2.º Dto., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 37 (ver ponto 5).

9. Deliberação n.º 2649/2022 – Proposta n.º 1905/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua José António Januário da Silva, n.º 24, tornejando para a Travessa de São Cristóvão, n.ºs 13, 15 e 17, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 38 (ver ponto 5).

10. Deliberação n.º 2650/2022 – Proposta n.º 1906/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Alameda dos Plátanos, n.º 30, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 39 (ver ponto 5).

**11. Deliberação n.º 2651/2022 – Proposta n.º 1907/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Central da Azeda, n.º 92 A – 3.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 40
(ver ponto 5).

**12. Deliberação n.º 2652/2022 – Proposta n.º 1908/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua de Brancanes, n.º 13 – 3.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 41
(ver ponto 5).

**13. Deliberação n.º 2653/2022 – Proposta n.º 1909/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Largo Cesário Verde, n.ºs 50 a 50-C, 51 a 51-B tornejando
para a Estrada dos Ciprestes, n.ºs 148 a 154 – 2.º A, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 42
(ver ponto 5).

**14. Deliberação n.º 2654/2022 – Proposta n.º 1910/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Urbanização Vale do Cobro, Praceta Pero Vaz de Caminha, n.º
6 – 3.º A, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 43
(ver ponto 5).

**15. Deliberação n.º 2655/2022 – Proposta n.º 1911/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Dr. Fernando Vale, n.ºs 4 e 4A, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 44
(ver ponto 5).

**16. Deliberação n.º 2656/2022 – Proposta n.º 1912/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua António Manuel Gamito, n.ºs 21, 21-A e 21-B - GAR., n.º 6,
em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 45
(ver ponto 5).

- 17. Deliberação n.º 2657/2022 – Proposta n.º 1913/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Vale de Cerejeiras ou Montebelo, Praceta Afonso Paiva, n.º 3
– 8.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 46
(ver ponto 5).

- 18. Deliberação n.º 2658/2022 – Proposta n.º 1914/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua do Alecrim, n.º 1 – 1.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 47
(ver ponto 5).

- 19. Deliberação n.º 2659/2022 – Proposta n.º 1915/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Mitrena - Moinho Novo, Lote 11, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 48
(ver ponto 5).

- 20. Deliberação n.º 2660/2022 – Proposta n.º 1916/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Padre José Maria Nunes da Silva, n.º 109 – 4.º D., em
Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 49
(ver ponto 5).

- 21. Deliberação n.º 2661/2022 – Proposta n.º 1917/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Carcavelas e Nabais – Lagos, Rua Vinha da Sardinha, n.ºs 31
e 31- A, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 50
(ver ponto 5).

- 22. Deliberação n.º 2662/2022 – Proposta n.º 1918/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Praceta dos Cedros, n.º 10 - C/V Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 51
(ver ponto 5).

23. Deliberação n.º 2663/2022 – Proposta n.º 1919/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua Francisco José da Mota, n.ºs 8 e 10 – 1.º Andar, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 52 (ver ponto 5).

24. Deliberação n.º 2664/2022 – Proposta n.º 1920/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Praceta Joaquina Guerreiro, n.º 5 - R/C Esq., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 53 (ver ponto 5).

25. Deliberação n.º 2665/2022 – Proposta n.º 1921/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua António José Batista, n.º 156, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 54 (ver ponto 5).

26. Deliberação n.º 2666/2022 – Proposta n.º 1922/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Bairro Santos Nicolau, Rua Dr. Fernando Garcia, n.º 5, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 55 (ver ponto 5).

27. Deliberação n.º 2667/2022 – Proposta n.º 1923/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Pinhal de Negreiros, Brejos de Azeitão, Praceta Fonte de Negreiros, Lote 175, em Azeitão

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 56 (ver ponto 5).

28. Deliberação n.º 2668/2022 – Proposta n.º 1924/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência - Rua Dr. Manuel Seabra Carqueijeiro, n.º 3 – 5.º Esq., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 57 (ver ponto 5).



- 29. Deliberação n.º 2669/2022 – Proposta n.º 1925/2022 – DAF/DICONT/SERGEp – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Praceta Sertório Pereira, n.º 5 e Rua Nelvim Jones, n.º 3 – 3.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 58 (ver ponto 5).

- 30. Deliberação n.º 2670/2022 – Proposta n.º 1926/2022 – DAF/DICONT/SERGEp – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Areias, Avenida Belo Horizonte, Lote 4 - R/C Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 59 (ver ponto 5).

- 31. Deliberação n.º 2671/2022 – Proposta n.º 1927/2022 – DAF/DICONT/SERGEp – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Camarinha, Rua do Alecrim, n.º 11 – 3.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 60 (ver ponto 5).

- 32. Deliberação n.º 2672/2022 – Proposta n.º 1928/2022 – DAF/DICONT/SERGEp – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Urbanização Monte da Vinha, Lote 17 – Aldeia de Irmãos, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 61 (ver ponto 5).

- 33. Deliberação n.º 2673/2022 – Proposta n.º 1929/2022 – DAF/DICONT/SERGEp – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua Cidade de Leiria, n.º 1, tornejando para a Rua Cidade de Pau, n.ºs 6, 8 e 10 – 5.º C, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 62 (ver ponto 5).

- 34. Deliberação n.º 2674/2022 – Proposta n.º 1930/2022 – DAF/DICONT/SERGEp – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua António Gedeão, n.ºs 25 e 25-A, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 63 (ver ponto 5).

- 35. Deliberação n.º 2675/2022 – Proposta n.º 1931/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Dona Gertrudes Ligeiro, n.º 1, 1-A e 1-B, tornejando para
a Rua Moinho do Frade, n.º 19 – 2.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 64
(ver ponto 5).

- 36. Deliberação n.º 2676/2022 – Proposta n.º 1932/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Gama Braga, n.º 18-C e 18-D – 2.º andar, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 65
(ver ponto 5).

- 37. Deliberação n.º 2677/2022 – Proposta n.º 1933/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Praça Professor Hernâni Cidade, n.º 1 – 2.º D, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 66
(ver ponto 5).

- 38. Deliberação n.º 2678/2022 – Proposta n.º 1934/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Engenheiro Henry Perron, n.º 1, 1A, 1B, 1C e 1D e Rua
Engenheiro Armando Madeira, n.º 2 – 6.º A, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 67
(ver ponto 5).

- 39. Deliberação n.º 2679/2022 – Proposta n.º 1935/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Romão Dias, n.ºs 11, 13 e Travessa da Bombarralha, n.ºs
4, 6 e 8 – 1.º, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 68
(ver ponto 5).

- 40. Deliberação n.º 2680/2022 – Proposta n.º 1936/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Cidade da Beira, n.ºs 5, 7 e 9 – 2.º A, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 69
(ver ponto 5).



- 41. Deliberação n.º 2681/2022 – Proposta n.º 1937/2022 – DAF/DICONT/SERGEp – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua Dr. José Brás, n.ºs 16 e 16A, tornejando para a Rua Jacob Azambuja, n.ºs 39 e 39A, Bloco B – 2.º FRT., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 70 (ver ponto 5).

- 42. Deliberação n.º 2682/2022 – Proposta n.º 1938/2022 – DAF/DICONT/SERGEp – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua Dr. Manuel Seabra Carqueijeiro, n.º 1 – 3.º B, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 71 (ver ponto 5).

- 43. Deliberação n.º 2683/2022 – Proposta n.º 1939/2022 – DAF/DICONT/SERGEp – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Avenida Dom Pedro V, n.º 12 - C/V D., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 72 (ver ponto 5).

- 44. Deliberação n.º 2684/2022 – Proposta n.º 1940/2022 – DAF/DICONT/SERGEp – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Estrada dos Ciprestes, n.º 141 – 1.º FRT., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 73 (ver ponto 5).

- 45. Deliberação n.º 2685/2022 – Proposta n.º 1941/2022 – DAF/DICONT/SERGEp – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Avenida Bento de Jesus Caraça, n.º 69 – 1.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 74 (ver ponto 5).

- 46. Deliberação n.º 2686/2022 – Proposta n.º 1942/2022 – DAF/DICONT/SERGEp – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Várzeas, Rua Dr. Fernando Vale, n.º 72, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 75 (ver ponto 5).



- 47. Deliberação n.º 2687/2022 – Proposta n.º 1943/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência– Urbanização Torres do Sado - Largo Celestino Rosado Pinto,
n.º 8, 6.º A, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 76
(ver ponto 5).

- 48. Deliberação n.º 2688/2022 – Proposta n.º 1944/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua São João de Deus, n.º 131 – 5.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 77
(ver ponto 5).

- 49. Deliberação n.º 2689/2022 – Proposta n.º 1945/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Estrada da Graça, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 78
(ver ponto 5).

- 50. Deliberação n.º 2690/2022 – Proposta n.º 1946/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Roberto Ivens, n.º 8 – 2.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 79
(ver ponto 5).

- 51. Deliberação n.º 2691/2022 – Proposta n.º 1947/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua de São Joaquim, n.º 5 - C/V Dta., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 80
(ver ponto 5).

- 52. Deliberação n.º 2692/2022 – Proposta n.º 1948/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua de Lisboa, n.º 381 – 1.º Esq., em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 81
(ver ponto 5).



**53. Deliberação n.º 2693/2022 – Proposta n.º 1949/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Avenida República da Guiné Bissau, n.ºs 4, 6, 8 e 10 – 6.º Dto.,
em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 82
(ver ponto 5).

**54. Deliberação n.º 2694/2022 – Proposta n.º 1950/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Cevedeira – Urbanização de Vila Maria, Avenida Natália
Correia, n.º 2 – 1.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 83
(ver ponto 5).

**55. Deliberação n.º 2695/2022 – Proposta n.º 1951/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua das Cegonhas, n.º 12, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 84
(ver ponto 5).

**56. Deliberação n.º 2696/2022 – Proposta n.º 1952/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua da Brasileira, n.ºs 17, 19 e 21 – 1.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 85
(ver ponto 5).

**57. Deliberação n.º 2697/2022 – Proposta n.º 1953/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Urbanização Torres do Sado, Rua José Luciano de Carvalho,
n.º 9 – 3.º B, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 86
(ver ponto 5).

**58. Deliberação n.º 2698/2022 – Proposta n.º 1954/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Travessa Vale de Cerejeiras, n.º 8 – R/C Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 87
(ver ponto 5).

**59. Deliberação n.º 2699/2022 – Proposta n.º 1955/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Oliveira Martins, n.º 19 – 2.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 88
(ver ponto 5).

**60. Deliberação n.º 2700/2022 – Proposta n.º 1956/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Fernão Mendes Pinto, n.º 2 – 7.º B, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 89
(ver ponto 5).

**61. Deliberação n.º 2701/2022 – Proposta n.º 1957/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua São João de Deus, Lote 78 – 2.º A, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 90
(ver ponto 5).

**62. Deliberação n.º 2702/2022 – Proposta n.º 1958/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Dr. Luís Teixeira de Macedo e Castro - Centro
Residencial Marcelo Caetano, n.º 16 - R/C Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 91
(ver ponto 5).

**63. Deliberação n.º 2703/2022 – Proposta n.º 1959/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Largo José Joaquim Cabecinha, n.ºs 17 e 18 – 6.º C, em
Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 92
(ver ponto 5).

**64. Deliberação n.º 2704/2022 – Proposta n.º 1960/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Largo Francisco António Pinhão, n.º 4 – 1.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 93
(ver ponto 5).

- 65. Deliberação n.º 2705/2022 – Proposta n.º 1961/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Largo José Joaquim Cabecinha, n.º 14 – R/C A, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 94
(ver ponto 5).

- 66. Deliberação n.º 2706/2022 – Proposta n.º 1962/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Travessa da Marateca, n.ºs 2 e 4 - Moradia A, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 95
(ver ponto 5).

- 67. Deliberação n.º 2707/2022 – Proposta n.º 1963/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Alto do Faralhão, Rua Jerónimo Marques Cavaco, n.º 25, em
Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 96
(ver ponto 5).

- 68. Deliberação n.º 2708/2022 – Proposta n.º 1964/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Avenida de Angola, n.º 29 – 6.º C, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 97
(ver ponto 5).

- 69. Deliberação n.º 2709/2022 – Proposta n.º 1965/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Avenida Quinta da Amizade, Lote 88 – 3.º B, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 98
(ver ponto 5).

- 70. Deliberação n.º 2710/2022 – Proposta n.º 1966/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Avenida Quinta da Amizade, Lote 88 - R/C A, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 99
(ver ponto 5).



**71. Deliberação n.º 2711/2022 – Proposta n.º 1967/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Avenida Quinta da Amizade, Lote 88 – R/C B, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 100 (ver ponto 5).

**72. Deliberação n.º 2712/2022 – Proposta n.º 1968/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Avenida Quinta da Amizade, Lote 88 – R/C C, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 101 (ver ponto 5).

**73. Deliberação n.º 2713/2022 – Proposta n.º 1969/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Avenida Quinta da Amizade, Lote 88 – 1.º A, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 102 (ver ponto 5).

**74. Deliberação n.º 2714/2022 – Proposta n.º 1970/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Avenida Quinta da Amizade, Lote 88 – 1.º B, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 103 (ver ponto 5).

**75. Deliberação n.º 2715/2022 – Proposta n.º 1971/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Avenida Quinta da Amizade, Lote 88 – 1.º C, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 104 (ver ponto 5).

**76. Deliberação n.º 2716/2022 – Proposta n.º 1972/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Avenida Quinta da Amizade, Lote 88 – 2.º A, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 105 (ver ponto 5).



**77. Deliberação n.º 2717/2022 – Proposta n.º 1973/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Avenida Quinta da Amizade, Lote 88 – 2.º B, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 106 (ver ponto 5).

**78. Deliberação n.º 2718/2022 – Proposta n.º 1974/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Avenida Quinta da Amizade, Lote 88 – 2.º C, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 107 (ver ponto 5).

**79. Deliberação n.º 2719/2022 – Proposta n.º 1975/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Avenida Quinta da Amizade, Lote 88 – 3.º C, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 108 (ver ponto 5).

**80. Deliberação n.º 2720/2022 – Proposta n.º 1976/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Madalena Claro, Lote 29 - GAR. n.º 1, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º x (ver ponto 109).

**81. Deliberação n.º 2721/2022 – Proposta n.º 1977/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Carcavelas e Nabais - Lagos, Rua Manuel d'Aguiar, Lote 15,
em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 110 (ver ponto 5).

**82. Deliberação n.º 2722/2022 – Proposta n.º 1978/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Tenente Aviador Carlos Alves, n.ºs 12, 14 e 16 – R/C Dto.,
em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 111 (ver ponto 5).

- 83. Deliberação n.º 2723/2022 – Proposta n.º 1979/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Parque Dr. Manuel Constantino Gois, n.º 7 – 3.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 112 (ver ponto 5).

- 84. Deliberação n.º 2724/2022 – Proposta n.º 1980/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua da Brasileira, n.ºs 29 e 31 – 2.º, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 113 (ver ponto 5).

- 85. Deliberação n.º 2725/2022 – Proposta n.º 1981/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Praceta Armando Martins, n.º 1 – 1.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 114 (ver ponto 5).

- 86. Deliberação n.º 2726/2022 – Proposta n.º 1982/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência - Rua Dr. Álvaro Gomes, n.º 6 – 4.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 115 (ver ponto 5).

- 87. Deliberação n.º 2727/2022 – Proposta n.º 1983/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua Serra da Arrábida, n.º 19 (Urbanização Rua da Florex, Lote 34) - Galeotas, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 116 (ver ponto 5).

- 88. Deliberação n.º 2728/2022 – Proposta n.º 1984/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua do Antigo Olival, n.º 7 – 1.º D 22, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 117 (ver ponto 5).



- 89. Deliberação n.º 2729/2022 – Proposta n.º 1985/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua António José Batista, n.ºs 122 a 132 – 2.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 118 (ver ponto 5).

- 90. Deliberação n.º 2730/2022 – Proposta n.º 1986/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua António José Batista, n.ºs 122 a 132 - GAR., n.º 57, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 119 (ver ponto 5).

- 91. Deliberação n.º 2731/2022 – Proposta n.º 1987/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Avenida Quinta da Amizade, Lote 88 – 3.º A, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 120 (ver ponto 5).

- 92. Deliberação n.º 2732/2022 – Proposta n.º 1988/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Avenida Mestre Lima de Freitas, n.º 35 – 4.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 121 (ver ponto 5).

- 93. Deliberação n.º 2733/2022 – Proposta n.º 1989/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua Maria Adelaide Rosado Pinto, n.º 1, 1A, 1B, 1C, traseiras para a Quinta da Saboaria – 6.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 122 (ver ponto 5).

- 94. Deliberação n.º 2734/2022 – Proposta n.º 1990/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Avenida Dr. António Rodrigues Manito, n.º 77 – 2.º D, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 123 (ver ponto 5).



**95. Deliberação n.º 2735/2022 – Proposta n.º 1991/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Jacinto João, n.º 7A, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 124 (ver ponto 5).

**96. Deliberação n.º 2736/2022 – Proposta n.º 1992/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Beco do Girassol, n.º 7 e 7A - Moradia B, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 125 (ver ponto 5).

**97. Deliberação n.º 2737/2022 – Proposta n.º 1993/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Capitão Tenente Carvalho Araújo, n.º 9 – 2.º Andar, em
Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 126 (ver ponto 5).

**98. Deliberação n.º 2738/2022 – Proposta n.º 1994/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Armando Gomes, Lote 27, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 127 (ver ponto 5).

**99. Deliberação n.º 2739/2022 – Proposta n.º 1995/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Avenida D. Manuel I, n.ºs 45, 45-A, 45-B, 45-C e 45-D – 2.º
Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 128 (ver ponto 5).

**100. Deliberação n.º 2740/2022 – Proposta n.º 1996/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Praceta de Diu, n.º 3, tornejando para a Avenida de
Moçambique - C/V Dta., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 129 (ver ponto 5).

**101. Deliberação n.º 2741/2022 – Proposta n.º 1997/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Ruben de Carvalho, n.º 1 e Rua José Carlos Ferreira, n.º 2
- R/C B, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 130 (ver ponto 5).

**102. Deliberação n.º 2742/2022 – Proposta n.º 1998/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua da Fé, Lote 55 – 5.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 131 (ver ponto 5).

**103. Deliberação n.º 2743/2022 – Proposta n.º 1999/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua do Mirante, n.º 13 – 1.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 132 (ver ponto 5).

**104. Deliberação n.º 2744/2022 – Proposta n.º 2000/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Tenente Aviador Carlos Alves, n.º 20 – 5.º Dto., em
Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 133 (ver ponto 5).

**105. Deliberação n.º 2745/2022 – Proposta n.º 2001/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Tenente Jean Raymond, n.º 10 – R/C, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 134 (ver ponto 5).

**106. Deliberação n.º 2746/2022 – Proposta n.º 2002/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Ladeira do Forte da Estrela, n.º 19 – R/C Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 135 (ver ponto 5).

**107. Deliberação n.º 2747/2022 – Proposta n.º 2003/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Ruben de Carvalho, n.º 1 – 4.º FT., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 136 (ver ponto 5).

**108. Deliberação n.º 2748/2022 – Proposta n.º 2004/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência - Rua Antão Girão, n.º 53 – 1.º Andar, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 137 (ver ponto 5).

**109. Deliberação n.º 2749/2022 – Proposta n.º 2005/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Avenida das Descobertas, Lote 44 – 3.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 138 (ver ponto 5).

**110. Deliberação n.º 2750/2022 – Proposta n.º 2006/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua José Luciano de Carvalho, n.º 9 – R/C C., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 139 (ver ponto 5).

**111. Deliberação n.º 2751/2022 – Proposta n.º 2007/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Pedra da Anicha, Lote 7, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 140 (ver ponto 5).

**112. Deliberação n.º 2752/2022 – Proposta n.º 2008/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Av. da República da Guiné Bissau, n.º 30 – 4.º C, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 141 (ver ponto 5).



**113. Deliberação n.º 2753/2022 – Proposta n.º 2009/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua das Fontainhas, n.º 88, 90, 92 e Rua do Poço das
Fontainhas, n.º 13 – 1.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 142 (ver ponto 5).

**114. Deliberação n.º 2754/2022 – Proposta n.º 2010/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Praceta de Olivença – Lote 53 – CV B, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 143 (ver ponto 5).

**115. Deliberação n.º 2755/2022 – Proposta n.º 2011/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Praceta Dr. José Romão Ferro – Lote 22 – 2.º C, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 144 (ver ponto 5).

**116. Deliberação n.º 2756/2022 – Proposta n.º 2012/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Largo José Joaquim Cabecinha, n.º 4, 5 e 6 e Rua Jorge, n.º 8,
10, 12 e 14 – 5.º B, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 145 (ver ponto 5).

**117. Deliberação n.º 2757/2022 – Proposta n.º 2013/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Avenida Bento Jesus Caraça, n.º 22, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 146 (ver ponto 5).

**118. Deliberação n.º 2758/2022 – Proposta n.º 2014/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência - Rua Família Bronze, n.º 74, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 147 (ver ponto 5).



**119. Deliberação n.º 2759/2022 – Proposta n.º 2015/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Santas, Praias do Sado, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 148 (ver ponto 5).

**120. Deliberação n.º 2760/2022 – Proposta n.º 2016/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Avenida 22 de dezembro, n.º 21, 21-A, 21-B, 21-C e 21-D – 1.º
Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 149 (ver ponto 5).

**121. Deliberação n.º 2761/2022 – Proposta n.º 2017/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua da Brasileira, n.ºs 29 e 31 – 2.º Piso, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 150 (ver ponto 5).

**122. Deliberação n.º 2762/2022 – Proposta n.º 2018/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Vale de Cerejeiras, n.º 83 – R/C Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 151 (ver ponto 5).

**123. Deliberação n.º 2763/2022 – Proposta n.º 2019/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Minas da Borralha – n.º 3 – 3.º D, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 152 (ver ponto 5).

**124. Deliberação n.º 2764/2022 – Proposta n.º 2020/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Diogo Cão, n.º 14 – 1.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 153 (ver ponto 5).



**125. Deliberação n.º 2765/2022 – Proposta n.º 2021/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua da Fé, n.º 56 – 4.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 154 (ver ponto 5).

**126. Deliberação n.º 2766/2022 – Proposta n.º 2022/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua António José Batista, n.ºs 137, 137-A e 139 – 1.º Esq., em
Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 155 (ver ponto 5).

**127. Deliberação n.º 2767/2022 – Proposta n.º 2023/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Diogo Fernandes Pereira, n.º 28, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 156 (ver ponto 5).

**128. Deliberação n.º 2768/2022 – Proposta n.º 2024/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Nova Lisboa, n.º 11 – R/C Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 157 (ver ponto 5).

**129. Deliberação n.º 2769/2022 – Proposta n.º 2025/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Avenida Afonso Albuquerque, n.º 6 – 1.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 158 (ver ponto 5).

**130. Deliberação n.º 2770/2022 – Proposta n.º 2026/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Quinta do Teles – Aldeia Grande, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 159 (ver ponto 5).

**131. Deliberação n.º 2771/2022 – Proposta n.º 2027/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Largo José Joaquim Cabecinha, n.ºs 17 e 18 – 2.º A, em
Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 160 (ver ponto 5).

**132. Deliberação n.º 2772/2022 – Proposta n.º 2028/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Nossa Senhora do Amparo, Lote 19 – 10.º B, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 161 (ver ponto 5).

**133. Deliberação n.º 2773/2022 – Proposta n.º 2029/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Estrada das Machadas, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 162 (ver ponto 5).

**134. Deliberação n.º 2774/2022 – Proposta n.º 2030/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Estrada das Machadas, Beco da Vila Amélia, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 163 (ver ponto 5).

**135. Deliberação n.º 2775/2022 – Proposta n.º 2031/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Av. Luísa Todi, n.º 279 – 9.º F, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 164 (ver ponto 5).

**136. Deliberação n.º 2776/2022 – Proposta n.º 2032/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Álvaro Perdigão, n.º 2 – 3.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 165 (ver ponto 5).



**137. Deliberação n.º 2777/2022 – Proposta n.º 2033/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Praça Professora Virgínia Rau, n.º 5 – 1.º C, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 166 (ver ponto 5).

**138. Deliberação n.º 2778/2022 – Proposta n.º 2034/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Pulido Valente, n.º 5 – R/C Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 167 (ver ponto 5).

**139. Deliberação n.º 2779/2022 – Proposta n.º 2035/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Alfredo Lima, n.º 7 – Cave Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 168 (ver ponto 5).

**140. Deliberação n.º 2780/2022 – Proposta n.º 2036/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Av. Belo Horizonte, Lote 4 – 1.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 169 (ver ponto 5).

**141. Deliberação n.º 2781/2022 – Proposta n.º 2037/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Av. D. João II, n.º 8 – 8.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 170 (ver ponto 5).

**142. Deliberação n.º 2782/2022 – Proposta n.º 2038/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua da Eletricidade, n.º 9 – R/C D, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 171 (ver ponto 5).

**143. Deliberação n.º 2783/2022 – Proposta n.º 2039/2022 – DAF/DICONT/SERGE
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua Francisco Maria de Sousa Brandão, n.º 9, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 172 (ver ponto 5).

**144. Deliberação n.º 2784/2022 – Proposta n.º 2040/2022 – DAF/DICONT/SERGE
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua Ocidental do Convento, n.º 15 – 1.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 173 (ver ponto 5).

**145. Deliberação n.º 2785/2022 – Proposta n.º 2041/2022 – DAF/DICONT/SERGE
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Av. Infante D. Henrique, Lote 15 – 1.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 174 (ver ponto 5).

**146. Deliberação n.º 2786/2022 – Proposta n.º 2042/2022 – DAF/DICONT/SERGE
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua de Lisboa, n.º 281 – Fração C, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 175 (ver ponto 5).

**147. Deliberação n.º 2787/2022 – Proposta n.º 2043/2022 – DAF/DICONT/SERGE
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Rua de Lisboa, n.º 281 – Fração D, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 176 (ver ponto 5).

**148. Deliberação n.º 2788/2022 – Proposta n.º 2044/2022 – DAF/DICONT/SERGE
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de preferência – Av. Mestre Lima de Freitas, n.º 45 – 5.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 177 (ver ponto 5).

**149. Deliberação n.º 2789/2022 – Proposta n.º 2045/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua General Humberto Delgado, n.º 11, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 178 (ver ponto 5).

**150. Deliberação n.º 2790/2022 – Proposta n.º 2046/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Formosa, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 179 (ver ponto 5).

**151. Deliberação n.º 2791/2022 – Proposta n.º 2047/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Beco dos Mártires da Pátria, n.º 3, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 180 (ver ponto 5).

**152. Deliberação n.º 2792/2022 – Proposta n.º 2048/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua da Camarinha, n.º 2 – 3.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 181 (ver ponto 5).

**153. Deliberação n.º 2793/2022 – Proposta n.º 2049/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Olímpio Moreira dos Santos, n.º 3 – 1.º G, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 182 (ver ponto 5).

**154. Deliberação n.º 2794/2022 – Proposta n.º 2050/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Silva Porto, n.º 19 – R/C Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 183 (ver ponto 5).

**155. Deliberação n.º 2795/2022 – Proposta n.º 2051/2022 – DAF/DICONT/SERGE
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Capitão Salgueiro Maia, n.º 13, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 184 (ver ponto 5).

**156. Deliberação n.º 2796/2022 – Proposta n.º 2052/2022 – DAF/DICONT/SERGE
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Brejos de Camarate, Lote 1, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 185 (ver ponto 5).

**157. Deliberação n.º 2797/2022 – Proposta n.º 2053/2022 – DAF/DICONT/SERGE
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Irene Lisboa, n.º 111 – R/C Esq., em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 186 (ver ponto 5).

**158. Deliberação n.º 2798/2022 – Proposta n.º 2054/2022 – DAF/DICONT/SERGE
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua do Mormugão, n.º 45 – 5.º Dto. Fte., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 187 (ver ponto 5).

**159. Deliberação n.º 2799/2022 – Proposta n.º 2055/2022 – DAF/DICONT/SERGE
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Diogo Cão, n.º 1 – 2.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 188 (ver ponto 5).

**160. Deliberação n.º 2800/2022 – Proposta n.º 2056/2022 – DAF/DICONT/SERGE
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Travessa Diogo de Teive, n.ºs 8/8A, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 189 (ver ponto 5).

**161. Deliberação n.º 2801/2022 – Proposta n.º 2057/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Dr. Manuel Seabra Carqueijeiro, n.º 1 – 2.º B, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 190 (ver ponto 5).

**162. Deliberação n.º 2802/2022 – Proposta n.º 2058/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua do Bairro Afonso Costa, n.º 35 – 2.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 191 (ver ponto 5).

**163. Deliberação n.º 2803/2022 – Proposta n.º 2059/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua dos Cometas, n.ºs 16 e 16A, Brejos de Azeitão, em
Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 192 (ver ponto 5).

**164. Deliberação n.º 2804/2022 – Proposta n.º 2060/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Luís de Camões, n.ºs 45 e 47, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 193 (ver ponto 5).

**165. Deliberação n.º 2805/2022 – Proposta n.º 2061/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua do Romeu, n.ºs 20 e 22, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 194 (ver ponto 5).

**166. Deliberação n.º 2806/2022 – Proposta n.º 2062/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Jorge Claro, n.º 4 – 3.º B, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 195 (ver ponto 5).

**167. Deliberação n.º 2807/2022 – Proposta n.º 2063/2022 – DAF/DICONT/SERGE
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Frei António das Chagas, n.º 44 – 3.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 196 (ver ponto 5).

**168. Deliberação n.º 2808/2022 – Proposta n.º 2064/2022 – DAF/DICONT/SERGE
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Av. República da Guiné-Bissau, n.º 13 – 8.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 197 (ver ponto 5).

**169. Deliberação n.º 2809/2022 – Proposta n.º 2065/2022 – DAF/DICONT/SERGE
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência - Rua do Gaz, n.º 5 – 2.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 198 (ver ponto 5).

**170. Deliberação n.º 2810/2022 – Proposta n.º 2066/2022 – DAF/DICONT/SERGE
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua da Fé, Lote 26 – 5.º B, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 199 (ver ponto 5).

**171. Deliberação n.º 2811/2022 – Proposta n.º 2067/2022 – DAF/DICONT/SERGE
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Avenida São Francisco Xavier, Lote 5 – 4.º andar, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 200 (ver ponto 5).

**172. Deliberação n.º 2812/2022 – Proposta n.º 2068/2022 – DAF/DICONT/SERGE
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Avenida Dr. António Rodrigues Manito, n.º 18 – 3.º Dto., em
Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 201 (ver ponto 5).

**173. Deliberação n.º 2813/2022 – Proposta n.º 2069/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Avenida Dr. António Rodrigues Manito, n.º 54 – 1.º Dto., em
Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 202 (ver ponto 5).

**174. Deliberação n.º 2814/2022 – Proposta n.º 2070/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Carcavelos e Nabais - Lagos, Lote 24, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 203 (ver ponto 5).

**175. Deliberação n.º 2815/2022 – Proposta n.º 2071/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Amílcar Cabral, n.º 16 – 6.º B, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 204 (ver ponto 5).

**176. Deliberação n.º 2816/2022 – Proposta n.º 2072/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Largo Alberto Mendes Fialho, n.º 5 – 1.º C, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 205 (ver ponto 5).

**77. Deliberação n.º 2817/2022 – Proposta n.º 2073/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Padre José Maria Nunes da Silva, n.º 193 – 3.º Dto., em
Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 206 (ver ponto 5).

**178. Deliberação n.º 2818/2022 – Proposta n.º 2074/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Ocidental do Mercado, n.ºs 49, 51 e 53 – 2.º Esq., em
Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 207 (ver ponto 5).



**179. Deliberação n.º 2819/2022 – Proposta n.º 2075/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Avenida da República da Guiné Bissau, n.º 5 – 2.º Fte., em
Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 208 (ver ponto 5).

**180. Deliberação n.º 2820/2022 – Proposta n.º 2076/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Batalha do Viso n.ºs 57 e 59, tornejando para a Rua
Amorim Viana n.º 13 – Cave, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 209 (ver ponto 5).

**181. Deliberação n.º 2821/2022 – Proposta n.º 2077/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Avenida Joaquim Campos, Lote 1, Bloco B – 1.º Esq. em
Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 210 (ver ponto 5).

**182. Deliberação n.º 2822/2022 – Proposta n.º 2078/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Praceta Mário Sá Carneiro, n.º 1 – 1.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 211 (ver ponto 5).

**183. Deliberação n.º 2823/2022 – Proposta n.º 2079/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua de Nova Lisboa, n.º 4 – 1.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 212 (ver ponto 5).

**184. Deliberação n.º 2824/2022 – Proposta n.º 2080/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Dr. Salgado Zenha, Lote 44, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 213 (ver ponto 5).

**185. Deliberação n.º 2825/2022 – Proposta n.º 2081/2022 – DAF/DICONT/SERGE
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Largo da Cidade de Magdburgo, n.º 7 – 1.º Frt., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 214 (ver ponto 5).

**186. Deliberação n.º 2826/2022 – Proposta n.º 2082/2022 – DAF/DICONT/SERGE
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua de Lisboa, n.º 281 – Fração A, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 215 (ver ponto 5).

**187. Deliberação n.º 2827/2022 – Proposta n.º 2083/2022 – DAF/DICONT/SERGE
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua das Marés Vivas, n.º 9 – Praias do Sado, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 216 (ver ponto 5).

**188. Deliberação n.º 2828/2022 – Proposta n.º 2084/2022 – DAF/DICONT/SERGE
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua António dos Santos de Oliveira, n.ºs 2 e 2A, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 217 (ver ponto 5).

**189. Deliberação n.º 2829/2022 – Proposta n.º 2085/2022 – DAF/DICONT/SERGE
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua São João de Deus, Lote 106 – 1.º A, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 218 (ver ponto 5).

**190. Deliberação n.º 2830/2022 – Proposta n.º 2086/2022 – DAF/DICONT/SERGE
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua José Ganhão de Lasarda, n.º 9, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 219 (ver ponto 5).



**191. Deliberação n.º 2831/2022 – Proposta n.º 2087/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Avenida Jaime Cortesão, n.ºs 88 e 90 e Rua Diogo Fernandes
Pereira, n.ºs 2 e 2-A – 2.º A, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 220 (ver ponto 5).

**192. Deliberação n.º 2832/2022 – Proposta n.º 2088/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Praça da Independência, n.º 1 – 12.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 221 (ver ponto 5).

**193. Deliberação n.º 2833/2022 – Proposta n.º 2089/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Pereira Cão, n.ºs 40 e 44, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 222 (ver ponto 5).

**194. Deliberação n.º 2834/2022 – Proposta n.º 2090/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Travessa dos Cobertos, n.º 22, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 223 (ver ponto 5).

**195. Deliberação n.º 2835/2022 – Proposta n.º 2091/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Almeida de Carvalho, n.º 4 – R/C D, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 224 (ver ponto 5).

**196. Deliberação n.º 2836/2022 – Proposta n.º 2092/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua do Mirante, n.º 13 – 2.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 225 (ver ponto 5).



**197. Deliberação n.º 2837/2022 – Proposta n.º 2093/2022 – DAF/DICONT/SERGE
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Gregório Lopes, n.º 13 – 2.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 226 (ver ponto 5).

**198. Deliberação n.º 2838/2022 – Proposta n.º 2094/2022 – DAF/DICONT/SERGE
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua António de Beja Noronha, Lote 86, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 227 (ver ponto 5).

**199. Deliberação n.º 2839/2022 – Proposta n.º 2095/2022 – DAF/DICONT/SERGE
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua José Pedro da Silva, n.º 11 – 4D, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 228 (ver ponto 5).

**200. Deliberação n.º 2840/2022 – Proposta n.º 2096/2022 – DAF/DICONT/SERGE
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Nova da Jardim, Beco da Alegria – Lote 8, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 229 (ver ponto 5).

**201. Deliberação n.º 2841/2022 – Proposta n.º 2097/2022 – DAF/DICONT/SERGE
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Miradouro do Sado, n.º 3 – 6.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 230 (ver ponto 5).

**202. Deliberação n.º 2842/2022 – Proposta n.º 2098/2022 – DAF/DICONT/SERGE
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua do Rosmaninho, n.º 60, Serralheira, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 231 (ver ponto 5).



**203. Deliberação n.º 2843/2022 – Proposta n.º 2099/2022 – DAF/DICONT/SERGE
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua da Eletricidade, n.º 15 – 2.º D, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 232 (ver ponto 5).

**204. Deliberação n.º 2844/2022 – Proposta n.º 2100/2022 – DAF/DICONT/SERGE
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua da Eletricidade, n.º 9 – 3.º C, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 233 (ver ponto 5).

**205. Deliberação n.º 2845/2022 – Proposta n.º 2101/2022 – DAF/DICONT/SERGE
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua do Olivalinho, n.ºs 20 e 20A, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 234 (ver ponto 5).

**206. Deliberação n.º 2846/2022 – Proposta n.º 2102/2022 – DAF/DICONT/SERGE
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Batalha do Viso, n.º 61, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 235 (ver ponto 5).

**207. Deliberação n.º 2847/2022 – Proposta n.º 2103/2022 – DAF/DICONT/SERGE
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua João Maria Afonso Lopes, n.ºs 1, 1-A e 1-B – 1.º Esq., em
Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 236 (ver ponto 5).

**208. Deliberação n.º 2848/2022 – Proposta n.º 2104/2022 – DAF/DICONT/SERGE
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Largo Celestino Rosado Pinto, n.º 8 – Piso 1 Letra A, em
Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 237 (ver ponto 5).



**209. Deliberação n.º 2849/2022 – Proposta n.º 2105/2022 – DAF/DICONT/SERGE
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Valverde n.º 6 – 4.º Frt., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 238 (ver ponto 5).

**210. Deliberação n.º 2850/2022 – Proposta n.º 2106/2022 – DAF/DICONT/SERGE
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua da Tebaida, n.º 7 – 3.º A, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 239 (ver ponto 5).

**211. Deliberação n.º 2851/2022 – Proposta n.º 2107/2022 – DAF/DICONT/SERGE
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Mário Sacramento, n.º 4 – 1.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 240 (ver ponto 5).

**212. Deliberação n.º 2852/2022 – Proposta n.º 2108/2022 – DAF/DICONT/SERGE
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua Oliveira Martins, n.º 7 – Piso Dois Dto., em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 241 (ver ponto 5).

**213. Deliberação n.º 2853/2022 – Proposta n.º 2109/2022 – DAF/DICONT/SERGE
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Casal das Figueiras, Lote 287, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 242 (ver ponto 5).

**214. Deliberação n.º 2854/2022 – Proposta n.º 2110/2022 – DAF/DICONT/SERGE
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua das Dálías, n.º 4 – R/C Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 243 (ver ponto 5).



**215. Deliberação n.º 2855/2022 – Proposta n.º 2111/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua dos Queijinhos, Lote 1, Bloco 1C – R/C Esq., em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 244 (ver ponto 5).

**216. Deliberação n.º 2856/2022 – Proposta n.º 2112/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Av. Bento de Jesus Caraça, n.º 162 – 6.º A, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 245 (ver ponto 5).

**217. Deliberação n.º 2857/2022 – Proposta n.º 2113/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Praça do Brasil, n.º 4 – 4.º D, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 246 (ver ponto 5).

**218. Deliberação n.º 2858/2022 – Proposta n.º 2114/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua da Associação de Moradores, n.ºs 82, 84, 74 – Lote 254,
em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 247 (ver ponto 5).

**219. Deliberação n.º 2859/2022 – Proposta n.º 2115/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de não exercício do direito de
preferência – Rua das Caravelas, n.º 2 – 1.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 248 (ver ponto 5).

**220. Deliberação n.º 2860/2022 – Proposta n.º 2116/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Alienação do Lote de Terreno n.º 151, sito no Loteamento Municipal do
Bairro do Casal das Figueiras, União de Freguesias de Setúbal, em Setúbal**

O Sr. Presidente leu a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 249.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que tinha uma dúvida relativamente àquela proposta e à próxima. A questão era a mesma. Era só para confirmar que o valor que estava fixado, de 1,75 euros por metro quadrado, segundo o que estava na proposta - não tinha tido oportunidade de verificar - decorria de uma deliberação da Câmara Municipal. Obviamente,

não se opunham à alienação nos termos que estavam na proposta, mas suscitava-lhes dúvidas a questão da avaliação em si.

Já tinham visto que o preço do metro quadrado era o mesmo nas duas propostas, mas havia outra questão: O que é que impediria as pessoas que estavam, naquele momento, a adquirir aquele imóvel por um valor que era, praticamente, simbólico, de alienar esse mesmo imóvel a seguir por um valor muito mais elevado?

Era uma questão que se tinha levantado aquando da análise da proposta. Não sabia se o Sr. Presidente tinha resposta para isso, mas pensava que deveria ser acautelado.

Sr. Presidente – Disse que estava na proposta a reunião da Câmara em que tinha sido aprovado - já tinha sido em fevereiro - e na deliberação. Não sabia dizer em pormenor e não sabia se algum técnico poderia dizer. O que podia garantir, o que tinha sido aprovado, era que tinha critérios e obrigações. Se ao fim de 2 ou 3 anos não construísse teria de devolver. Portanto, tinha regras próprias, que tinham sido estabelecidas para isso.

Havia uma questão que era fundamental, que era a associação de moradores reconhecer, pelo menos num dos pretendentes, que era descendência direta de antigos moradores. O objetivo era de que o bairro continuasse a ser habitado por pessoas que, ao longo de gerações, pudessem ter uma ligação ao bairro. Mas tinha critérios rigorosos, quem não iniciasse a construção ou não terminasse a construção teria de devolver.

Portanto, havia esses critérios estabelecidos e por isso é que tinha esses valores, porque tinha o objetivo de o bairro não vir a ser descaracterizado. As construções tinham de obedecer a projetos tipo que tinham sido aprovados e, portanto, obedecia a regras. Isso levava a que não houvesse descaracterização do próprio bairro, mesmo do ponto de vista arquitetónico e dos espaços comuns.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade.

**221. Deliberação n.º 2861/2022 – Proposta n.º 2117/2022 – DAF/DICONT/SERGE
– Alienação do Lote de Terreno n.º 263, sito no Loteamento Municipal do
Bairro do Casal das Figueiras, União de Freguesias de Setúbal, em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 250, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação, foi a proposta aprovada, por unanimidade.

**222. Deliberação n.º 2862/2022 – Proposta n.º 2118/2022 – DAF/DICONT/SERGE
– Alienação do Lote de Terreno n.º 264, sito no Loteamento Municipal do
Bairro do Casal das Figueiras, União de Freguesias de Setúbal, em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 251, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação, foi a proposta aprovada, por unanimidade.

**223. Deliberação n.º 2863/2022 – Proposta n.º 2119/2022 – DAF/DICONT/SERGE
– Cedência em Regime do Direito de Superfície, a constituir sobre 2
parcelas de terreno, sitas em Serralheira, Freguesia de Gâmbia, Pontes e
Alto da Guerra, à Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 252, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação, foi a proposta aprovada, por unanimidade.

**224. Deliberação n.º 2864/2022 – Proposta n.º 2120/2022 – DAF/DICONT/SERGE
– Alienação do Lote de Terreno n.º 22, sito no Loteamento Municipal do
Bairro da Liberdade, São Sebastião, em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 253, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação, foi a proposta aprovada, por unanimidade.

**225. Deliberação n.º 2865/2022 – Proposta n.º 2121/2022 – DAF/DICONT/SERGE
– Alienação do Lote de Terreno n.º 42, sito no Loteamento Municipal do
Bairro da Liberdade, São Sebastião, em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 254, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação, foi a proposta aprovada, por unanimidade.

**226. Deliberação n.º 2866/2022 – Proposta n.º 2125/2022 – DAF/DICONT – 6.ª
Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita, 7.ª ao Orçamento da
Despesa, 5.ª Alteração do Plano de Atividades Municipais e 5.ª Alteração
ao Plano Plurianual de Investimentos**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob os n.ºs 255 a 259, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação, foi a proposta aprovada, por maioria, com 5 votos a favor, da CDU, e 6 abstenções, 4 do PS e 2 do PPD/PSD.



227. Deliberação n.º 2867/2022 – Proposta n.º 2126/2022 – DAF/DICOMP/SECOMP – Ajuste Direto n.º 222/2022/DAF/DICOMP/SECOMP para Aquisição de Licença do Software Informático SAP RISE (ERPS4/HANA) e Contratação de prestação de serviços de implementação de todo o Sistema Informático, garantido a continuidade da prestação dos serviços de abastecimento público de água e saneamento de águas residuais, pelos Serviços Municipalizados de Setúbal, decorrente da reversão do contrato de concessão em vigor - Adjudicação

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob os n.ºs 260 e 261, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação, foi a proposta aprovada, por maioria, com 5 votos a favor, da CDU, e 6 abstenções, 4 do PS e 2 do PPD/PSD.

228. Deliberação n.º 2868/2022 – Proposta n.º 2127/2022 – DAF/DICOMP/SECOMP - Modificação objetiva ao Contrato “Fornecimento contínuo de 3500 toneladas com transporte e 1500 toneladas sem transporte de massas asfálticas a quente com inertes de basalto ou diorito (AC 12 SURF 35/50) - Concurso Público n.º 06/2021/DAF/DICOMP/SECOMP

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 262 a 264, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação, foi a proposta aprovada, por unanimidade.

229. Deliberação n.º 2869/2022 – Proposta n.º 2128/2022 – DAF/DICOMP/SECOMP - Modificação objetiva ao Contrato “Prestação de serviços de Fornecimento de refeições escolares para alunos dos jardins-de-infância e para alunos do 1.º ciclo do ensino básico da rede pública do concelho, para os anos letivos de 2020/2021 e 2021/2022” - Concurso Público n.º 36/2020/DAF/DICOMP/SECOMP

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 265 a 267, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação, foi a proposta aprovada, por unanimidade.

230. Deliberação n.º 2870/2022 – Proposta n.º 15/2022 – DRH/DIGAT – Processo Disciplinar n.º 1/2022–SBS contra Marco Jorge Camacho Silva

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 268, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação, por escrutínio secreto, foi a proposta aprovada, por maioria, com 5 votos a favor e 6 votos em branco.

231. Deliberação n.º 2871/2022 – Proposta n.º 16/2022 – DRH – Recrutamento de trabalhadores para ocupação de postos de trabalho titulados por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado previstos e não ocupados no Mapa de Pessoal do Município de Setúbal para o ano de 2022, ao abrigo e nos termos do disposto nos artigos 30.º, n.º 4, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e 4.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 269.

Sra. Vice-Presidente – Disse que se tratava de uma proposta de recrutamento para ocupação de postos de trabalho para contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado previstos e não ocupados. Estavam a propor à Câmara a abertura do procedimento concursal. Tendo em conta as responsabilidades e o aumento de trabalhadores que a Câmara tinha tido, tinham sido criados dois lugares para Técnico Superior de Higiene e Segurança no Trabalho e essa questão ainda tinha sido agravada com um pedido de mobilidade de uma das nossas técnicas para a ACT.

Tinham feito um procedimento interno para um recrutamento interno e tinha aparecido um candidato. Contudo, não tinham aparecido candidatos suficientes e, por isso, vinham colocar à consideração dos senhores vereadores a abertura do procedimento concursal externo. Também a aposentação de 3 assistentes operacionais jardineiros e mais alguns assistentes operacionais cuja aposentação estava prevista para breve os levava a propor a abertura de procedimento concursal para 3 postos de trabalho, para assistente operacional jardineiro.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade.

232. Deliberação n.º 2872/2022 - Proposta n.º 2122/2022 – DASU/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 15/2022/DAF/DICOMP/SECOMP para aluguer operacional de 4 viaturas pesadas de 16 m3 e 20 m3 para recolha de resíduos sólidos urbanos por período de 24 meses

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob os n.ºs 270 e 271.

Sra. Vice-Presidente – Disse que era uma proposta do DASU para abertura de um concurso público, o concurso público n.º 15, para o aluguer operacional de 4 viaturas pesadas, de 16 metros cúbicos e de 20 metros cúbicos, para recolha de resíduos sólidos urbanos pelo período de 24 meses. Portanto, propunham a abertura do concurso público com publicação no Jornal Oficial da União Europeia para o aluguer operacional das 4 viaturas com as características que estavam em anexo, com um valor de preço-base de 672 mil euros, repartindo os encargos pelos anos de 2022 (172 mil euros), 2023 (413 mil euros, aproximadamente) e 2024 (o resto, 241 mil e 80 euros).

Propunham, ainda, a aprovação do júri conforme estava na proposta: Presidente - Alexandre Freire, que era o Diretor do Departamento; vogais – Dra. Ana Pires – Chefe da Divisão de Higiene Urbana, Dr. Nelson Vieira, Chefe da Divisão da Contratação Pública; suplentes – D. Susana Calisto e D. Sílvia Carreira, e a designação da gestora do contrato, a Chefe da Divisão de Higiene Urbana.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que, em primeiro lugar, queria começar por referir que olhando para a proposta em si e não para o objeto, a necessidade de adquirir aquelas viaturas tinha-se tornado clara a quem circulava diariamente. Não eram poucos os casos em que o lixo ia acumulando por manifesta falta de capacidade de resposta.

No entanto, não era claro o motivo para a opção pelo lugar operacional em vez de aquisição direta da viatura, fosse através de *"leasing"* ou de outra fonte de financiamento, até mesmo capitais próprios, uma vez que da Câmara Municipal de Setúbal dispunha da capacidade operacional necessária para fazer a correta manutenção das viaturas, o que reforçava a possibilidade de optar pela aquisição em alternativa ao aluguer operacional.

A opção pelo aluguer operacional, normalmente, fazia sentido quando estavam a falar de gestão de frotas, acima de tudo viaturas ligeiras, e quando não estavam perante uma capacidade operacional instalada para a execução dessa manutenção, uma vez que uma das características do aluguer operacional era ter no valor da prestação um pacote com tudo incluído, ou seja, o seguro, a manutenção, viatura de substituição, que tinha visto que também estava prevista no caderno de encargos, mas levantava-lhes algumas dúvidas, face àquilo que era a opção. Achavam que a opção não se apresentava de forma clara.

Sendo as viaturas necessárias, também não se percebia aquela opção, por ser uma solução que era uma solução cara, tendo em conta que ao fim de 2 anos as viaturas retornavam à locadora. Sendo um aluguer operacional, a Câmara Municipal de Setúbal pagaria por 4 viaturas um montante que poderia ascender a 826.500 euros, com IVA incluído, e, portanto, seria expectável que uma opção por uma solução com um custo desses permitisse esgotar o tempo de vida útil das viaturas e em 2 anos só se esgotava o tempo de vida útil das viaturas se as viaturas já viessem em fim de vida para o concelho.

O caderno de encargos previa que as viaturas fossem adquiridas até 4 anos ou até 200 mil quilómetros, mas acreditavam que não seria, ainda assim, uma viatura em fim de vida útil, até porque não seria isso que traria, efetivamente, a resolução do problema que se pretendia resolver com aquele aluguer operacional.

A verdade era que, fazendo uma breve consulta ao portal base, encontravam diversos municípios que já no ano de 2022 - diria que nos últimos 2 ou 3 meses -, tinham optado pela aquisição de viaturas semelhantes, alguns em *"leasing"* por 5 anos, como tinha sido o caso do Município de Olhão, com custos não muito diferentes daqueles que eram propostos - aliás, até inferiores - para esse aluguer operacional e eram disso exemplo Baião, como já tinha referido, mas, também, Castelo de Paiva, Arcos de Valdevez, que tinha adquirido uma viatura usada, coisa que aquele caderno de encargos também permitia - essa viatura usada tinha-a adquirido por 100 mil euros -, mas, também, Ribeira de Pena ou, até mesmo, Alcácer do Sal. Gostaria de abordar, também, algumas questões do caderno de encargos que lhe pareciam pertinentes, nomeadamente o facto de estarem perante viaturas que tinham características bastante diferentes, porque eram 4 lotes que eram iguais 2 a 2, e, portanto, 2 lotes tinham viaturas com um peso bruto de chassis de 15 toneladas, dois eixos, e os outros 2 tinham viaturas com 3 eixos e com um peso bruto de 20 toneladas, mas o preço base definido no caderno de encargos para cada lote era o mesmo, eram 168 mil euros mais IVA, e, portanto, isso significava que, para terem o mesmo preço, iríamos ter uma viatura mais antiga ou em piores condições nos 2 lotes das viaturas mais pesadas e com 3 eixos, porque, necessariamente, eram viaturas mais caras em condições iguais de estado de conservação ou de idade do que eram as viaturas de menor dimensão.

Depois, como já tinha referido havia pouco, era considerada a aquisição de viaturas até 4 anos ou 200 mil quilómetros, o que abria a porta para que tivéssemos ao serviço do Município viaturas com mais de 4 anos, porque eram 4 anos ou 200 mil quilómetros. Se tivessem uma viatura que tinham 190 mil quilómetros e 8 anos enquadrava-se naquele caderno de encargos, e, portanto, colocava-se a questão de terem ao serviço do Município, de gastarem 826 mil euros com um pouco mais e de terem ao serviço do Município viaturas que estavam, efetivamente, em fim de vida.

Para além disso, o caderno de encargos permitia, também, que o adjudicatário para o fornecimento do lote pudesse entregar a viatura num prazo de 180 dias, o que significava

que, se estávamos disponíveis para esperar 6 meses, teríamos a possibilidade de adquirir viaturas novas, adquirir efetivamente, com um custo que não seria muito diferente daquilo que estavam ali a falar, podendo, eventualmente, dependendo do modelo de financiamento adotado, dilatar o prazo de pagamento por um período superior, o que teria menores encargos anuais para o Município, e dividir esse custo de aquisição por aquilo que era o período expectável de vida útil do equipamento.

Estavam a falar de pagar 826 mil euros para utilizar viaturas durante 3 anos e, ao fim dos 2 anos, nem viaturas nem 826 mil euros. Portanto, gostaria que fossem prestados os esclarecimentos necessários sobre a opção, que era, naturalmente, política, de gestão do Município, de optar não pela compra mas pelo aluguer operacional de viaturas que podiam ser usadas e por um período de, apenas, 2 anos, quando aquilo que sabiam e como era evidente a quem circulava na cidade era que estavam perante uma necessidade de ter mais viaturas ao serviço, e aquilo que a proposta previa era que, ao fim de 2 anos, não tivéssemos essas 4 viaturas que se pretendia alugar operacionalmente.

Sra. Vice-Presidente – Disse que, antes das questões da opção, achava que valia a pena fazerem também, de uma forma sucinta, um ponto de situação relativamente àquilo que era a frota nessa área. Tinham uma frota considerável, com alguma idade, mas também tinham vindo nos últimos anos a fazer investimentos próprios de aquisição de viaturas para a Câmara Municipal, como era do conhecimento dos senhores vereadores, porque tinha ido à reunião da Câmara, nomeadamente através das candidaturas ao POSEUR.

A Câmara Municipal era responsável pela recolha integral dos 3700 e tal contentores de 800 litros que tinham no concelho. Esse serviço era todo feito por administração direta, pelos nossos trabalhadores. Consideravam que não podiam *“ter todos os ovos no mesmo cesto”*, porque aqueles carros eram muito sensíveis e muitas vezes tinham problemas operacionais graves e concretos, que podiam levar a que o serviço não fosse prestado. Tinham um número de carros novos que, naquele momento, lhes davam umas certas garantias, mas que, ainda assim, também tinham os seus problemas. Depois, tinham um número de carros que já tinham uma idade considerável, mas que eram muito usados. Particularmente a questão dos carros mais pequenos era uma questão que os preocupava muito, porque, cada vez mais, no mercado não existiam opções por carros pequenos.

Quando o senhor vereador falava da questão dos preços era porque, realmente, os carros pequenos, a que chamavam os *“moi-moi”*, eram carros específicos para entrar em alguns sítios da cidade, nomeadamente no acesso às praias do Portinho. Eram cada vez mais difíceis de existir e de estarem disponíveis no mercado e o seu preço também era maior, em relação àquilo que eram carros com eixos maiores, que mais facilmente eram disponibilizados. Portanto, tinham carros que eram nossos novos, carros que eram nossos menos novos e tinham 3 ou 4 carros alugados, no sentido de poderem ter uma resposta mais rápida quando os nossos carros estavam com problemas.

Como o senhor vereador tinha dito, os alugueres que estavam a propor previam a substituição dos veículos em caso de avaria. Portanto, a empresa tinha de arranjar logo um carro de substituição e isso, para o serviço, era muito importante. Saíam todos os dias de manhã com cerca de 8 ou 9 circuitos, diariamente, à noite saíam com 7 circuitos e, se não tivessem viaturas operacionais, era muito complicado fazer a recolha dos resíduos. Saíamos, também, com os circuitos dos orgânicos, mas esses tinham estado acautelados pelos camiões novos.

Também convinha dizer que, da maneira como as coisas estavam, não estava fácil para as empresas garantirem os prazos de entrega. Estavam à espera de uma viatura nova, resultado da terceira candidatura de orgânicos, e já estavam havia mais de um ano à espera, porque o fabricante não tinha conseguido entregar. Tinham feito até, no que se referia ao POSEUR, todas as justificações relativamente à questão de peças. Portanto, não estava muito fácil de entregar as viaturas.

Tinham um plano de investimentos e já este ano tinha sido feita uma requisição, para irem, paulatinamente, substituindo as viaturas mais velhas da recolha por viaturas mais novas, mas

tinha algumas dúvidas. Pensava que, no futuro, estando mais equilibrada a idade das viaturas, pudessem recorrer menos a viaturas alugadas, mas a questão das viaturas alugadas dava-lhes algumas garantias de poderem assegurar o serviço quando as nossas próprias viaturas tinham de ir para a oficina, por causa da questão da própria substituição.

A questão do *"leasing"* era uma questão que também tinham estado a estudar, mas não era assim tão fácil as empresas responderem ao *"leasing"* no sentido do aluguer das viaturas. Portanto, aquela vinha sendo uma solução que julgavam que era a adequada.

No entanto, se pudessem ter uma frota toda nova, como era óbvio, não ficariam muito satisfeitos. Naquele momento, as coisas estavam a encaminhar-se, porque, no espaço de 4 anos, o Município tinha conseguido apetrechar-se com 6 viaturas novas de recolha de resíduos sólidos urbanos e iam iniciar, também, o procedimento - pensava, até, que, quando esteve de férias, o Vereador Carlos Rabaçal já tinha procedido ao início desse procedimento, para a aquisição de mais uma viatura nova para aquela área.

O senhor vereador tinha perguntado porque é que as viaturas tinham características diferentes. Isso tinha mesmo a ver com os sítios onde precisavam de se deslocar e com as características dos carros para poderem aceder a esses sítios.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que continuava com dúvidas relativamente à opção de avançar para um aluguer operacional e dizia-o até mesmo baseado naquilo que tinha sido a intervenção da Sra. Vereadora Carla Guerreiro. A Sra. Vereadora Carla Guerreiro tinha dito – e eles sabiam - que uma parte da frota era antiga, tinha muitos anos, tinha muitos quilómetros e tinha problemas que advinham que vinham da própria idade e do uso intensivo que tinha tido ao longo dos anos.

Percebiam isso e era também por perceberem isso e por saberem que tinha vindo a ser feito, também, algum investimento na aquisição de novas viaturas, que estranhavam a opção pelo aluguer operacional de 4 carros que não eram necessariamente novos, que podiam ser entregues num período de 6 meses e nos quais iam gastar, para utilizar esses 4 carros durante 2 anos e, ao fim de 2 anos não terem carros. Portanto, era o mesmo que comprarmos uma viatura com a idade daquela que tinham na frota mais antiga e ficarmos sem ela, porque excedia o seu tempo útil de vida de utilização ao fim de 2 anos.

Iam gastar, nesses 4 carros, provavelmente, o mesmo que gastariam a comprar 3 que pudessem ficar na esfera do Município e a servir os interesses do Município – e, naturalmente, esse tipo de intervenção de higiene e limpeza - por um período muito mais dilatado de tempo e, também, naturalmente, tendo uma dilatação do pagamento por um prazo superior, que permitiria ter, também, uma despesa anual inferior com o pagamento desse carro. Portanto, era esse racional de opção pelo aluguer operacional e não por um outro modelo, por uma outra solução de aquisição que os levava a colocar essa questão.

Aliás, tinham tido o cuidado, como tinha referido havia pouco, de ir ao Portal Base procurar soluções pelas quais outros municípios tivessem optado para ter acesso a viaturas semelhantes e aquilo que tinham identificado tinha sido que a solução usual era a aquisição dessas viaturas, fossem novas ou usadas. O Município de Baião, que ia fazer o *"leasing"* por 5 anos, adquiria a viatura nova, de acordo com aquilo que constava do próprio contrato que estava disponível, outros municípios optavam por outras soluções, mas optavam sempre pela aquisição, porque isso lhes permitia ter ao serviço das suas populações e ao serviço dos seus serviços de higiene e limpeza, uma viatura por um prazo mais dilatado.

Aquilo que iam fazer era gastar 800 e qualquer coisa mil euros, para, durante 2 anos, termos 4 carros, e, daqui a 2 anos, gastavam o dinheiro e não tinham os carros. Portanto, era essa a questão e era esse o racional da opção por uma solução que era temporária e que se iria esgotar muito rapidamente - 2 anos passavam a voar, como bem sabiam – e, por aquilo que tinha percebido da intervenção da Sra. Vereadora Carla Guerreiro, não havia uma solução na manga, não havia uma carta na manga.

Não estavam a falar de uma solução que estivesse a ser prevista para 2 anos porque sabiam que dali a 2 anos conseguiriam substituir essas viaturas por viaturas que fossem da propriedade da própria autarquia. Não era disso que estavam a falar e, por isso, havia um

racional na opção política que, francamente, lhes estava a falhar na proposta que estava a ser apresentada.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que queria só acompanhar as questões que a Sra. Vereadora Carla Guerreiro tinha colocado, mas queria, também, dizer que era natural que houvesse dúvidas, porque, naquele momento, a matéria dos resíduos estava em grande ebulição legislativa e técnica, o que iria exigir novas soluções, novos equipamentos e novas opções. Portanto, não havia nenhuma vantagem em fixarem-se em equipamentos definitivos quando podiam ter de mudar as soluções de recolha. Era importante saber-se isso. Por exemplo, tinham 3 ou 4 sistemas de recolha e havia municípios que só tinham um. Iam ter de redefinir isso. Por outro lado, tinham uma passagem desses serviços para os Serviços Municipalizados e comprar equipamentos em definitivo naquele momento que, depois, pudessem não ser a melhor solução não era a melhor solução, tinham de dar tempo.

A questão do preço era uma questão complexa, porque havia um valor financeiro, que era brutal, da paragem das viaturas. Naquele momento, tinham viaturas próprias que iam para as oficinas e estavam paradas, às vezes, 1 mês, 2 meses, 3 meses. Não tinham condições para isso. As viaturas nessas condições seriam substituídas no dia seguinte pela empresa, que tinha de colocar outra viatura. Portanto, não parava o serviço. O custo financeiro dessa paragem era absolutamente brutal e era preciso ter isso em conta, também.

Por outro lado, em relação ao fornecimento de viaturas, como tinha explicado muito bem a senhora vereadora, em relação à aquisição definitiva, os construtores, os fornecedores estavam a privilegiar os seus parceiros que produzem os ALD, os “*leasings*”, etc. Portanto, enquanto obtinham rapidamente uma viatura por essa via, pela via da compra direta podia levar um ano, como tinha acabado de ser explicado, e não tinham tempo para isso.

Precisavam de resolver bem aquele problema e precisavam de ir fazendo o que tinha sido dito, que era substituir paulatinamente essas viaturas, de acordo com um plano de investimentos que estava estabelecido, mas tinham de olhar para os novos métodos de recolha que estavam em cima da mesa e que podiam obrigá-los a fazer várias mudanças.

Portanto, achava que era avisado fazer aquele processo, era mais rápido e garantia a funcionalidade permanente - o problema que os munícipes precisavam que fosse resolvido era que a recolha fosse feita em permanência e que não estivessem com carros parados à espera de que fossem arrançados -, pois garantia uma versatilidade de soluções no futuro que era preciso acautelar. Tendo em conta isso tudo, apesar das dúvidas e inquietações que pudessem surgir - também havia muitas dúvidas e inquietações no desenvolvimento do processo dos resíduos sólidos -, tinham de acautelar isso. Achava que aquela solução era mais avisada, dava mais maleabilidade em termos da resposta necessária.

A entrada desses serviços nos serviços Municipalizados iria obrigar, também, a uma reflexão que vinha na continuação da evolução que tinham vindo a ter. Era preciso ter em conta que tinham uma frota que fazia parcialmente a recolha e, naquele momento, fazia toda a recolha e precisavam que estivesse em permanência a fazer a recolha. Tinha viaturas muito antigas. Essas viaturas eram tecnologicamente muito avançadas e não tinham oficina para o fazer. Internamente, mudavam os pneus, mudavam o óleo, mas, se havia uma avaria, ia para a oficina. Portanto, não tinham condições para garantir pelos nossos meios próprios a manutenção dessas viaturas.

Inclusivamente, como era sabido e já tinha sido informado, no caso concreto das varredoras, tinham decidido nunca mais comprar varredoras. As varredoras avariavam de um dia para o outro e estavam sistematicamente avariadas. Naquele momento, o caminho era só terem varredoras alugadas, porque não havia capacidade de estar sempre a levar para a oficina e estar parada a varredora não sei quanto tempo. Portanto, era um processo que estava a evoluir.

Percebia que tinham uma pressão tremenda sobre as viaturas. As viaturas circulavam horas e horas e horas, em permanência. Municípios mais pequenos que tinham oficinas mais perto que lhes tratavam do assunto rapidamente, tudo bem, mas eles mandavam viaturas a arranjar

em Santarém, em Leiria, etc, porque cá não havia capacidade. Portanto, era um problema muito sério.

Por aquela via, o proprietário da viatura mandava arranjar num sítio qualquer e metia cá outra, a funcionar em permanência. Essa era a questão que tinham que resolver. Não via melhor solução do que aquela, tendo também as suas dificuldades, e deviam ir por essa solução, que era melhor, claramente, em termos de velocidade e em termos de capacidade de resposta, do que fazer essa aquisição imediata, até tendo em conta as incertezas do futuro em relação aos resíduos, que já tinha colocado. Portanto, era evidente que haveria sempre questões que se podiam colocar, mas não encontravam melhor solução do que aquela.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que era para esclarecer uma questão que o Sr. Vereador Carlos Rabaçal, inadvertidamente, tinha acabado por levantar, era que a manutenção dessas viaturas, de acordo com o caderno de encargos, não podia ser feita em qualquer sítio, tinha que ser feita no concelho, independentemente de a viatura ser adquirida em *“leasing”*.

O senhor vereador tinha dito que era uma solução mais rápida e que era privilegiada pelos construtores dessas viaturas. Até podia ser, mas uma solução de *“leasing”* permitia que a viatura ficasse mais do que 2 anos no Município de Setúbal e, no fim do contrato, reverteria para o Município, pagando, naturalmente, a última renda, enquanto que, num aluguer operacional, que era do que estavam a falar, era um pagamento que iria decorrer ao longo de 2 anos e, dali a 2 anos, a única flexibilidade que iriam ter - e que percebia que era necessária - era terem, necessariamente, que escolher novos carros, porque aqueles deixariam de existir.

Além disso, queria reforçar só mais uma questão. Percebia a urgência de encontrarem uma solução, mas não via como é que podiam considerar urgente ou uma solução mais rápida ou uma solução relativamente rápida terem um concurso em que, no caderno de encargos, definiam como prazo para entrega 180 dias. Estavam a falar de 6 meses. Não diria que era rápido, até porque até porque o caderno de encargos permitia que as viaturas que aqui fossem colocadas sejam viaturas usadas.

Havia que definir duas coisas. Em primeiro lugar, que tipo de viaturas é que queriam, se queriam ter viaturas de última geração, e, portanto, se calhar, com uma componente tecnológica mais avançada, como dizia o Sr. Vereador Carlos Rabaçal - e, aí, provavelmente, não estariam a falar de viaturas usadas -, ou se queriam - porque permitiam, no caderno de encargos, viaturas usadas - ter viaturas com outro tipo de tecnologia, não tão recente, porque aquilo que o caderno de encargos definia eram 4 anos ou 200 mil quilómetros. Isso significava que podiam ter um carro com 20 anos, desde que ele andasse a circular numa aldeia ou numa pequena vila - não sabiam onde é que tinha andado a circular -, podiam ter um carro com a mesma atividade que tinha a frota própria mais antiga.

Era essa a questão, esse racional por detrás daquela opção que achavam que era um racional pouco racional, e, portanto, não faria particular sentido no modelo de gestão que entendiam que era o mais adequado.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que, em primeiro lugar, o racional era manter a funcionar o serviço, essa era a questão mais relevante de todas. A segunda era que não sabiam se queriam ficar com essas viaturas no fim do ALD e não iam criar uma situação de aquisição de uma coisa que não sabiam se queriam comprar.

Sra. Vice-Presidente – Disse que era só um esclarecimento. É que no caderno de encargos também estava uma norma e, tendo em conta que não era especialista em carros, ia ler a informação, que dizia que o motor tinha que ser Euro 6 e o facto de o motor ser Euro 6 não permitia que o carro tivesse, por exemplo, 20 anos, no limite, como senhor vereador tinha dito. Pensava que seria só uma figura de estilo que o senhor vereador estaria a usar, porque não poderia ter 20 anos. Achava que, no máximo, teria 6.

Sr. Presidente – Disse que era verdade que aquela também era uma situação complexa, não era uma situação que tivesse decisões lineares. Como o Sr. Vereador Carlos Rabaçal tinha dito, os sistemas de recolha a qualquer momento poderiam alterar-se. Com a introdução da recolha dos resíduos orgânicos iriam ter, a curto prazo, alterações significativas na recolha. Isso, certamente, iria ter consequências nos próprios equipamentos de recolha de embalagens - era disso que estavam a falar -, porque, naturalmente, isso implicava que o Governo também tomasse decisões sobre essas matérias dos resíduos.

Com essas alterações haveria, depois, investimentos. Haveria apoios para a recolha dos orgânicos com a generalização da recolha de orgânicos, como estava a acontecer em Setúbal. Tinham investido bastante nesse domínio. Naturalmente que isso implicaria que os próprios recipientes de deposição de resíduos, provavelmente, também seriam alterados. Isso implicava que também os próprios sistemas de recolha tivessem alterações, em consequência disso. Isso, por um lado.

Por outro lado, a Sra. Vice-Presidente tinha referido que, naquele momento, não havia carros novos para entrega. Não tinham data de entrega, sobretudo os carros pesados. Não tinham data de entrega, portanto, iriam adquirindo carros novos - não sabia se era um carro por ano, segundo o plano que estava estabelecido - e a questão era de ter carros, naturalmente nesse sistema de aluguer, para garantir que, quando os carros mais antigos que tinham avariavam, tivessem outros para os substituir. Mas isso era um processo transitório, também, não era um processo definitivo.

Decorriam dois processos em paralelo. Um era a aquisição, de acordo com os nossos orçamentos, e, portanto, de acordo com um plano de aquisição de novas viaturas para substituir as mais antigas. O outro era para garantir que, quando uma dessas avariava, haveria uma que a substituíra. Portanto, era nesse quadro que se apresentava a proposta e, tendo em conta os condicionalismos do mercado - as determinações do mercado, naquele caso concreto -, naturalmente que aquela era a solução que os serviços tinham entendido perfilar e tinham feito aquela proposta, que era a que melhor se adequava à situação do caso do Município de Setúbal.

Sra. Vice-Presidente – Disse que tinha ficado preocupada com uma questão que o senhor vereador tinha colocado que tinha a ver com o prazo de entrega, a questão dos 6 meses do prazo de entrega. Se estava dessa maneira era um lapso, porque os 6 meses utilizavam quando eram as viaturas novas, para serem entregues, e não quando era o aluguer. Quando era o aluguer era a seguir ao contrato. Portanto, poderia haver aí...

Não sabia se o senhor vereador os podia ajudar, se tinha detetado onde é que estavam os 6 meses, porque estavam ali os 2 chefes de divisão que eram os responsáveis pela elaboração do caderno de encargos e, se mantivessem essa cláusula, ficariam prejudicados pelo tempo que iria demorar ou que poderia demorar a entrega das viaturas alugadas.

Agracia ao senhor vereador a sua chamada de atenção, porque, realmente, 6 meses para a entrega de viaturas alugadas não era aceitável. Pedia desculpa, mas, perante isso, não podia deixar passar os 6 meses, porque isso prejudicava.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que estava na cláusula 7.ª do caderno de encargos (*"prazo e condições de entrega"*), no ponto 1: *"O adjudicatário obriga-se a fornecer os bens no prazo de 180 dias para cada lote, a contar da data de celebração do contrato escrito"*.

Sra. Vice-Presidente – Disse que nunca tinham 180 dias no aluguer.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que o problema dos 180 dias era que, se pusessem 3 meses, ninguém concorria.

Sra. Vice-Presidente – Disse que 180 dias eram 6 meses.



Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que, se pusessem 3 meses, corriam o risco de ninguém concorrer e ficar deserto.

Sra. Vice-Presidente – Disse que julgava que, nos anteriores concursos, não tinham 180 dias. Pedia imensa desculpa, mas pedia aos serviços para retirarem a proposta, para melhor avaliação, e trazerem na reunião seguinte, de 7 de setembro. Pensava que era preferível.

Sr. Presidente – Disse que se retirava a proposta, para melhor apreciação, e viria na reunião seguinte.

O Sr. Vereador Paulo Calado pediu ao Sr. Presidente que suspendesse os trabalhos durante 5 minutos, para suscitar uma questão junto do mesmo, o que foi concedido.

Passado o tempo da suspensão foram retomados os trabalhos, tendo o Sr. Presidente dado a palavra à Sra. Vice-Presidente.

233. Deliberação n.º 2873/2022 – Proposta n.º 2123/2022 – DASU/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 17/2022/DAF/DICOMP/SECOMP para a prestação de serviços de manutenção e conservação dos espaços verdes e floreiras da Avenida Luísa Todi, zonas envolventes e Parque Urbano de Albarquel, pelo período de 12 meses

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob os n.ºs 272 e 273, não tendo sido havido discussão sobre a mesma.

Submetida votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

234. Deliberação n.º 2874/2022 – Proposta n.º 09/2022 – DASU/GAGIP – Isenção de taxas de Licenças Especiais de Ruído

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 274, não tendo sido havido discussão sobre a mesma.

Submetida votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

235. Deliberação n.º 2875/2022 – Proposta n.º 10/2022 – DASU – Instalação de infraestrutura de comunicações da AMARSUL, S.A. - Isenção de pagamento de taxas

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 275, não tendo sido havido discussão sobre a mesma.

Submetida votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

236. Deliberação n.º 2876/2022 – Proposta n.º 17/2022 – DEB/DIAPE – Ação Social Escolar 2022/2023 – Livros de Atividades

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 276, não tendo sido havido discussão sobre a mesma.

Submetida votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

237. Deliberação n.º 2877/2022 – Proposta n.º 18/2022 – DEB/DIGEPE – Protocolos de colaboração no âmbito das atividades de enriquecimento curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 277 a 283, não tendo sido havido discussão sobre a mesma.

Submetida votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

238. Deliberação n.º 2878/2022 – Proposta n.º 19/2022 – DEB/DIGEPE – Apoio Financeiro – Parceria Programa Nacional de Educação Ambiental Eco-Escolas 2021/2022

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 284, não tendo sido havido discussão sobre a mesma.

Submetida votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

239. Deliberação n.º 2879/2022 – Proposta n.º 20/2022 – DEB/DIGEPE – Apoio financeiro ao Agrupamento de Escolas Ordem de Sant'iago no âmbito do Projeto Flamenquitos de Sant'iago

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 285, não tendo sido havido discussão sobre a mesma.

Submetida votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

240. Deliberação n.º 2880/2022 – Proposta n.º 2124/2022 – DOM/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 18/2022/DAF/DICOMP/SECOMP para fornecimento contínuo de massas asfálticas a quente com inertes de basalto ou diorito (AC 12 SURF 35/50, 3500 toneladas com transporte e 1500 toneladas sem transporte)

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob os n.ºs 286 e 287, não tendo sido havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

241. Deliberação n.º 2881/2022 – Proposta n.º 29/2022 – DOM – CP 12/2022/DOM – Empreitada “Rede de Abastecimento Primário no Parque Urbano da Várzea” - Abertura de Procedimento de Contratação Pública - Concurso Público – Candidatura: “Rede de Abastecimento Primário do Parque Urbano da Várzea”, com o código n.º POCI-07-62G9-FEDER-181438

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 288.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que, antes de passarem à discussão da proposta, queria dar nota que, no Parque da Várzea, desde que tinha sido feita a bacia de retenção, já tinham feito um conjunto de caminhos - um quilómetro e meio de caminhos -, já tinham feito a iluminação desses caminhos, tinham feito passagens hidráulicas – iriam fazer novas passagens hidráulicas, também -, tinham sido plantadas 1490 árvores, já tinham sido feitos dois furos, ambos do lado direito da Ribeira do Livramento, um junto ao parque da Carris Metropolitana e outro junto à edificação que estava mais perto da Várzea.

Entretanto, com aquela solução, iria garantir-se a rede de rega, um grande anel de rede de rega, como tinha dito o Sr. Presidente pouco antes, e mais outros ramais secundários, que iriam servir para a rega futura. A rega futura tinha regras que estavam descritas no caderno de encargos - de gota a gota, de aspersão, conforme as situações - e tinha uma importância muito relevante, porque, sem ela, não seria possível desenvolver o Parque Urbano da Várzea, naquilo que eram as condições de usufruto mais próximo das pessoas.

Para termos zonas relvadas de maior acessibilidade precisávamos de ter abastecimento de água e aquela ação estava integrada numa ação mais vasta, que tinha que ver com a candidatura que pouco antes tinha referido, no valor de 1 milhão de euros, que tinha que ver, além daquele anel de rega, também com um sistema de eliminação de espécies invasoras, por um lado, e, por outro lado, a criação de sumidouros de oxigénio, que era uma coisa que tinha aprendido. Para ele, sumidouros eram aquilo que se fazia nas estradas, para a água pluvial ir. Naquele caso concreto, sumidouros de oxigénio eram núcleos de plantação que absorviam o dióxido de carbono, que eram muito relevantes e que faziam parte daquele projeto global.

Aproveitava, também, para dizer que, pouco antes, o Sr. Presidente tinha referido que se tratava de fundos comunitários - 1 milhão, 100 por cento - e que esses fundos comunitários resultavam de um “overbooking” e resultavam de uma consulta à Câmara Municipal de Setúbal, sobre a sua capacidade de execução, visto que, quando havia “overbooking”, eram, habitualmente, consultados os municípios que tinham revelado maior capacidade de execução. Tinham entendido que tinham essa capacidade e tinham-na demonstrado. Tinham apresentado a proposta e o milhão de euros tinha vindo.

Isso era muito importante, e, na senda da execução física e financeira dos projetos comunitários, com aquele milhão eram quase 5 milhões – eram 5 milhões, mesmo - que já tinham de “overbooking”, que tinham permitido requalificar uma grande parte da cidade, o que não teria sido feito de outra maneira.

Iriam continuar nessa senda e queria deixar aquela nota, que era uma nota relevante. Mesmo em relação ao parque, iriam continuar a insistir. Tinham procurado, insistentemente, fundos comunitários. Não tinha havido, senão já se tinham candidatado. Tinha aparecido aquela candidatura e tinham-na aproveitado de imediato. Portanto, era disso que se tratava e que se colocava à aprovação naquela proposta.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.



242. Deliberação n.º 2882/2022 – Proposta n.º 30/2022 – DOM – CP 65/16/DOM - “Reabilitação do Convento de Jesus – Ala Este e Ala Norte, Claustros, Igreja e Coro Alto” - Retificação da Revisão Preços Definitiva aprovada pela Deliberação da Câmara Municipal n.º 247-A/2021 de 15/12/2021

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 289 a 291, não tendo sido havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

243. Deliberação n.º 2883/2022 – Proposta n.º 31/2022 – DOM – CPI 13/2022/DOM - “Reabilitação do Bairro da Alameda das Palmeiras, em Setúbal” - Abertura de Procedimento de Contratação Pública - Concurso Público por Lotes com Publicidade Internacional - Candidatura n.º 59996 “Reabilitação do Bairro da Alameda das Palmeiras” - RE-CO2-i01 do PRR

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal propôs que se retirasse a proposta, para melhor avaliação técnica dos serviços e ser apresentada numa próxima reunião da Câmara.

244. Deliberação n.º 2884/2022 – Proposta n.º 32/2022 – DOM – CPREV 14/2021/DOM – Empreitada “Requalificação de Pavimentos na Av.ª D. João II e Envolvente” - Libertação da Garantia

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob os n.ºs 292 e 293, não tendo sido havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

245. Deliberação n.º 2885/2022 – Proposta n.º 33/2022 – DOM/DIHAB – Aceitação de doações no âmbito do desenvolvimento dos projetos Estúdio de Som e Imagem da Bela Vista e Espaço Renascer do Forte da Bela Vista, abrangidos pelo Programa Nosso Bairro, Nossa Cidade

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 294.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que queria dar nota que, no caso concreto do espaço Renascer do Forte, era mais um espaço que tinha sido reabilitado para uso dos moradores, que iriam geri-lo diretamente. Esse espaço tinha sido reabilitado no quadro do programa Bairros Saudáveis, que uma doação de 50 mil euros ajudou a reabilitar e estava em fase final de reabilitação o espaço Escolinha do Bairro Alameda das Palmeiras, tinha ajudado a reabilitar o espaço Renascer e também tinha ajudado a fazer uma intervenção no espaço da Bela Vista, concretamente no espaço anteriormente cedido à velha guarda dos bombeiros, que, naquele momento, iria ser um espaço de negócios da população. Iria ter vários espaços de negócios e iria ser, também, um espaço onde funcionaria o programa Saúde no Bairro, com enfermeiros e com moradores organizados no atendimento de pessoas ligadas ao projeto Saúde no Bairro, em articulação com o ACES Arrábida. Portanto, era um conjunto de ações que estava em curso e traziam a aceitação dessas doações que vieram ajudar a qualificar aquele espaço.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

246. Deliberação n.º 2886/2022 – Proposta n.º 78/2022 – DCDJ – EXIB MÚSICA Setúbal 2022 – Apoio financeiro

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 295, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

247. Deliberação n.º 2887/2022 – Proposta n.º 79/2022 – DCDJ/DIDES - Apoio aos Programas de Desenvolvimento Desportivo - Matriz de apoio financeiro 2022

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, conforme documento anexo registado sob os n.ºs 296 e 297, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

248. Deliberação n.º 2888/2022 – Proposta n.º 80/2022 – DCDJ/DICUL – 18.º Festival de Bandas Filarmónicas da Cidade de Setúbal – Apoio financeiro à Sociedade Musical Capricho Setubalense

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 298, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

249. Deliberação n.º 2889/2022 – Proposta n.º 81/2022 – DCDJ/DICUL – Apoio à realização do 11.º Eurovision Live Concert

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 299, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

250. Deliberação n.º 2890/2022 – Proposta n.º 82/2022 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e o Grupo Coral Alentejano “Os Amigos do Independente”

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, conforme documento anexo registado sob os n.ºs 300 e 301, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.



251. Deliberação n.º 2891/2022 – Proposta n.º 83/2022 – DCDJ/DISOC – Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo – Apoio financeiro

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 302, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

252. Deliberação n.º 2892/2022 – Proposta n.º 548/2022 – DURB – Pedido de emissão de parecer favorável de ampliação do número de compartes ao abrigo do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, com a redação atual dada por a Lei n.º 70/2015, de 16 de julho – Processo n.º 408/22

A proposta ficou arquivada conforme documento anexo registado sob os n.ºs 303 e 304 (ver ponto 252).

Sra. Vereadora Rute Perdigão – Disse que, se não houvesse qualquer inconveniente, gostariam de propor a votação em bloco das propostas do ponto 252 ao ponto 317, correspondentes às deliberações 2892/2022 a 2957/2022.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que estava de acordo com a proposta que tinha sido feita, mas queria, apenas, isolar a proposta do ponto 254, que era a deliberação 2894/2022, a aprovação da minuta do contrato de urbanização. Isolava apenas essa, quanto ao resto estava de acordo.

Essa deliberação tinha como objetivo começar a dar corpo ao Plano de Pormenor da Salmoura. Portanto, resultava de um contrato de urbanização com as taxas urbanísticas da intervenção urbanística que iria fazer a Coca-Cola e iria permitir fazer um grande emissário que percorria parte da Rua de São Gonçalo e iria permitir fazer uma melhor ligação, uma melhor drenagem da rede de esgotos daquela zona e iria permitir, também, algumas ligações a alguma urbanização ali perto e, também, alguma intervenção na rede de abastecimento de água.

A importância desse emissário era ser um emissário que iria permitir um outro caminho para fazer chegar os esgotos daquela zona a ETAR da Quinta do Conde e que iria permitir descomprimir a rede, que estava muito sobrecarregada daquela zona, e iria permitir-lhe ser a âncora à volta da qual, depois, iria ser feita toda a rede de saneamento da zona da Salmoura, no quadro do plano de pormenor.

Como sabiam, havia um calendário previsto no plano de pormenor, para 10 anos ou 15 anos, mesmo, para resolver toda a situação ali, mas sem esse emissário não seria possível, sequer, começar. Portanto, a importância daquela opção era essa, que queria realçar. Daí ter pedido para isolar aquela matéria.

Na sequência dessa intervenção iria, então, ser iniciado o processo paulatino de introdução de todos os sistemas, quer de abastecimento de água, quer de drenagem pluvial, quer de drenagem doméstica em toda a zona da Salmoura. Portanto, era essa nota que queria deixar e valorizar muito aquele plano de urbanização, que lhes iria permitir fazer esse arranque à conta das taxas urbanísticas da intervenção da Coca-Cola.

Sr. Presidente – Agradeceu ao senhor vereador por aqueles esclarecimentos sobre esse grande investimento na área do Plano de Pormenor da Salmoura e pôs à votação da proposta de deliberação 2892 à proposta de deliberação 2957, tendo as mesmas sido aprovadas, por unanimidade.

253. Deliberação n.º 2893/2022 – Proposta n.º 549/2022 – DURB – Pedido de emissão de parecer favorável de ampliação do número de compartes ao abrigo do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, com a redação atual dada por a Lei n.º 70/2015, de 16 de julho – Processo n.º 541/22

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob os n.ºs 305 e 306 (ver ponto 252).

254. Deliberação n.º 2894/2022 – Proposta n.º 550/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de minuta de contrato de urbanização – Processo n.º 42/22

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob os n.ºs 307 a 311 (ver ponto 252).

255. Deliberação n.º 2895/2022 – Proposta n.º 551/2022 – DURB/DIGU – Concessão da licença de construção de edificação – Processo n.º 42/22

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 312 (ver ponto 252).

256. Deliberação n.º 2896/2022 – Proposta n.º 552/2022 – DURB/DIGU - Concessão da licença para obras de construção – Processo n.º 159/21

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 313 (ver ponto 252).

257. Deliberação n.º 2897/2022 – Proposta n.º 553/2022 – DURB/DIGU - Concessão da licença para obras de edificação – Processo n.º 15/21

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 314 (ver ponto 252).

258. Deliberação n.º 2898/2022 – Proposta n.º 554/2022 – DURB/DIGU - Concessão da licença para obras de edificação - Processo n.º 272/20

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 315 (ver ponto 252).

259. Deliberação n.º 2899/2022 – Proposta n.º 555/2022 – DURB/DIGU - Concessão da licença de construção de edificação - Processo n.º 437/21

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 316 (ver ponto 252).

**260. Deliberação n.º 2900/2022 – Proposta n.º 556/2022 – DURB/DIGU -
Concessão da licença para obras de edificação - Processo n.º 357/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 317 (ver ponto 252).

**261. Deliberação n.º 2901/2022 – Proposta n.º 557/2022 – DURB/DIGU -
Concessão da licença de construção de edificação - Processo n.º 546/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 318 (ver ponto 252).

**262. Deliberação n.º 2902/2022 – Proposta n.º 558/2022 – DURB/DIGU -
Concessão da licença de construção de edifício de habitação multifamiliar
– Processo n.º 97/19**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 319 (ver ponto 252).

**263. Deliberação n.º 2903/2022 – Proposta n.º 559/2022 – DURB/DIGU -
Concessão da licença de construção de moradia unifamiliar, garagem,
piscina e muro de vedação – Processo n.º 30/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 320 (ver ponto 252).

**264. Deliberação n.º 2904/2022 – Proposta n.º 560/2022 – DURB/DIGU -
Concessão da licença de construção de moradia unifamiliar térrea,
garagem, piscina e muro de vedação – Processo n.º 445/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 321 (ver ponto 252).

**265. Deliberação n.º 2905/2022 – Proposta n.º 561/2022 – DURB/DIGU -
Concessão de licença de obras de demolição e de edificação e legalização
de anexos – Processo n.º 10/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 322 (ver ponto 252).

**266. Deliberação n.º 2906/2022 – Proposta n.º 562/2022 – DURB/DIGU -
Aprovação de projeto de arquitetura de garagem – Processo n.º 78/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 323 (ver ponto 252).

**267. Deliberação n.º 2907/2022 – Proposta n.º 563/2022 – DURB/DIGU -
Aprovação de projeto de arquitetura de moradia, abrigo automóvel e
garagem – Processo n.º 62/09**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 324 (ver ponto 252).

**268. Deliberação n.º 2908/2022 – Proposta n.º 564/2022 – DURB/DIGU -
Aprovação de projeto de arquitetura de moradia, garagem e muro de
vedação – Processo n.º 167/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 325 (ver ponto 252).

**269. Deliberação n.º 2909/2022 – Proposta n.º 565/2022 – DURB/DIGU -
Aprovação do projeto de arquitetura de uma moradia, piscina e muro –
Processo n.º 273/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 326 (ver ponto 252).

**270. Deliberação n.º 2910/2022 – Proposta n.º 566/2022 – DURB/DIGU -
Aprovação de projeto de arquitetura de moradia, garagem, piscina e muro
de vedação – Processo n.º 186/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 327 (ver ponto 252).

**271. Deliberação n.º 2911/2022 – Proposta n.º 567/2022 – DURB/DIGU -
Aprovação do projeto de arquitetura para construção de moradia
unifamiliar – Processo n.º 337/20**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 328 (ver ponto 252).



**272. Deliberação n.º 2912/2022 – Proposta n.º 568/2022 – DURB/DIGU -
Aprovação do projeto de arquitetura para construção de moradia
unifamiliar – Processo n.º 244/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 329 (ver ponto 252).

**273. Deliberação n.º 2913/2022 – Proposta n.º 569/2022 – DURB/DIGU -
Aprovação de projeto de arquitetura de moradia bifamiliar, 2 garagens, 2
piscinas e muro de vedação – Processo n.º 233/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 330 (ver ponto 252).

**274. Deliberação n.º 2914/2022 – Proposta n.º 570/2022 – DURB/DIGU -
Aprovação de projeto de arquitetura de moradia bifamiliar, 2 garagens, 2
piscinas e muro de vedação – Processo n.º 3/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 331 (ver ponto 252).

**275. Deliberação n.º 2915/2022 – Proposta n.º 571/2022 – DURB/DIGU -
Aprovação de projeto de arquitetura de 5 moradias, 5 abrigos automóvel, 5
piscinas e muro de vedação – Processo n.º 259/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 332 (ver ponto 252).

**276. Deliberação n.º 2916/2022 – Proposta n.º 572/2022 – DURB/DIGU -
Aprovação do projeto de arquitetura de ampliação de edifício existente –
Processo n.º 448/20**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 333 (ver ponto 252).

**277. Deliberação n.º 2917/2022 – Proposta n.º 573/2022 – DURB/DIGU -
Aprovação do projeto de arquitetura de legalização de alterações em
moradia – Processo n.º 26/17**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 334 (ver ponto 252).



**278. Deliberação n.º 2918/2022 – Proposta n.º 574/2022 – DURB/DIGU -
Aprovação do projeto de arquitetura de legalização de alterações –
Processo n.º 393/19**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 335 (ver ponto 252).

**279. Deliberação n.º 2919/2022 – Proposta n.º 575/2022 – DURB/DIGU -
Aprovação do projeto de arquitetura de legalização de moradia – Processo
n.º 120/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 336 (ver ponto 252).

**280. Deliberação n.º 2920/2022 – Proposta n.º 576/2022 – DURB/DIGU -
Aprovação do projeto de arquitetura para legalização de edificação –
Processo n.º 72/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 337 (ver ponto 252).

**281. Deliberação n.º 2921/2022 – Proposta n.º 577/2022 – DURB/DIGU -
Aprovação do projeto de arquitetura para legalização de edificação –
Processo n.º 66/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 338 (ver ponto 252).

**282. Deliberação n.º 2922/2022 – Proposta n.º 578/2022 – DURB/DIGU -
Aprovação do projeto de arquitetura de legalização de edificação –
Processo n.º 133/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 339 (ver ponto 252).

**283. Deliberação n.º 2923/2022 – Proposta n.º 579/2022 – DURB/DIGU -
Aprovação do projeto de arquitetura para legalização de edificação –
Processo n.º 382/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 340 (ver ponto 252).



**284. Deliberação n.º 2924/2022 – Proposta n.º 580/2022 – DURB/DIGU -
Aprovação do projeto de arquitetura para legalização das edificações
existentes, licenciamento e concessão da licença para obras de edificação
de piscina – Processo n.º 279/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 341 (ver ponto 252).

**285. Deliberação n.º 2925/2022 – Proposta n.º 581/2022 – DURB/DIGU -
Aprovação do projeto de arquitetura de legalização de piscina – Processo
n.º 217/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 342 (ver ponto 252).

**286. Deliberação n.º 2926/2022 – Proposta n.º 582/2022 – DURB/DIGU -
Aprovação do projeto de arquitetura de legalização de anexo e construção
de moradia térrea – Processo n.º 221/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 343 (ver ponto 252).

**287. Deliberação n.º 2927/2022 – Proposta n.º 583/2022 – DURB/DIGU -
Legalização de alterações em edificação – Processo n.º 9/20**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 344 (ver ponto 252).

**288. Deliberação n.º 2928/2022 – Proposta n.º 584/2022 – DURB/DIGU -
Indeferimento de projeto de arquitetura de moradia, garagem, piscina e
muro de vedação – Processo n.º 538/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 345 (ver ponto 252).

**289. Deliberação n.º 2929/2022 – Proposta n.º 585/2022 – DURB/DIGU - Aceitação
de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no
decorrer da obra – Processo n.º 135/19**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 346 (ver ponto 252).



290. Deliberação n.º 2930/2022 – Proposta n.º 586/2022 – DURB/DIGU - Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra – Processo n.º 454/20

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 347 (ver ponto 252).

291. Deliberação n.º 2931/2022 – Proposta n.º 587/2022 – DURB/DIGU - Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra – Processo n.º 34/19

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 348 (ver ponto 252).

292. Deliberação n.º 2932/2022 – Proposta n.º 588/2022 – DURB/DIGU - Aprovação do pedido de informação prévia para construção de uma moradia – Processo n.º 27/22

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 349 (ver ponto 252).

293. Deliberação n.º 2933/2022 – Proposta n.º 589/2022 – DURB/DIGU - Aprovação de pedido de informação prévia ao abrigo do art.º 14 do RJUE – Processo n.º 42/21

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 350 (ver ponto 252).

294. Deliberação n.º 2934/2022 – Proposta n.º 590/2022 – DURB/DIGU - Informação prévia favorável relativa a loteamento urbano – Processo n.º 27/21

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 351 (ver ponto 252).

295. Deliberação n.º 2935/2022 – Proposta n.º 591/2022 – DURB/DIGU - Aprovação das alterações à planta de síntese do alvará de loteamento n.º 02/2002 – Processo n.º 21/98

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 352 (ver ponto 252).



**296. Deliberação n.º 2936/2022 – Proposta n.º 592/2022 – DURB/DIGU -
Aprovação das alterações às especificações do alvará de loteamento n.º
3/99 – Processo n.º 762/95**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 353 (ver ponto 252).

**297. Deliberação n.º 2937/2022 – Proposta n.º 593/2022 – DURB/DIGU -
Aprovação das alterações às especificações do alvará de loteamento n.º
1/07 – Processo n.º 942/99**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 354 (ver ponto 252).

**298. Deliberação n.º 2938/2022 – Proposta n.º 594/2022 – DURB/DIGU -
Alterações às especificações do alvará de loteamento n.º 7/85 – Processo
n.º 441/83**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 355 (ver ponto 252).

**299. Deliberação n.º 2939/2022 – Proposta n.º 595/2022 – DURB/DIGU -
Homologação do auto de vistoria – Alojamento Local – Processo n.º 84/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob os n.ºs 356 e 357 (ver ponto 252).

**300. Deliberação n.º 2940/2022 – Proposta n.º 596/2022 – DURB/DIGU -
Homologação do auto de vistoria – Alojamento Local – Processo n.º 81/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob os n.ºs 358 e 359 (ver ponto 252).

**301. Deliberação n.º 2941/2022 – Proposta n.º 597/2022 – DURB/DIGU -
Homologação do auto de vistoria – Alojamento Local – Processo n.º 80/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob os n.ºs 360 e 361 (ver ponto 252).

**302. Deliberação n.º 2942/2022 – Proposta n.º 598/2022 – DURB/DIGU -
Homologação do auto de vistoria Processo n.º 26/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob os n.ºs 362 e 363 (ver ponto 252).



**303. Deliberação n.º 2943/2022 – Proposta n.º 599/2022 – DURB/DIGU -
Homologação do auto de vistoria – Processo n.º 1198/DFI/20**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob os n.ºs 364 e 365 (ver ponto 252).

**304. Deliberação n.º 2944/2022 – Proposta n.º 600/2022 – DURB/GAPRU -
Concessão da licença e emissão do alvará de construção da alteração de
fachada de um edifício habitacional – Processo n.º 69/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 366 (ver ponto 252).

**305. Deliberação n.º 2945/2022 – Proposta n.º 601/2022 – DURB/GAPRU -
Concessão de aditamento à licença de construção de alteração e
ampliação de edifício habitacional – Processo n.º 109/19**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 367 (ver ponto 252).

**306. Deliberação n.º 2946/2022 – Proposta n.º 602/2022 – DURB/GAPRU -
Aprovação de projeto de arquitetura – Processo n.º 78/77**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 368 (ver ponto 252).

**307. Deliberação n.º 2947/2022 – Proposta n.º 603/2022 – DURB/GAPRU -
Aprovação de projeto de arquitetura - alteração de fachada – Processo n.º
240/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 369 (ver ponto 252).

**308. Deliberação n.º 2948/2022 – Proposta n.º 604/2022 – DURB/GAPRU -
Aprovação de projeto de arquitetura – alterações e ampliação – Processo
n.º 84/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 370 (ver ponto 252).



**309. Deliberação n.º 2949/2022 – Proposta n.º 605/2022 – DURB/GAPRU -
Aprovação de projeto de arquitetura – alterações e ampliação – Processo
n.º 98/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 371 (ver ponto 252).

**310. Deliberação n.º 2950/2022 – Proposta n.º 606/2022 – DURB/GAPRU -
Aprovação do projeto de arquitetura – legalização de alteração de fachada
– Processo n.º 295/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 372 (ver ponto 252).

**311. Deliberação n.º 2951/2022 – Proposta n.º 607/2022 – DURB/GAPRU -
Aprovação de projeto de arquitetura – alterações e legalização de
ampliação – Processo n.º 545/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 373 (ver ponto 252).

**312. Deliberação n.º 2952/2022 – Proposta n.º 608/2022 – DURB/GAPRU -
Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio,
introduzidas no decorrer da obra – Processo n.º 114/19**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 374 (ver ponto 252).

**313. Deliberação n.º 2953/2022 – Proposta n.º 609/2022 – DURB/GAPRU -
Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio,
introduzidas no decorrer da obra – Processo n.º 23/16**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 375 (ver ponto 252).

**314. Deliberação n.º 2954/2022 – Proposta n.º 610/2022 – DURB/GAPRU -
Informação prévia favorável condicionada, para demolição e construção
destinada a equipamento/serviços – Processo n.º 38/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 376 (ver ponto 252).



315. Deliberação n.º 2955/2022 – Proposta n.º 611/2022 – DURB/GAPRU - Informação prévia desfavorável, para alteração e ampliação de habitação – Processo n.º 5/22

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob o n.º 377 (ver ponto 252).

316. Deliberação n.º 2956/2022 – Proposta n.º 612/2022 – DURB/GAPRU - Homologação do auto de vistoria – alojamento local – Processo n.º 68/22

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob os n.ºs 378 e 379 (ver ponto 252).

317. Deliberação n.º 2957/2022 – Proposta n.º 613/2022 – DURB/GAPRU - Homologação do auto de vistoria – Alojamento Local – Processo n.º 52/22

A proposta foi aprovada, por unanimidade, conforme documento anexo registado sob os n.ºs 380 e 381 (ver ponto 252).

318. Deliberação n.º 2958/2022 – Proposta n.º 614/2022 – DURB/DIMOT - 2.ª alteração ao Regulamento dos Parques de Estacionamento Teotónio Banha, Finanças e Terminal Ferry

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob os n.ºs 382 a 384, e sugeriu ao Sr. Presidente que, sobre aquela matéria, fosse chamado a falar o Sr. Dr. Vasco Raminhas, Diretor do Departamento de Urbanismo.

Sr. Dr. Vasco Raminhas – Disse que, relativamente à proposta que os trazia ali, a 2.ª alteração ao Regulamento dos Parques de Estacionamento Teotónio Banha, Finanças e Terminal Ferry, era uma 2.ª alteração a esse regulamento que tinha como principal objetivo aumentar o número de avenças solicitado pelas entidades que estavam a explorar esses 2 parques, também por solicitação dos próprios clientes, porque tinham tido solicitações por parte de interessados em estabelecer essas avenças. Portanto, basicamente, a proposta cingia-se ao aumento do número de avenças de 30 para 50, no caso do Terminal ferry, 50 para o parque Teotónio Banha e 75 para o parque do Terminal Ferry.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que, aquando do início da expansão do estacionamento tarifado na zona ribeirinha, tinha tido oportunidade de afirmar a necessidade de serem criadas avenças naquelas zonas, para que dessem resposta a todos aqueles que trabalhavam na zona ribeirinha e no centro da cidade e que se viam obrigados, na altura ainda não pelos condicionamentos dos transportes metropolitanos, mas por aquilo que era a forma como tinham, também, a sua vida familiar organizada, que se viam obrigados a utilizar a viatura própria e a manter essa utilização naquele momento em que o estacionamento tarifado tinha sido expandido.

Aquela proposta vinha dar uma resposta parcial a essas necessidades. Era uma resposta parcial que surgia a pedido da empresa que estava a explorar aqueles parques de estacionamento e acreditava que era importante reforçar a necessidade de se criarem condições para que, noutros espaços, até mesmo, eventualmente, no espaço onde o estacionamento tarifado na rua e não em parque fechado ocorria, fosse possível criar uma

solução semelhante, uma solução de avença, que desse resposta, efetivamente, a quem trabalhava no centro da cidade e não tinha alternativa à utilização do seu transporte próprio.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

319. Deliberação n.º 2959/2022 – Proposta n.º 615/2022 – DURB/GARIU - Painei publicitário tipo mini c/ 4m2 cada face – Processo n.º 76/21

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob os n.ºs 385 a 387, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

320. Deliberação n.º 2960/2022 – Proposta n.º 616/2022 – DURB/GARIU - Ocupação de via pública com rastreio auditivo gratuito – Processo n.º 11/22

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob os n.ºs 388 a 390, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

321. Deliberação n.º 2961/2022 – Proposta n.º 617/2022 – DURB/GARIU - Ocupação de via pública com rastreio auditivo gratuito – Processo n.º 15/22

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob os n.ºs 391 a 393, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

322. Deliberação n.º 2962/2022 – Proposta n.º 618/2022 – DURB/GARIU - Ocupação de via pública com unidade móvel - Roulote de venda de bifanas – Processo n.º 149/19

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob os n.ºs 394 a 396, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

323. Deliberação n.º 2963/2022 – Proposta n.º 619/2022 – DURB/GARIU - Ocupação de via pública com unidade móvel - Roulote de venda de bifanas – Processo n.º 150/19

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob os n.ºs 397 a 399, não tendo havido discussão sobre a mesma.



Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

324. Deliberação n.º 2964/2022 – Proposta n.º 620/2022 – DURB/GARIU - Circulação na via pública de Bicicleta XXL exibindo publicidade – Processo n.º 75/22

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob os n.ºs 400 a 403.

Sr. Vereador Nuno Cruz – Disse que a proposta levantava uma dúvida que gostariam de ver esclarecida, era tentar perceber de que forma é que tinha sido tratado esse assunto junto da entidade promotora. Pensavam que era uma viatura que tinham visto recentemente na cidade e que circulava com pessoas em cima daquela estrutura e que consumiam bebidas alcoólicas.

Nesse sentido, tendo em consideração que a aprovação que estavam a fazer naquele momento iria já coincidir, também, com um período letivo, se tinha ficado salvaguardado, entre a Câmara e a entidade que iria promover essa iniciativa, não haver circulação junto a estabelecimentos de ensino, até porque, se fossem ao encontro daquilo que já tinha sido decidido havia uns anos, de não haver, também, consumo de álcool em equipamentos desportivos, não fazia também muito sentido estarem a promover o consumo de álcool junto a estabelecimentos de ensino.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que o utilizador tinha de cumprir a lei e era proibido por lei a vender bebidas alcoólicas a jovens. Portanto, achava que isso estava assente. Era uma questão de fiscalização. Não havia maior salvaguarda do que a lei, era proibido.

Sr. Presidente – Disse que percebia a questão que o senhor vereador tinha colocado. No entanto, podiam aprovar a proposta com essa ressalva, a dizer que não era permitido estacionar - não podiam dizer circular - na área que estava prevista na lei relativamente à venda de bebidas alcoólicas, porque estava estabelecida na lei a distância dessas atividades relativamente às escolas. Podiam aprovar a proposta nesse sentido.

Sr. Vereador Nuno Cruz – Disse que podia passar, também, só por uma questão de consciencialização junto da entidade que iria promover, ou seja, eram favoráveis à iniciativa, até porque era uma iniciativa que também decorria noutras cidades. Por norma, aquilo que viam nas outras cidades e pensava que, à partida, seria o que iria acontecer também em Setúbal, era que a empresa teria interesse em circular na Avenida Luísa Todí, José Mourinho, etc.

De qualquer maneira, nada impedia que, por exemplo, andasse a circular à volta da Escola Comercial ou da Escola do Bocage e tinham de salvaguardar. Infelizmente, já sabiam que os jovens tinham acesso muito fácil ao consumo de álcool. Independentemente disso, tinham responsabilidades superiores nesse sentido e achava que isso poderia ser salvaguardado.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Disse que claro que essas questões eram preocupações que todos tinham, pensava que percorriam toda a Câmara. De facto, a atividade daquele tipo de equipamento ou daquela oferta - que era uma oferta turística nas zonas turísticas, não era à volta das escolas -, como estava na proposta, exigia marcação prévia, ou seja, não era qualquer pessoa que lá ia.

Portanto, pensava que podia ficar assegurado que os serviços que estavam a propor o licenciamento daquela atividade, teriam essas salvaguardas que tinham sido colocadas em conta, que não podia ser utilizado por menores e por aí fora, naturalmente. Nem sequer, por exemplo, em jogos de futebol e coisas assim do género.

Sr. Presidente – Disse que a atividade também só era licenciada para o período de 17/8 a 6/10, mas ficava aquela sugestão, para que o Departamento de Urbanismo, na relação que tinha com o operador, o sensibilizasse para essas questões que tinham sido ali levantadas pelos senhores vereadores. De qualquer forma, achava que era de aprovar a proposta, até porque era por um período limitado.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

325. Deliberação n.º 2965/2022 – Proposta n.º 621/2022 – DURB/DIGU - Aprovação do projeto de arquitetura para alteração e ampliação de edifício e concessão da licença para obras de construção e demolição - Processo n.º 158/22

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 404, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

1.

Sr. Presidente - Deliberação n.º 2641/2022 – Proposta n.º 23/2022 – GAP – Atribuição de Medalhas Honoríficas – Setúbal 2022 (continuação)

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que era para fazer a proposta de uma nova votação relativamente ao nome que não tinha tido a maioria qualificada exigida, relativamente às medalhas honoríficas. Se concordassem, fariam uma nova votação.

Sr. Presidente – Perguntou aos senhores vereadores do Partido Socialista se havia algum inconveniente e, não havendo, disse que iriam proceder, então, a nova votação.

Realizada segunda votação por escrutínio secreto, o resultado apurado foi de 9 votos a favor (“sim”) e 2 votos contra (“não”), tendo o Sr. Presidente declarado aprovada a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 27 (ver ponto 1).

C) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Sr. Augusto Cruz – Fez a seguinte intervenção: “Aos presentes, as minhas cordiais saudações. Devo salientar declaradamente que esta declaração, observação sentida, era para que, na realidade, seja devidamente gravada, porque a mesma é para ser totalmente entregue e enviada para o próprio Diretor-Geral da Polícia Judiciária, Doutor Luís Neves, perante o Código Penal. Tive justiça premiada, onde inclusive, vou dar-lhe de conhecimento de factos reais acontecidos nesta Câmara, cartas registadas enviadas com aviso de receção para a Presidente Maria das Dores, cuja forma não respondeu.

Sou uma vítima total de “bullying”, no estado sentido de assiduamente recorrer aos sentidos de me contrariar, inclusive pretender vender o terreno ao interessado alemão, para construir na área uma fábrica de transformação de chocolate. Acontece que, por determinação de alguém que contemplava a própria área sobre as suas funções territoriais, pretendia que eu aumentasse em 30 euros por cada metro quadrado, o que dava uma pequena fortuna, evidentemente, que não aceitei, e devo acrescentar de que não aceitei, senti-me totalmente envergonhado em esclarecer ao próprio filho de que falava português, porque a própria mãe também era portuguesa e devo esclarecer o facto acontece, ao explicar ao pai, tal facto no

momento exato, instantaneamente, depois de o filho lhe explicar entrou no carro a vociferar uma tal aspereza sentida. Notem, em alemão, ele era alemão.

E devo acrescentar que as anomalias são constantes, perante tantas mudanças que considero totalmente abusivas, inclusive dei-me e deu-se ao facto de confluir que os juízes não mandavam nada em absoluto, segundo dito pela própria arquiteta da própria área em que está envolvida. Ao qual pretendo um tal facto, vi-me obrigado a recorrer à própria justiça, recebo como resposta, conclusão a 9/1/2020, de que a própria sentença proferida na folha 166 também ela já transitou em julgado na própria certidão. Verifica-se que ainda que a sentença transitou em julgado em 25/11/2015.

Toda esta anomalia acentuada abusivamente, transmitida pela arquiteta, vai longe demais. Portanto, existe evidentemente uma avaliação perante uma indemnização pelas constantes alterações perante a total irresponsabilidade geral.

Quanto ao maravilhoso aparato relacionado com os tais 145 ano, friso, como confiança da tradição, no Mercado do Livramento. É, simplesmente, à própria análise, é um símbolo escandaloso, porque a própria cidadania não sabe, minimamente, dos factos reais, devido salientar ou, antes, informar que, se acaso, hoje existe este mercado, o trabalho e todas as consequências efetuadas, foi por simples sorte e expectativa de que me apercebi, perante o silêncio estranho, na devida sessão pública que estava a acontecer, perante os olhares presentes, sendo eu o único cidadão na altura presente, como sempre.

Perante a devida efetiva, apercebi-me que a própria traição de que estavam a preparar para que o mercado fosse vendido ao Pingo Doce. Os presentes na altura, lembro-me de tal como se fosse hoje, estavam no PS: Mata Cáceres, Teresa de Almeida, Soares Feio e Mota Ramos, pelo PC: Regina Marques, Engenheiro Dâmaso e o Pisco, pelo PSD: Duarte Machado e advogada Ana. Saí completamente empenhado e apreensivo, mas com coragem, aonde me apresentei no dia seguinte no próprio mercado, onde reuni para formassem uma comissão e os elementos acrescentassem todas as assinaturas perante o maior número. Encontrei todos totalmente surpreendidos. Frisamos a própria comissão a ser devidamente assente, de 6 elementos no mínimo, de forma a arranjar um advogado ou uma advogada totalmente séria, com o máximo de assinaturas de forma saliente perante o próprio notário assentar tal amontoado.

Felizmente, conseguiu-se os seus próprios objetivos e devo acrescentar que, felizmente, encontraram-se variadíssimas testemunhas vivas, de que são reveladoras da própria verdade. Passado cerca de 10 dias a surpresa foi ainda muito maior, porque apanhou-se de surpresa todos os elementos partidários representativos nessa mesma sessão pública. Acontece que ficaram totalmente impassivelmente parados. Portanto, resolveu-se o seu problema a bem da cidadania e foi fruto de um bom trabalho, ocasionado pelos próprios advogados. Tenho dito, OK?"

Sr. Luís Simões – Disse que convinha frisar que pertencia ao Sindicato Nacional dos Bombeiros Sapadores e representava os trabalhadores - aliás, preferia referir trabalhadores e não bombeiros, porque, efetivamente, já tinham sido feitas alusões de que, realmente, a postura da Câmara e da CDU para com os trabalhadores tem sido de excelência, o que iriam, desde logo, contrariar.

Ficava também preocupado quando via a forma exaltada como o Sr. Presidente tinha respondido aos vereadores do PS, mas, acreditava que, àquela hora tardia, já tinha perdido um pouco dessa energia, porque, efetivamente, conforme tinha prometido, havia questões repetitivas, porque, as respostas que lhes tinham dado soavam-lhes um bocado a demagogia – também já tinha sido ali usada essa expressão - e não tinham respostas em concreto.

Iria, então, passar a salientá-las: O Regulamento Interno da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal, aprovado na Câmara, conferia um efetivo mínimo, por turno, de elementos operacionais para trabalharem no socorro à população. Tinha sido feito um estudo e, com base nesse estudo, tinha sido naquela sala aprovado que deveriam estar ao serviço 27 elementos por turno, muito longe dos 13/14 que vinham estando ao serviço.

Nesses ainda se incluíam, como já tinha sido frisado na última reunião - à qual, também, ainda não tinham obtido qualquer resposta, estranhamente, porque estavam numa casa onde a lei era seguida à risca - tinham, também, estagiários (3 estagiários, por turno), a ocupar o lugar que devia ser ocupado por bombeiros. Esses estagiários também a lei referia qual é que era o papel deles ao integrarem o trabalho, não podiam desempenhar funções, tinham de ser acompanhados, o que não estava a acontecer. Tinham-se passado já, desde a última reunião, alguns bons dias e continuavam a não ter qualquer resposta.

Sabia que, efetivamente, o Sr. Presidente, a essa sua observação, relativamente ao Regulamento Interno, iria frisar, como já tinha feito anteriormente - já trazia algumas respostas -, só que não eram respostas concretas para o socorro à população, que era aquilo que, efetivamente, os preocupava. Sabiam que fazia alusões à existência dos Bombeiros Voluntários e da Cruz Vermelha. No entanto, relembra que quando foi feito o Regulamento Interno essas instituições já existiam havia mais de 100 anos. Por isso, não era nada de novo. Voltava a frisar que estavam a falar de um Regulamento Interno que, se calhar, precisava de alguns ajustes, mas não acreditavam que os tempos mudassem.

Como dizia o Sr. Presidente, a evolução também acontecia, o progresso acontecia e duvidava - se calhar, por isso é que ainda ninguém o tinha feito -, que esse número fosse para reduzir, tendo em conta o crescimento da cidade, o crescimento dos riscos, o aumento da população, supostamente, não ser que estivesse, efetivamente, a contar com as ajudas de associações privadas, às quais, efetivamente, também tinha sido feita referência na reunião anterior, com o apoio de meio milhão para uma associação humanitária, que achavam que, às vezes, era um bocadinho em detrimento daquilo que era o serviço público, que era aquilo que eles, enquanto profissionais e enquanto funcionários públicos, faziam e tinham o dever de fazer.

A sua participação sofria pequenas alterações, até porque, depois, ouvia observações do Sr. Presidente que o transportavam para outras ideias.

Tinha-se falado do Governo e passavam a vida a desculpar-se com o Governo. Aliás, na reunião anterior também o Sr. Vereador Carlos Rabaçal - e eles concordavam - tinha falado dos problemas dos bombeiros serem resolvidos diretamente com o Governo, até porque o regulamento da carreira deles estava, realmente, há muitos anos para ser regularizado. A verdade era que, se não conseguiam entendimento com uma Câmara Municipal e com 100 homens, iria ser muito difícil com o Governo termos uma solução rápida.

Relativamente a essa observação que fazia ao Governo, o Sr. Presidente queixava-se, porque o Governo devia dar mais dinheiro para gerir as autarquias. Tinha feito um acrescento à sua exposição e gostava só de dar os parabéns a Vila Nova de Gaia, que também contribuía com verbas para associações humanitárias, e, contudo, no mês anterior tinha passado de companhia a batalhão, o que conferia um aumento de efetivos e iria promover um melhor socorro à população do seu município. Também o Porto se preparava para passar de batalhão a regimento, ou seja, um aumento de operacionais. Estavam a falar de progresso.

Em Setúbal queixavam-se de um diploma, de um regulamento com alguns anos, que falava em 27 elementos e estavam a trabalhar com 13. Se era esse o progresso, se era essa a evolução, se era essa a mudança dos tempos, os bombeiros tinham muitas dúvidas relativamente aos termos que o Sr. Presidente tinha utilizado. Essa era uma das questões.

Uma outra questão que traziam e que era repetitiva, tinha a ver com a inexistência de ambulância em Azeitão. Já o tinham frisado ali, nas 3 reuniões seguidas em que tinham feito questão de estar presentes. Já o tinham frisado em plenário e continuava a ouvir respostas do Sr. Presidente, algumas morosas, como ali tinham ouvido e era apanágio, mas, realmente, sumo, respostas em concreto, aquilo que eles e a população que assistia em casa pretendia ouvir, continuamos a não ter.

Aliás, ousava até usar uma expressão. Ia aproveitando e ia aprendendo um pouco. Já se tinha falado tanto do boletim municipal e da promoção do boletim municipal, que lançavam o desafio de expor à população que não acompanhava aquelas sessões no boletim municipal, que, havia cerca de 10 anos, os bombeiros sapadores tinham em Azeitão uma ambulância, frequentemente, e tinham um carro do fogo, o que não acontecia naquele momento, com protocolos que tinham sido acordados com uma associação humanitária. Também não



sabiam quem os controlava e tinha algumas dúvidas. Certamente dir-lhe-ia que seria o Sr. Comandante, mas, como o Sr. Comandante não respeitava o que estava estabelecido no regulamento para a casa deles, duvidava que tivesse algum controlo naquilo que era uma instituição privada.

Essa era uma outra pergunta. Era, precisamente, saber o que é que se pretendia fazer, que respostas é que havia para a população, que respostas é que havia para os bombeiros, porque, realmente, preocupava-os que distasse de Azeitão a Setúbal 20 minutos ou vice-versa, 20 minutos de caminho.

A outra questão, também ela repetitiva, e tinham acreditado que dificilmente na reunião anterior teria alguma resposta para eles, mas prendia-se, efetivamente, com uma decisão do Tribunal Administrativo, relativamente às nomeações que tinham sido feitas e que, na altura, tinham sido assinaladas por alguns bombeiros como providas de alguns vícios. Tinha sido levantada uma ação em tribunal por alguns bombeiros, que tinham sido lesados nessas mesmas promoções, porque o Sr. Comandante, ao contrário do que acontecia em todo o lado, em que as classificações serviam para ordenar as pessoas nos lugares, tinha optado por uma postura autoritária - que também já lhe conheciam e à qual já tinham feito várias referências -, tinha optado por escolher aqueles que queria para os lugares que queria.

O tribunal tinha anulado o Despacho 258/2017 e o que interessava frisar era que tinha anulado o despacho pelo qual tinham sido promovidos 38 bombeiros. Tinha questionado se já tinham sido tomadas medidas. Na altura, acreditaram que ainda não tivessem sido tomadas. Precisavam de saber, precisavam de dizer aos sócios deles se já tinham sido tomadas medidas, se a Câmara pretendia recorrer, se ia, ou não, recorrer, se não ia recorrer, se, efetivamente, iriam ser apuradas responsabilidades nesse ato para o qual, desde o início, tinham alertado que tinha vícios e que, ainda assim, tinha prosseguido.

Relativamente a um outro tema que trazia e não era repetitivo, prendia-se, precisamente, com uma situação que se tinha passado com um trabalhador e que tinha sido, mais uma vez, ignorada pelo Sr. Comandante. Esse elemento tinha tido a possibilidade de frequentar uma ação de formação, só que a mesma coincidia com o dia do seu descanso complementar e obrigatório, coincidia, precisamente, com um sábado e um domingo e, por ser um bom elemento, obviamente, tinha-se prontificado para estar presente e tinha ido trabalhar nesses dias.

Contudo, quando se prontificou, não tinha dito que abdicava daquilo que eram os seus direitos e tinha ficado pasmado quando viu que a escala de serviço do mês em que decorria essa ação tinha sido alterado. Ele era o único bombeiro daquele turno a quem, efetivamente, tinham alterado o descanso complementar e obrigatório. Isso tinha sido feito pelo Sr. Comandante, mais uma vez numa atitude autoritária. Até corria algum risco ao dizer que o consideravam um bocadinho ditador e mais à frente iria explicar porquê. Tinha ousado fazer isso para que ao trabalhador fossem retirados direitos, direitos do pagamento de horas extraordinárias e do dia de descanso, o que era, efetivamente, um direito do trabalhador. Tinha sido retirado, mas isso não só era grave como, da parte do Sr. Comandante, já sabiam e já tinham alertado para o que podiam esperar.

O que era grave era que esse trabalhador não tinha obtido resposta às exposições que tinha feito ao Sr. Comandante, tinha procurado respostas nos recursos humanos, junto do chefe António Pinto, que, efetivamente, como o colega até tinha feito questão de mencionar no recurso hierárquico que tinha dirigido ao Sr. Presidente, o Sr. António Pinto disse que, efetivamente, havia uma cláusula - que iria referir mais à frente - que tinha de ser respeitado. O recurso hierárquico tinha sido feito pelo trabalhador em causa e a resposta, datada do dia 6/7, que era assinada pelo Sr. Presidente, ignorava vários pontos que eram importantes. Tinha sido respondidos vários pontos, mas tinham sido ignorados pontos de vital importância.

Podia frisar que as trocas de serviço ou de horário tinham de ser em concordância com o trabalhador ou a entidade representativa e o Sr. Comandante não o tinha feito, tinha tomado uma atitude unidirecional. Tinha sido mencionado no recurso que tinha sido interposto o ACEEP em vigor, o n.º 65/2016, em que, inclusivamente, o artigo 6.º da Cláusula 13 referia

“as escalas de serviço devem ser elaboradas pelo responsável hierárquico do serviço, com consulta prévia à comissão sindical ou aos delegados sindicais, na falta desta, e serão afixadas no princípio de cada ano civil”. Era verdade, acontecia, elas eram afixadas, mas, mais uma vez, não tinham passado cartão nenhum, conforme estava estabelecido na lei, aos representantes sindicais.

Não tinha sido respeitado o mencionado no artigo 115 da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, a Lei 35/2014, pois o dia semanal de descanso deve coincidir com o domingo, pelo menos uma vez em cada 4 períodos de 4 semanas. O Sr. Presidente, no documento que tinha assinado - que não sabia se, efetivamente, tinha sido elaborado por ele ou por alguém também da sua confiança - ignorando esse artigo. Tinha ignorado, também, o Acordo Coletivo de Trabalho, o 65/2016. O trabalhador tinha também feito alusão a esse ponto, ao artigo 3 da Cláusula 4, que reforçava: *“Os trabalhadores que efetuem trabalhos ao fim de semana têm direito a gozar como dias de descanso semanal completo, a cada 4 semanas, o sábado e o domingo”.*

Aproveitava para pôr uma nota, até porque o Sr. Presidente tinha feito, havia pouco, referência a que as notas eram importantes e gostaria de se dirigir à Sra. Vice-Presidente, que tinha estado nas reuniões com eles, porque, realmente, na altura, tinha-lhes criticado que quisessem implementar cláusulas no acordo coletivo de trabalho que já eram previstas na lei. Naquele caso, estava previsto na lei, estava abordado duas vezes, e tinha sido ignorado. Era só para que ficasse presente porque é que havia pontos que gostavam de reforçar, para que não fossem ignorados.

Com isso tudo e como se não tivesse bastado, o Sr. Presidente, ao dar o recurso como improcedente a esse trabalhador, tinha criado uma outra situação, que se chamava *“dar força a quem não devia ser dada”*, que tinha sido ao Sr. Comandante. O Sr. Comandante, perante essa sua resposta, que, efetivamente, não estava fundamentada na íntegra, porque tinham sido ignorados esses pontos, não só tinha feito a esse trabalhador como, naquele momento, fazia prática comum. Os colegas que estavam de férias, quando se iam apresentar ao serviço, tinham os seus dias alterados sem o seu aval, sem o seu acordo, ou seja, o que acontecia a qualquer trabalhador que metia férias até sexta-feira, o sábado e o domingo ficava em casa, que era o seu descanso complementar e obrigatório, e ia trabalhar na segunda-feira seguinte.

O que estava a acontecer a esses trabalhadores da Câmara Municipal de Setúbal, onde eram seguidas à risca todas as regras e todas as leis e em que não são prejudicados trabalhadores, os trabalhadores estavam a ver alterados os seus dias de descanso complementar obrigatório.

Voltava a frisar que isso saía em mapa, que era o chamado Mapa de Marcação Anual de Férias e era com esses dias que os trabalhadores controlavam e conferiam qual é que era o seu dia de descanso obrigatório. Era o dia em que podiam garantir à família que muito dificilmente seriam chamados e que iriam trabalhar e o Sr. Comandante estava a tirar esse direito aos trabalhadores. Não só o fazia dessa forma como o fazia de uma forma escandalosa e o Sr. Presidente podia comprovar isso mesmo no dia seguinte, se quisesse. Na Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal estava afixado esse mapa, conforme a lei previa, 365 dias no ano.

Após o Sr. Presidente ter dado esse recurso como improcedente, o Sr. Paulo Lamego, o Sr. Comandante tinha retirado o mapa. Os trabalhadores não tinham acesso ao mapa de marcação de férias onde constava o seu dia de descanso obrigatório e o seu dia de descanso complementar. Como se não bastasse, a Intranet também não estava acessível, como também podia constatar.

Não sabia se essa confiança que o Sr. Presidente tantas vezes referia que tinha no Sr. Comandante era de manter, porque, efetivamente, isso comprometia um pouco, também, a sua posição, uma vez que, inclusivamente, tinha sido ele que tinha assinado a resposta a esse recurso hierárquico.

Gostaria, também, de frisar que já estavam cansados mas traziam muitas vezes esse tema da não confiança deles no Sr. Comandante, até porque já tinha falado no regulamento interno e

era curioso como é que o regulamento interno não era respeitado no que conferia ao efetivo mínimas, mas tinha tido o cuidado de dizer, no plenário em que o Sr. Presidente tinha estado presente, e tinha feito um apelo ao Sr. Comandante, diretamente, de que parasse de fazer o que estava a fazer, porque a perseguição aos trabalhadores continuava.

Anteriormente, o Sr. Comandante tinha criado uma norma para as trocas de serviço e essa norma era um pouco contrariada, efetivamente, com o regulamento interno. O que acontecia, estranhamente, era que o Sr. Comandante não seguia o regulamento interno, por exemplo, para o efetivo mínimo, mas estava a segui-lo de forma a lesar os trabalhadores no que tocava a trocas de serviço, e também era fácil, se calhar, perceber o porquê, porque o Sr. Comandante tinha tentado prejudicá-lo - naquele caso, o trabalhador até era ele -, marcando-lhe uma falta justificada, porque ele queria que justificasse uma falta que já estava justificada por um colega. Era um pouco confuso dizer aquilo assim, mas, felizmente, acontecia que também não tinha tido o apoio que desejava dos recursos humanos, porque, sempre que se falava do Sr. Comandante, não eram avançadas quaisquer opiniões, era sempre dito que era o chefe máximo do serviço e era ele que tinha de responder, faça bem ou mal. Tinha sido assim ao longo daqueles mais de 10 anos.

A decisão do seu recurso hierárquico tinha sido proferida e tinha sido dada a indicação de lhe serem devolvidos os 100 e tal euros que tinham sido injustamente e ilegalmente retirados. Aproveitava, também, para reforçar mais uma nota. Já tinham passado 3 meses - acreditava que fosse por falta, que não fosse propositado - e ainda não lhe tinha sido devolvido esse dinheiro. Aproveitava para também deixar essa nota à senhora vereadora dos Recursos Humanos para se pudesse interferir, no sentido de não continuar a ser prejudicado.

Aquilo tudo para dizer que, certamente, o ego do Sr. Comandante tinha ficado ferido com aquela situação, porque tinha a ver com uma troca de serviço. Então, naquele momento, fazia de arma de arremesso, como já era apanágio do Sr. Comandante, e estava a virar os bombeiros uns contra os outros, porque o dizia era que, naquele momento, a forma de trocas de serviço era totalmente diferente, era a prejudicar os trabalhadores.

Gostaria de deixar também essa ressalva, até porque o Sr. Presidente referia muitas vezes que havia diálogo com os trabalhadores. Aquele era o diálogo que tinham conseguido na Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal.

Gostaria, no conjunto da sua exposição total, de deixar ali perguntas claras, à espera de, efetivamente, terem, também, respostas claras. Gostaria de saber se o Sr. Presidente estava disponível para reavaliar o recurso hierárquico do colega que ali tinha mencionado. Esperava que tivesse sido suficientemente claro, que fosse avaliado na sua plenitude e evitar, assim, mais desgastos com processos disciplinares, até porque o Sr. Presidente, como tinha podido ouvir, tinha havido vários pontos do recurso hierárquico que tinham sido ignorados por quem o tinha elaborado, mas tinha sido o Sr. Presidente que o tinha assinado e era a ele que, realmente, tinha de colocar essa questão.

Era essa questão e a do efetivo mínimo, dos 27. Se não estava a ser cumprido o que tinha sido ali estipulado, havia de haver, certamente, um motivo. Só que era importante, então, que alguém o assumisse, fosse o Sr. Presidente, o Sr. Vereador da Proteção Civil ou o Sr. Comandante, e que dissesse: *"Para funcionar, a Companhia de Bombeiros Sapadores precisa de ter, por dia, "x" homens"*. Uma fábrica, se estiver estipulado trabalhar com 27 e trabalhar só com 13 alguma coisa aconteceria na produção, ou menos qualidade ou não conseguia produzir.

Eram essas as questões que gostaria de ver respondidas. Seria aquela do Regulamento Interno, voltava a lembrar, a inexistência de ambulância em Azeitão, a situação do recurso - qual era a atitude da Câmara, se ia, ou não, recorrer da situação daquela decisão do Tribunal Administrativo - e aquela questão, se, realmente, seria possível voltar a ser avaliada a questão do recurso hierárquico, para evitar, assim, mais constrangimentos e mais idas a tribunal e mais idas ali, àquela casa.

Sr. Presidente – Disse ao Sr. Luís Simões que achava que tinha sido bem claro na forma do relacionamento, naquele caso, entre ele, o presidente da Câmara, e os trabalhadores em

geral e, também, da mesma forma, com os bombeiros. Achava que tinha sido bem claro, naquele caso em concreto, com os bombeiros e, designadamente, com ele próprio.

O que tinha dito tinha sido que as questões que tinham a ver com o sindicato eram tratadas nos recursos humanos, as questões que tinham a ver com os trabalhadores eram tratadas com ele. Achava que tinha cumprido aquilo que tinha afirmado. Com regularidade, fazia reuniões com os trabalhadores da Câmara que eram os bombeiros sapadores de Setúbal. Portanto, tratava as coisas que estavam separadas.

O Sr. Luís Simões ia ali e dizia aquilo a que tinha direito coisas. As pessoas tinham o direito de ali, dizer e expressar a sua opinião, mas isso era a sua opinião. Tratava as questões formais com os recursos humanos. Não percebia nada dos aspetos jurídicos, na relação com as organizações representativas dos trabalhadores, como era o caso do sindicato.

Não tinha nada contra, antes pelo contrário, como acreditava que era sabido, mas tinham de separar as coisas. Portanto, achava que já lhe tinha transmitido isso e era para ficar bem claro. As questões dos sindicatos eram tratadas com os recursos humanos, as questões dos trabalhadores eram tratadas com ele.

Como já tinha dito, como já tinha afirmado, como tinha demonstrado e como estava prometido, em outubro iria estar outra vez com os trabalhadores que eram os bombeiros sapadores. Portanto, lá estaria, para falarem dos assuntos que quisessem colocar.

Relativamente às questões, às afirmações, ao entendimento, ao gostar ou não gostar do Sr. Comandante, o Sr. Comandante dos bombeiros era a pessoa que representava a responsabilidade relativamente aos bombeiros sapadores. Enquanto tivesse a confiança que tinha no comandante mantinha-se essa confiança.

A opinião do Sr. Luís ou de qualquer outro eram opiniões que respeitava, que, naturalmente, não deixava de ter em conta. Aliás, aquilo que o Sr. Luís ali tinha dito tinha ficado gravado, e, portanto, como ficava gravado, nunca deixava de ter em conta aquilo que qualquer pessoa que ali viesse afirmar. No entanto, todas essas questões tinham de ser sempre colocadas ao responsável máximo que fazia a gestão dos bombeiros municipais, nos aspetos do funcionamento e da operação. Portanto, mantinha, como já tinha dito, tinha tido oportunidade de dizer, que mantinha a confiança no comandante. Respeitava as opiniões de todos, mas era a sua posição. Não sabia até quando é que poderia ter essa posição, mas tinha essa oposição.

Portanto, as opiniões que podiam vir respeitava-as, mas queria que ficasse claro, já o tinha dito várias vezes e já o tinha dito aos bombeiros, tinha-o dito lá muitas vezes, várias vezes, nas vezes que lá tinha ido. Portanto, sobre isso, também, naquele momento, não tinha mais nada a dizer. No entanto, aquilo que o Sr. Luís ali dizia naturalmente que ficava registado e tinha em conta essas coisas. Não andava a dizer: *“Porque eu tenho confiança no comandante deixo de ouvir tudo o resto”*. Não, fazia as suas avaliações.

Relativamente a essa questão do recurso hierárquico, não era jurista. Portanto, como não era jurista, naturalmente que, para avaliar a situação que tinha sido apresentada, tinha pedido aos juristas para lhe darem o parecer, relativamente à matéria em causa. Portanto, lá estava, confiava nos técnicos que tinham capacidade para avaliar aquilo que lhe era colocado pelos trabalhadores, os bombeiros ou qualquer outro trabalhador da Câmara Municipal. Era isso que fazia. Portanto, estava sempre disponível para reavaliar as situações, mas, aquilo que fazia era com base na confiança. Não era jurista, não era bombeiro, não tinha qualquer formação nessa área e, portanto, tinha que ter responsáveis nos quais confiava e, até àquele momento, não tinha visto razões fundamentadas para não ter essa confiança no comandante e, também, naturalmente, nos juristas que tinham elaborado esses pareceres.

Quanto à questão do número de bombeiros que tinham que estar em permanência, já tinha dito e já tinha referido ali essa questão na reunião anterior. Tinha tido oportunidade de dizer aquilo que lhe tinha sido explicado quanto à forma como era a organização, com a qual concordava. Para ele, os bombeiros voluntários tinham as mesmas condições de intervenção que tinham os bombeiros sapadores. Naturalmente que os bombeiros voluntários não eram funcionários da Câmara, mas, na Câmara Municipal de Setúbal, respeitavam as organizações



e os trabalhadores dessas organizações, que eram reconhecidos pela sociedade, estavam organizados, tinham responsabilidade e tinham formação.

(Voz, em fundo.)

O senhor município que o desculpasse mas quem falava era ele. O colega do senhor município tinha tido oportunidade de expressar a opinião deles, supunha ele, e, portanto, agora era ele a falar. Tinha ouvido com toda a atenção e, naquele momento, os senhores municípios tinham que o ouvir. Portanto, quando ele terminasse terminava aquela conversa deles. Na reunião seguinte certamente ali estariam, mas a questão era essa. Queria era que aquilo que dizia ficasse bem claro, sobretudo o que estava ali em causa.

Naturalmente que, tendo essa responsabilidade dos bombeiros e da proteção civil, estava sempre preocupado com aquilo que podia vir a acontecer, em termos da segurança, em termos da proteção, em termos do socorro, mas não tendo formação, não tendo especialidade nessas matérias, tinha de se socorrer de quem lhe demonstrava que tinha experiência, conhecimento, vastos conhecimentos, vasta experiência, sobre essa matéria. Avalia as propostas que lhe apresentavam e concordo com as propostas ou não concordava. Relativamente à intervenção dos bombeiros voluntários nesse processo, estava de acordo com isso. E, portanto, como estava de acordo, opiniões eram opiniões. Mantinha essa sua posição. Portanto, era necessário que isso ficasse bem claro.

Relativamente à questão dos processos e do tribunal, queria repetir aquilo que já tinha dito pouco antes. Os trabalhadores da Câmara Municipal, incluindo os bombeiros sapadores, eram primeira prioridade para aquele executivo, sempre tinham sido e continuariam a sê-lo. Portanto, tudo aquilo que pusesse em causa os direitos dos trabalhadores, a Câmara Municipal, aquele executivo municipal, haveria de defender até às últimas consequências os direitos dos trabalhadores.

Se o tribunal decidisse em 1.ª instância, na 2.ª, na Relação, no Supremo, etc, não podiam ultrapassar esses níveis, como era sabido. No entanto, enquanto estivessem em causa os direitos dos trabalhadores, a Câmara - isso era o que podia garantir -, aquele executivo faria sempre tudo aquilo que fosse necessário para defender os interesses dos trabalhadores e os direitos dos trabalhadores. Era isso que estava em causa, era isso que fariam. Que o desculpassem, mas não podia dizer mais do que isso. Portanto, isso era um compromisso e, quando fazia um compromisso, levava-o até ao fim.

(Voz, em fundo)

Tinha muita pena, mas acreditava que tinha sido muito claro naquilo que tinha dito e no esclarecimento das matérias que estavam ali em causa. Portanto, da sua parte era assim. Estava sempre disponível para reavaliar até as suas posições - achava que isso era também respeito pelos outros -, no entanto, enquanto tivesse responsáveis e tivesse confiança nesses responsáveis, naturalmente que a primeira coisa que fazia era falar com os responsáveis e avaliar aquilo que tinham a dizer sobre as várias questões que lhe eram colocadas, no caso dos bombeiros como em qualquer outra situação. Não sabia, não sabia tudo, não tinha conhecimento, não tinha áreas de especialização, tanto nos bombeiros como na área jurídica. Não tinha e, portanto, tinha de se socorrer daqueles que estavam à sua disposição - digamos assim - e que eram reconhecidos, tinham experiência e conhecimento sobre essas matérias. Portanto, era isso que podia dizer.

(voz, em fundo)

Disse que já tinha referido isso, já tinha falado sobre isso. Já tinha falado, até, na anterior e, portanto, não ia continuar a repetir as mesmas coisas.

Sr. Vereador Vítor Ferreira – Disse que era só para deixar expresso que havia algumas questões que tinham sido colocadas e o Sr. Presidente tinha estado a defender a ideia de que tinha boa fundamentação. Portanto, se fosse necessário, poderiam formalizar, tendo em conta uma próxima reunião, um requerimento. É que também tinham ficado com curiosidade de ter resposta a algumas das perguntas que eram, até, recorrentes. Portanto, independentemente de estar a dizer quem é que tinha razão ou deixava de ter razão, havia algumas perguntas

concretas que também tinham ficado com a preocupação de perceber, naturalmente, qual era o fundamento para ter sido assim e não ter sido de outra maneira.

Quanto à questão colocada, havia algum tempo que a bancada do PSD também tinha falado e tinha manifestado preocupação em relação ao número de efetivos e, na ocasião, o Sr. Presidente tinha falado, mais ou menos, na linha do que tinha dito naquele momento.

Queria expressar, também, uma preocupação, talvez por também ser importante, no sentido de lhes fazer chegar uma boa fundamentação de quem de direito, de quem sabia mais do que eles, para que ficassem, também, salvaguardados em relação ou com o mesmo tipo de segurança que o Sr. Presidente tinha.

Como já não era a primeira vez que aquela questão era levantada, em nome da bancada tinha de expressar preocupação. O Sr. Presidente dizia que tinha alguma fundamentação para, mas, se calhar, era importante não só terem acesso a alguns dos fundamentos que estavam na base da não resposta ou da resposta aos bombeiros sapadores e aos seus representantes, mas, também, em relação, sobretudo, à questão daquele que era o número de efetivos que, por um lado, parecia pôr em risco aquilo que era o socorro e, por outro lado, havendo alternativa, gostaria, em nome da sua bancada, de pedir que esse fundamento técnico – ia dizer assim – lhes aparecesse, também, para que, ou acompanhassem o Sr. Presidente ou pudessem fundamentar uma posição diferente.

Sr. Presidente – Disse aos senhores vereadores que os senhores munícipes vinham ali e apresentavam as questões, e, portanto, dava as respostas em nome do executivo municipal. Naturalmente que essas questões que o senhor vereador colocava eram questões que haveriam de ter a sua resposta.

(Voz, em fundo)

O senhor vereador apenas tinha colocado ali algumas questões que eram no sentido de algum esclarecimento e isso seria dado, como era normal acontecer. Agora, outro tipo de intervenções não, porque, senão, não saíam dali. Não iriam repor ali a reunião da Câmara.

Naturalmente que os munícipes iam ali, apresentavam as suas questões. Eram atendidas, ficavam em ata, todos tinham acesso a elas, e, portanto, quando quisessem, através dos meios de que dispunham, podiam pedir as informações ou os requerimentos, etc, que entendessem fazer. Naquele momento não, porque, senão, generalizavam ali um debate novamente e não era para isso que as reuniões da Câmara Municipal tinham aquele período.

Sr. José Manuel Silva – Disse que morava na Praceta Manuel Nunes de Almeida, onde estavam a decorrer umas obras, obras essas que, segundo parecia, eram para ser finalizadas em 3 meses. Já tinha feito 5 meses dois dias antes e a obra ainda não estava em metade, praticamente.

Naquele dia e no dia anterior, não tinha estado lá ninguém e 2 ou 3 semanas atrás só andava uma pessoa lá. Era uma vergonha autêntica a maneira como o bairro estava a ser afetado. O pessoal já estava todo saturado, porque não se via ninguém a trabalhar e era uma vergonha como aquilo estava a andar.

Era só isso. Não sabia quem é que teria o direito, se era Câmara ou se seria alguém privado, mas aquilo já chegava. Alguém tinha de tomar precauções sobre essa obra que estava a ser feita na Praceta Manuel Nunes de Almeida, que era uma vergonha autêntica.

Sr. Presidente – Disse que, naquele momento, não tinha condições para dar resposta, mas no dia seguinte iria verificar a situação e, portanto, depois fariam. O que queria era agradecer a ida do município ali e ter apresentado questões.

Sr. José Manuel Silva – Disse que não era só isso, mas, também, a segurança. Punham lá umas coisas de rede, para o pessoal não ir para as valas e aquilo, quando vinha um bocadinho de vento ia tudo levado, ou seja, não ficava vedação nenhuma outra vez.

Sr. Presidente – Disse que o Sr. Vereador Carlos Rabaçal, se calhar, podia responder.



Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que não sabia se o Sr. José Silva tinha participado nas reuniões que tinham lá feito com os moradores um tempo atrás.

Sr. José Manuel Silva – Disse que não, porque vivia fora, vivia no estrangeiro havia 46 anos. Com estava reformado, naquele momento, tinha vindo para a sua terra.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que tinham realizado, no mandato anterior, uma série de reuniões lá, com a população da praceta, e tinham decidido fazer uma série de intervenções de qualificação daquele espaço. Tinha-se feito uma intervenção e tinha-se feito um estacionamento ao fundo da praceta e tinha-se feito o revestimento da parede com pedra do liceu, porque aquilo era uma coisa cheia de “grafittis” absolutamente horrorosa.

Tinha-se decidido um plano de prioridades de intervenção e a intervenção que estava a haver naquele momento fazia parte desse plano de prioridades tinham definido com os moradores. Também tinham eleito um grupo de moradores que vinha trabalhando com eles regularmente. O grupo eram 7 ou 8 moradores que tinham sido eleitos num plenário com 100 moradores, aproximadamente, 100 e tal moradores.

O que tinha acontecido tinha sido que aquela obra tinha tido várias vicissitudes e tinha vários aspetos que era preciso conhecer. Primeiro, tinha-se feito lá um grande emissário, que passava junto ao liceu, depois tinha-se feito uma alteração radical de todo o abastecimento de água, de todos os esgotos, e, recentemente, tinha havido mais uma intervenção que tinha atrasado a intervenção superficial.

Estavam duas empreitadas em curso. Uma já tinha acabado, que era a das infraestruturas, e a outra era de intervenção superficial. Esse era, digamos, o quadro geral da obra. O que tinha acontecido com aquela obra tinha sido que, tendo em conta a evolução dos preços no mercado, a obra tinha ficado com o concurso deserto uma vez. Depois, tinham tido de fazer um ajuste direto com uma empresa, para que ela fosse concretizada. Essa empresa era a Estrela do Norte, que estava a fazer o trabalho, e tinha encontrado muitas dificuldades - eram ali da zona de Santarém - em conseguir mobilizar subempreiteiros e trabalhadores.

Sabiam que isso era real e que estava a acontecer essa dificuldade. Com aquela empresa, a coisa estava a atingir foros inadmissíveis. Já o aborrecia. Ia lá todos os dias e falava com os encarregados. Ia lá “n” vezes. Ia lá, praticamente, todos os dias. Passava por lá e falava com os encarregados e falava com os trabalhadores. A questão era que eles tinham lá, em média, 2 a 4 trabalhadores. Já lhes tinham dito que não podia ser, já tinham discutido com eles esse assunto mais do que uma vez. Tinha decidido chamar a direção da empresa, para discutir esse assunto com eles.

Já tinham mesmo pensado na possibilidade de eles não se manterem na obra, mas o que era um facto, era que, se não ficassem eles, não haveria quem viesse. Portanto, a situação estava mesmo difícil naquele momento. Já tinha havido tempo em que, quando alguém não cumpria substituíam e resolvia-se o seu problema, mas, naquele momento, não estava assim. O que iam fazer era conversar com a empresa e começar a aplicar multas. Eles tinham feito alguns pedidos de prorrogação que estavam fundamentados em intervenções que tinham sido feitas pelas Águas do Sado em vários momentos, mas esse período de prorrogação estava a acabar essa fundamentação e iam, portanto, conversar com eles e ver se resolviam o problema de uma vez por todas.

Aquilo tinha que ser feito, obrigatoriamente, antes de começar o período de chuvas, etc, senão era uma complicação muito grande. Eles já tinham dito que iam avançar, mas não se estava a perceber. Portanto, tinha decidido convocar uma reunião com a administração, para discutir esse assunto, e era o que iria fazer.

Sr. José Manuel Silva – Disse que, naquele dia, não tinha estado lá ninguém e no dia anterior também não tinha estado lá ninguém. Nas outras semanas tinha estado lá uma pessoa que tinha entrado de férias no dia anterior.



Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que sabia. Tinham essa notícia, porque viam, e por outros moradores, que também comunicavam com eles. Tinham uma lista de moradores que comunicavam com eles. Já tinha dito que o que tinham decidido tinha sido chamar a direção da empresa, para ver que solução davam a isso, porque aquilo, de facto, já não fazia sentido, o atraso da obra que existia.

Sr. José Manuel Silva – Disse que, ainda na semana anterior, tinha havido uma senhora de idade que tinha caído. Se tivesse sabido mexer-se, teria processado a companhia e a Câmara, para levar uma indemnização. Ele, por acaso, já sabia. Já tinha caído nessas coisas que eles punham para vedar, depois vinha o vento e levava aquilo tudo. Por acaso, tinha caído na semana anterior, por causa disso.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que iriam ver com eles. Iriam ver isso tudo com eles. Eles tinham problemas de sinalização, tinham problemas das passagens, tinham problemas de uma série de coisas.

Sr. José Manuel Silva – Disse que ainda se eles pusessem umas redes como deve ser, mas não, punham uma vedação encarnada com uns ferretes e, depois, vinha o vento e aquilo ia tudo levado.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que conheciam isso tudo. Já lhe tinha dito que iriam falar com a empresa para tratar disso.

Sr. José Manuel Silva – Disse que conheciam tudo isso, mas aquilo estava um caos.

Sr. Presidente – Disse que, em primeiro lugar, agradeciam ao Sr. José Manuel Silva por ter ido ali expor aquela situação. Como o senhor vereador já tinha referido, a situação com as empresas estava muito complicada e tinham de encontrar soluções. Às vezes, procuravam ver se as empresas conseguiam recuperar e, portanto, cumprir os contratos que tinham. Infelizmente, as coisas não eram fáceis, mas era assim. Quando os munícipes tinham esses problemas e os sentiam e iam ali apresentá-los, naturalmente que eles deviam agradecer a quem fazia esse esforço. Portanto, agradeciam isso, e, no dia seguinte, iriam ver que medidas teriam de tomar para resolver esse problema.

O Sr. Presidente pôs à votação as minutas das deliberações tomadas, tendo as mesmas sido aprovadas, por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram 23 horas e 58 minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

O Presidente da Câmara,



André Valente Martins

Esta ata foi aprovada na reunião da Câmara de 25 de janeiro de 2023, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita, e contém 132 folhas numeradas e rubricadas pelo Sr. Presidente da Câmara.

A Chefe da Divisão de Administração Geral,



Sofia Isabel Lopes casas Novas

Elaborada por:

Carlos Mendes e Aldora Poeira

Conferida por:

Ana Paula Lico

Revista por:

Paulo Hortênsio

